

INTRODUÇÃO

No meio político, e por vezes no acadêmico, a expressão 'desenvolvimento econômico' tem sido usada corriqueiramente para designar os estágios finais ou de evolução de alguma nação ou região; mas quais são as características finais desse processo? Ou, quais os passos que delimitam a passagem de um estágio de evolução para o outro?

Os que se arriscam a definir um conceito para o desenvolvimento econômico, frequentemente têm que refazer suas apreciações por observar, na realidade complexa, duras falhas de um processo, que aos seus olhos, deveria ser harmonioso.

Dentro da Ciência Econômica, desde os fisiocratas, muitas ideias desenvolvimentistas serviram para justificar ideais econômicos de governos e países. A concorrência política e econômica entre países e regiões acaba por submeter as pessoas ao desenvolvimento econômico. O que deveria ser o contrário: o desenvolvimento econômico deveria servir para melhorar o bem-estar das pessoas. Se o seu objetivo não for centrado no humano, o que adianta persegui-lo?

Nesse sentido, busca-se no primeiro capítulo, delimitar um sentido para o desenvolvimento econômico, através de um exame conceitual das palavras **desenvolvimento** e **economia**. Isso posto, coube verificar se as necessidades básicas da população foram atendidas no final do século XX e se o recurso mais importante do sistema econômico (o humano) se encontrava bem empregado. Propomos, também, ainda nesse capítulo, uma revisão do pensamento desenvolvimentista, desde os fisiocratas (século XVIII), até a escola cepalina, (segunda metade do século XX).

Para apreciação atual do desenvolvimento econômico e humano em dada região, necessário se faz uma avaliação de sua história, tanto econômica como social. Ao tratarmos do estado do Espírito Santo, objetiva-se, no capítulo segundo, um breve apreço da inserção do estado na economia capitalista, desde o período colonial até o final do século XX. Nesse contexto, algumas particularidades econômicas, de

políticas governamentais e de ocupação do solo, são fundamentais para se entender o presente e as perspectivas futuras da população.

De fato, como as forças capitalistas inseriram o estado capixaba no cenário internacional e nacional ajudam a compreender algumas especificidades econômicas e sociais: a resistência à desintegração do regime escravista; os moldes da cultura cafeeira; o fomento da imigração para povoamento e a pequena propriedade com mão-de-obra familiar. Nesse sentido, queremos também apresentar um contraponto com o estado de São Paulo: o mais dinâmico a partir do ciclo cafeeiro.

Na segunda metade do século XX, a crise na estrutura produtiva do café com claros limites à expansão da pequena propriedade, reforçada pela crise internacional de preços dessa *commodity* e a consequente política de erradicação dos cafezais, gerou enormes efeitos sociais negativos sobre a população. Um deles foi a forte migração campo-cidade, especialmente para a região da Grande Vitória. Essa população tendeu a ficar ainda mais concentrada com o advento dos grandes projetos industriais sediados nessa região e em seu perímetro. Isso provocou problemas urbanos, como: violência; falta de saneamento básico; *déficit* habitacional; desemprego e subemprego dentre outros. A questão social na zona rural ficou ainda mais crítica com o avanço, principalmente na região norte do estado, da pecuária, da silvicultura e das plantações de cana-de-açúcar.

Assim, o Espírito Santo chegou aos anos 90 com grandes problemas a serem enfrentados. As concentrações das atividades econômicas, de rendimentos e populacional são parte deles.

No último capítulo, busca-se verificar o objetivo do desenvolvimento econômico (atender às necessidades das pessoas por bens e serviços econômicos, expostos no primeiro capítulo) foi atendido no estado nos anos 90. Isso se dará mediante a análise dos níveis de rendimento das famílias de cada município e seu grau de concentração.

Por entendermos que o desenvolvimento econômico faz parte do desenvolvimento humano, propomos, ainda neste capítulo, uma contribuição para ajustar o Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) à realidade dos municípios brasileiros, em especial, dos municípios capixabas. Foram alteradas as metodologias de dois, dos três indicadores do IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda (IDHM-R) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade (IDHM-L). Além disso, na dimensão renda, foi inserido um componente que refletisse a concentração da renda nos municípios: o Índice de Gini.

Esse novo indicador, o qual denominamos Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Ajustado (IDHMA), nos indicava que em 2000 a maioria dos municípios possuía médio desenvolvimento humano e que nenhum se situava na categoria de alto desenvolvimento humano. Além disso, todos os municípios da região mais ao norte do estado (acima de Colatina) apresentavam médio IDHMA e os da Região Metropolitana da Grande Vitória, exceto Viana, médio-alto desenvolvimento humano.

1. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

“Não importa quanta informação temos sobre o desenvolvimento se não tivermos entendido seu significado real” (Denis Goulet *apud* TODARO, 1981, p.159). Essa, sem dúvida, é a motivação deste capítulo: entender o significado do desenvolvimento econômico e ao que ele se propõe. Na primeira parte delimitaremos o seu sentido, em seguida faremos uma breve revisão teórica do pensamento desenvolvimentista e, na terceira parte, examinaremos se os objetivos principais do desenvolvimento foram verificados no final do século XX.

1.1. Um significado de desenvolvimento econômico

Tentar conceituar uma expressão dentro da ciência econômica pode gerar inconvenientes pelo fato desta não ser uma ciência exata, mas sim, social. Além do fato de que as definições são arbitradas pelos homens pensantes e essas podem camuflar ideologias, distorcendo o caráter e o rigor puramente científico. Nesse sentido, “[...] o conhecimento [científico] não pode ser ideologia, ou, em outras palavras, não pode ser máscara e véu para dissimular e ocultar a realidade servindo aos interesses da exploração e da dominação entre os homens” (CHAUÍ, 1995, p.107). Talvez seja nesse âmbito que Meier e Baldwin (1968, p.12) apresentam um entendimento tão pessimista a esse respeito: “nenhuma definição que se dê de desenvolvimento econômico será inteiramente satisfatória”. Apesar disso, muitos cientistas sociais, especialmente os economistas, – principalmente depois das duas Grandes Guerras e da Grande Depressão, as quais ocorreram na primeira metade do século XX, onde o mundo “despertou” para os países subdesenvolvidos do hemisfério sul – se arriscam em demarcar um sentido para o processo de desenvolvimento econômico.

Muitos cientistas econômicos, no anseio em dar respostas prontas aos problemas sociais, se sentem tentados a traduzir a realidade em números, como se o objetivo da ciência econômica fosse a mensuração *ex post* dos problemas econômicos. Ao renegarem as dimensões políticas, sociais, culturais, ambientais em suas análises, esquecem que o objeto de estudo dessa ciência, e demais ciências humanas, é o indivíduo e suas relações sociais. E assim consideram como possível dentro dessa ciência – e de qualquer outra – a transformação definitiva do *homo* social no *homo economicus*.

No entanto, a nosso ver, o desenvolvimento econômico é parte do desenvolvimento humano e, portanto, precisa ser melhor delimitado e compreendido. Para se alcançar tal objetivo, necessário se faz uma análise isolada de cada termo dessa expressão, ou seja: o estudo das palavras **desenvolvimento** e **economia**. O que quer dizer o termo desenvolvimento? A que se propõe a economia? Depois desse exame cabe aqui novamente uni-las, para assim encontrar, não uma explicação exata, precisa, mas, um caminho mais claro do real processo de desenvolvimento econômico. Começemos então pela **economia**.

Na antiguidade a palavra grega *oikonomia* (*oikos*=casa e *nomos*=lei) significava a administração das comunidades familiares. Era apenas um ramo do conhecimento com o simples objetivo de manter o abastecimento e a distribuição. Simples em virtude da fraca atividade econômica e sua pouca interdependência. Com o passar dos séculos, até chegar a Renascença, o comércio entre as regiões cresceu: já se observava o uso de moedas na trocas e as relações sociais eram mais complexas. Com a formação dos Estados-nacionais e a conquista de outras regiões do planeta, inclusive da América, a economia passou então atuar com vista ao fortalecimento do Estado, como ramo do conhecimento voltado para sua administração (ROSSETTI, 1990, p.46-47).

De acordo com Rossetti (1990, p.48) a economia só foi reconhecida como ciência a partir do século XVIII com a tentativa por parte da escola fisiocrata na França e dos clássicos na Inglaterra, de formar um pensamento científico a respeito da riqueza na sociedade, ou seja, como ela se forma, se distribui e é consumida. Examinavam assim a riqueza desde sua criação até sua destruição, passando pela sua

distribuição. A economia deveria ter o rigor para analisar, criar leis, teorias e princípios a fim de explicar cada uma dessas etapas.

Em fins do século XIX, Alfred Marshall, expoente autor da escola neoclássica, definiria a economia como “[...] a ciência que examina a parte da atividade individual e social essencialmente consagrada a atingir e a utilizar as condições materiais do bem-estar” (ROSSETTI, 1990, p.49).

Na década de 30 do século XX, o economista britânico Lionel Charles Robbins criaria o conceito de economia que seria aceito, desde então, pela a maioria das correntes econômicas. Segundo Robbins (*apud* ROSSETTI, 1990, p.49) a economia é a “[...] ciência que estuda as formas do comportamento humano, resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos”. A analogia entre necessidades infinitas e recursos escassos está na base da existência da ciência econômica. De um lado os indivíduos sociais demandam ilimitadamente bens e serviços, ou seja, que ultrapassam suas necessidades biológicas e entram no campo psicológico. De outro, os recursos humanos e patrimoniais (terra, capital – aqui incluem matérias-primas, máquinas, dentre outros – trabalho e tecnologia) são escassos para produzir as quantidades desejáveis. A partir desse pensamento a economia ficou conhecida, principalmente com o despertar entre a discrepância entre os países ricos e pobres, como a “ciência da escassez”.

O problema da escassez, em contrapartida com o crescente desejo de consumo da sociedade, impõe ao cientista econômico a alocação eficiente dos recursos para alcançar maiores níveis de produção, com o menor número de recursos possível. Daí considera-se que a problemática da economia é saber o que, como, quanto e principalmente para quem produzir. Obviamente essa produção será direcionada aos indivíduos que têm maiores níveis de renda (RIZZIERI, 2004, p. 11). Nesse sentido, o modo de produção capitalista tende a se deslocar para as classes que possuem maior rendimento. Apesar desta classe ser proporcionalmente menor, grande parte dos recursos, especialmente os que agregam maior tecnologia, são destinados a suprir necessidades de uma pequena parte da população.

Se as necessidades humanas são atendidas através do consumo, o qual é objetivado através da compra, geralmente em moeda corrente, pode-se dizer que grande parte da população é privada de consumir, pois sua renda é insuficiente para comprar bens e serviços necessários a satisfazer suas necessidades, especialmente as biológicas. Desse modo, a ciência econômica ainda não atingiu seu objetivo – e não há previsão de atingir dentro do capitalismo – de cuidar melhor da “[...] administração dos escassos recursos disponíveis para a satisfação das necessidades humanas” (ROSSETTI, 1990, p.112).

Ora, se os recursos são escassos, o que justifica, por exemplo, o desemprego e o subemprego do fator trabalho? Como bem lembrado por Todaro (1981, p. 46), “é a escassez que dá origem à escolha, e escolhas envolvem ‘conflitos’”. “[...] E a escolha das melhores alternativas depende das opções sociais e políticas feitas pela própria sociedade ou pelos seus governantes” (ROSSETTI, 1990, p.116-117). Vê-se claramente que a economia está inter-relacionada com outras ciências para a explicação dos problemas econômicos e sociais.

A economia, então, se propõe a satisfazer as crescentes necessidades dos agentes através da administração eficientemente dos recursos escassos. Desse modo, quanto maior a renda das pessoas, maior a possibilidade de conseguir atender suas necessidades. Nesse sentido é que no capítulo 3 deste trabalho usaremos o rendimento médio familiar *per capita*, a mediana e o índice de Gini para mensurar se a disponibilidade de dinheiro nas mãos das famílias dos municípios do estado do Espírito Santo supre suas necessidades básicas. O desafio da ciência econômica não é pequeno. A maioria dos economistas tem conhecimento que, dentro do atual estágio do capitalismo, os problemas de privação do consumo de bens e serviços serão eliminados à medida que a sociedade conseguir distribuir melhor a riqueza¹.

É eliminando a ociosidade, incorporando aos fluxos de produção os contingentes de desempregados e promovendo a ótima combinação dos

¹ “Normalmente, por trás de distribuições muito desiguais de renda encontram-se também distribuições muito desiguais de riqueza, ou seja, do estoque de capital da economia. Contudo, [...] não há grande dificuldade em se mensurar a distribuição de renda e, portanto, avaliar o perfil distributivo do país, o mesmo não acontece com a riqueza. Em realidade, seria muito difícil estimar o valor do estoque de capital da economia para, posteriormente, investigar como ele se distribui. Problemas conceituais, metodológicos e operacionais praticamente inviabilizam tais estimativas. Assim, quando falamos em questões distributivas, restringimo-nos à distribuição da renda, ainda que, rigorosamente, devêssemos nos referir também à distribuição da riqueza” (PAULANI e BRAGA, 2000, p. 228).

recursos disponíveis que as economias se tornam capazes de atender com maior eficiência às necessidades e aos desejos da coletividade, sejam eles vitais ou artificialmente criados (ROSSETTI, 1990, p.116).

De posse da definição de economia e ao que ela se propõe, passemos ao estudo do segundo termo. Para descrever a palavra **desenvolvimento** há de se lançar mão da sua semântica dentro da Língua Portuguesa. Para melhor compreendê-la deve-se desagregá-la, para assim analisar o significado do prefixo **des-** e do radical **envolver** e do sufixo **-mento**. Segundo Ferreira (2004, p.624, 770 e 1312), em seu Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a palavra **envolver** tem o sentido de enrolar, embrulhar e abranger um todo, como se nada pudesse ficar a mostra. Trata-se de incluir algo por inteiro, por completo, no conjunto e não parcialmente. Já o prefixo **des-**, nesse caso, tem o sentido de dar intensidade ou reforço à palavra. Logo, **envolver** ganha mais uma camada para dar robustez ao revestimento da totalidade. O envoltório que poderia tornar-se frágil diante de qualquer ação adversa adquire pujança, vigor. Aqui parece que **des-** simboliza uma ação contínua, gradual, um processo auto-reforçador. O sufixo **-mento** pode ser descrito como o efeito ou resultado da ação, ou seja, as implicações alcançadas com o ato de desenvolver. Portanto, **desenvolvimento** é o resultado do processo gradual e contínuo do aperfeiçoamento do objeto de estudo, levando em conta sua total inclusão.

Como, nesse trabalho, o objeto de estudo são os indivíduos enquanto agentes econômicos, torna-se instigante arriscar – longe de ser uma definição – uma posição a respeito do desenvolvimento econômico. Este, então, pode ser entendido como o **resultado de um processo gradual e contínuo de satisfação, por meio do consumo, das crescentes necessidades das pessoas por serviços e bens econômicos², através da alocação e administração eficientemente dos recursos escassos**. Conclui-se então que os benefícios desse processo têm que ser estendido a todos, sem distinção, ou seja, como bem expõe o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD,1996, preâmbulo), o ser humano deve ser colocado no centro do processo de desenvolvimento. A alocação e

² Um “bem é tudo que tem utilidade, podendo satisfazer uma necessidade ou suprir uma carência. Os bens econômicos são aqueles relativamente escassos ou que demandam trabalho humano”. Existem vários tipos de bens econômicos, os quais são classificados pelos economistas, como por exemplo: bens de consumo, bens de capital ou de produção, bens duráveis e não-duráveis, bens necessários, bens supérfluos etc. Já os “bens livres são abundantes na natureza que não podem ser monopolizados nem exige trabalho algum para ser produzido, não tendo, portanto, preço; por exemplo, o ar ou a luz do sol” (SANDRONI, 2005, 78-79).

administração ótima dos recursos devem levar em consideração, segundo o Resumo do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que “[...] a população [é] o recurso mais importante e valioso de toda a nação” (FNUAP, 1995, p.9). Logicamente que nossa posição a respeito do desenvolvimento econômico exige uma análise histórica – ou pelo menos da história econômica – de cada país ou região para se entender o que impediu ou impede esse processo (almeja-se esse exame para o Espírito Santo no segundo capítulo deste trabalho). Ainda, torna-se importante verificar como se deram as relações com outros países, principalmente os mais industrializados. Antes, porém, vejamos o que dizem outros pensadores a respeito do desenvolvimento econômico.

Grosso modo, existem duas correntes de pensamento a respeito do tema: a) uma que encara o desenvolvimento econômico igual ao crescimento econômico, ou seja, processo de elevação do produto interno e tendem aceitar a renda *per capita* como indicador; b) a outra vê a variação do produto nacional como meio indispensável, mas não suficiente ao desenvolvimento econômico, o que requer mudanças qualitativas na vida das pessoas, nas instituições e na estrutura de produção.

A primeira vertente considera o crescimento econômico como resultado final e mais visível do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, este é visto como processo onde a renda real nacional aumenta mais que o crescimento populacional, resultando assim na elevação da renda per capita. Esses pensadores têm em mente que uma nação é subdesenvolvida porque cresce menos que as desenvolvidas, ou seja, não cresce o suficiente ou abaixo das suas reais possibilidades, por empregar ineficientemente os fatores de produção. Esse pensamento está diretamente ligado à grande parte das formulações dos economistas neoclássicos e de alguns pós-keynesianos, como Harrod e Domar (SOUZA, 1995, p.16). As formulações destes dois autores se traduzem na ampliação da poupança e do investimento. “Qualquer economia, para crescer, deve poupar e investir uma certa proporção de seu PNB. Quanto maior for a poupança e, por conseguinte, o investimento, mais rápido ela pode crescer” (TODARO, 1981, p.156-157). Essa corrente se uniria as “teorias dos estágios de crescimento econômico”, dos anos 1950, pela qual o desenvolvimento seria alcançado através de sucessivo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Seu idealizador mais famoso é o economista e historiador Walt Whitman Rostow,

que no início da segunda metade do século passado formularia o modelo dos “estágios lineares”³, no qual apresentava passos que um país subdesenvolvido teria que passar para se tornar desenvolvido economicamente. Esse modelo aponta a escassez de capital ou a sua pouca acumulação como maior restrição ao crescimento e ao desenvolvimento econômico. O que é uma “[...] solução simplificadora da realidade, que coloca todos os países dentro da mesma problemática” (SOUZA, 1995, p.16).

Dentro da segunda corrente, encontram-se os chamados “modelos estruturalistas-internacionais”. Esses se voltam para uma análise mais histórica-institucional que impede o avanço econômico de grande parte dos países. Os países menos desenvolvidos estariam atrelados às nações industrializadas numa relação de dependência não só econômica, mas, em muitos casos, política, financeira e cultural, ou seja, o desenvolvimento de muitos estaria condicionado às políticas de poucos. Daí surge a noção de “centro e periferia”, no fim dos anos 1940, com o economista Raúl Prebisch. Essa corrente considera o desenvolvimento econômico como melhora nos níveis de vida, por meio de reformas estruturais e institucionais. Expõe ainda que o crescimento econômico é indispensável, mas o seu caráter deve ser modificado para que traga “qualidade de vida” a toda a população (TODARO, 1981, p.158-160).

As duas correntes pecam por distorcerem o significado de desenvolvimento econômico. A primeira quando examina o desenvolvimento como sendo igual a crescimento, levando em conta somente o aumento do produto, não conferindo importância à natureza desse crescimento. Alguns “efeitos perversos” podem acontecer nesse processo, como: a) má distribuição da riqueza; b) transferência da riqueza para outros países; c) baixos salários; d) incorporação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra num país onde o fator trabalho é abundante, aumentando assim o desemprego, dentre outros. Ao admitir a renda *per capita* como indicador de desenvolvimento econômico, proporciona-se pouca importância não só ao numerador (como já exposto), mas também ao denominador. A população de um país tem que ser analisada melhor, como o seu crescimento, sua razão de

³ Esse ponto será melhor explicado na segunda parte desse capítulo quando falarmos do pensamento de Rostow.

dependência e a quantidade de pessoas que não conseguem atender sua necessidade básica de consumo.

O problema da segunda corrente é misturar o significado de **desenvolvimento** com o de **desenvolvimento econômico**. Há uma tendência a considerar desenvolvimento humano igual a desenvolvimento econômico. O desenvolvimento humano é mais amplo, pois envolve os aspectos não só econômicos, mas também, culturais, políticos e sociais. É claro que numa economia desenvolvida supõe-se que obviamente a sociedade disponha de melhores condições de educação, saúde, lazer, enfim: bem-estar social. Entretanto, melhores índices de educação e saúde podem ser alcançados sem aumentar a renda familiar, por exemplo. A melhora nos indicadores de saúde e educação pode ser reflexo da maior atenção dos governos a essas áreas. Portanto, o bem-estar econômico é uma parcela do bem-estar social. Outro descuido de alguns autores⁴ é usar de forma equivocada a expressão “qualidade de vida” como objetivo último do desenvolvimento econômico. Ora, a pergunta a se fazer é a seguinte: o que é qualidade de vida? É possível medir qualidade de vida? Uma pessoa residente no interior tem uma qualidade de vida inferior a uma, por exemplo, do centro da cidade de São Paulo? Parece-nos que qualidade de vida, além do caráter financeiro, requer, sobretudo, uma visão de opção subjetiva de vida, a qual torna difícil de mensurar.

Não obstante, delimitar o desenvolvimento econômico sem interferir no campo de outras ciências é muito difícil. As relações sociais são muito complexas e variam de região para região e entre épocas históricas, sempre impondo ao cientista o estudo freqüente e incessante da realidade e de novos fatos. O cientista que tem como objeto de estudo o humano não pode permanecer cativo a sua área de atuação, mas deve buscar a interdisciplinaridade para melhor compreendê-lo. O papel do cientista social é sempre questionar a realidade, as aparências e propor novos caminhos para se entender o mundo social.

[...] A ciência desconfia da veracidade de nossas certezas, de nossa adesão imediata às coisas, da ausência de crítica e da falta de curiosidade. Uma teoria científica é boa, diz Popper, quanto mais estiver aberta a fatos novos que possam tornar falsos os princípios e os conceitos em que se

⁴ Ver, por exemplo, Vasconcellos, Gremaud e Toneto Júnior (1999, p. 64), Paulani e Braga (2000, p. 229).

baseava. Assim, o valor de uma teoria não se mede por sua verdade, mas pela possibilidade de ser falsa (CHAUÍ, 1995, p. 249 e 256).

Muitos modelos e ideias tidos como verdades para sua época foram continuamente questionados diante das novas percepções das relações sociais. O estudo do desenvolvimento econômico foi intensificado somente no pós Segunda Guerra ao serem consideradas, nos trabalhos científicos, análises de prazos longos de tempo. Os principais economistas anteriores a esse período não abordaram diretamente o assunto, concedendo maior ênfase à análise dos problemas econômicos do seu tempo. Muitos deles consideram desenvolvimento econômico como somente o incremento do produto nacional. Mesmo assim faz-se necessária uma breve memória do pensamento desenvolvimentista a partir dos economistas fisiocratas e clássicos.

1.2. Uma breve revisão histórica sobre o pensamento desenvolvimentista

No século XVIII, a escola fisiocrata, na figura de seu pensador mais influente, o francês François Quesnay, incutia no pensamento econômico o liberalismo como forma de acabar com os entraves à produção, circulação e consumo de produtos, principalmente, os agrícolas. Souza (1995, p. 51-52) aponta que os fisiocratas consideravam a riqueza como advinda somente da agricultura, considerado como o único setor produtivo. As atividades industriais nada faziam além de transformar um bem em outro, sem, portanto, gerar excedente. Por isso, para Quesnay, o desenvolvimento econômico seria alcançado aumentando a produtividade agrícola e retirando os entraves ao comércio.

Esse pensamento liberal – inclusive limitando a ação do Estado à manutenção da ordem, à proteção da propriedade e da individualidade – irá influenciar os economistas clássicos, principalmente Adam Smith. Obviamente, as idéias dos fisiocratas se voltavam para uma França tipicamente agrária, contrastando, nesse

período, com o olhar dos economistas clássicos, na economia inglesa em processo de industrialização.

Os economistas clássicos estavam preocupados em como se repartia a renda social. Eles tendem a considerar desenvolvimento igual a crescimento, que era alcançado através da acumulação de capital. No pensamento de Adam Smith o desenvolvimento parece um fenômeno natural e gradual. Daí a ênfase a não intervenção governamental, sob o risco de esta desviar esse processo; defende o livre comércio, inclusive o internacional, como a melhor forma de promover o desenvolvimento econômico. Smith estava, no século XVIII, claramente defendendo a total dissolução das ainda sobreviventes instituições feudais, que emperrava o comércio, e defendendo a classe burguesa emergente (MEIER e BALDWIN, 1968, p.40-43).

Para ele, a “mão invisível” do mercado harmoniza os interesses individuais, garantindo o bem-estar para todos. Nesse sentido não há motivo para o Estado intervir no mercado; sua função era prover, principalmente, educação e segurança pública, e manter o serviço de saúde. Além disso, acredita que quanto maior a acumulação de capital e o nível de produto, maior a demanda por trabalho e o nível salarial. Entretanto, esse processo induz ao crescimento demográfico, através da antecipação do casamento e aumento no número de filhos; além da redução da mortalidade através de melhor alimentação e condições de saúde. Esse crescimento aumenta a oferta de trabalho, o que reduz os salários até o nível de subsistência. Nesse ponto a economia atinge o estado estacionário⁵ (SOUZA, 1995, p. 53-56).

A preocupação de David Ricardo, no fim do século XVIII e início do XIX, era com a oferta de alimentos, haja vista o crescimento da população, especialmente nos centros urbanos da Europa⁶. Para se manter a oferta de alimentos os capitalistas teriam que cultivar terras menos produtivas, elevando o custo e, conseqüentemente, os preços. Como a alimentação compõe a maior parte da cesta de consumo dos trabalhadores, essa elevação de preços tende a aumentar o salário nominal e, por

⁵ “Os clássicos preocupavam-se com o problema da estagnação, no momento em que, esgotadas as possibilidades de crescimento, a economia atingiria o estado de crescimento zero. Nesse estágio cessaria a acumulação de capital e a economia deixaria de crescer” (SOUZA, 1995, p.53).

⁶ “A população da Grã-Bretanha, por exemplo, passou de 7 para 20 milhões entre 1750 e 1850” (SANDRONI, 2005, p. 733).

conseqüência, reduzir os lucros, cessando assim a acumulação de capital. Ricardo considera a manutenção da acumulação essencial para o desenvolvimento econômico, através do investimento da classe capitalista: a única, aliás, que poupa. Ao se interromper essa acumulação a economia chega ao estado estacionário (MEIER e BALDWIN, 1968, p. 45-63).

Além disso, o crescimento demográfico, derivado do salário de mercado acima do salário de subsistência⁷, intensifica a procura por terras menos produtivas para a produção de alimentos. Com isso, o preço do arrendamento das terras (renda fundiária) de melhor qualidade fica cada vez mais caro e, conseqüentemente, há uma concentração da riqueza nacional nas mãos dos proprietários de terras. Como para Ricardo quem impulsiona o crescimento econômico é o capitalista, a distribuição da renda em favor das elites agrárias, então, torna-se um entrave ao bem-estar econômico (SOUZA, 1995, p.57-64).

Ricardo ao justificar seu posicionamento sobre o livre comércio internacional, desenvolveu a concepção teórica das “vantagens comparativas”: cada país deveria se dedicar ou se especializar em produzir um ou mais bens em que tivesse custos menores, ou custos comparativos menores em relação a outro país (SANDRONI, 2005, p.876). Assim o ganho de bem-estar seria expandido a todas as nações. Certamente defendia a livre circulação dos produtos manufaturados da Inglaterra e a importação de alimentos como forma de reduzir os custos com o fator trabalho.

Segundo Ricardo, os avanços tecnológicos na agricultura tendem a aliviar a pressão sobre a redução nas taxas de lucro, decorrente da crescente renda da terra. A tecnologia torna-se, assim, uma defesa dos capitalistas contra a elevação dos salários; sendo um meio de substituir trabalho por capital, através do progresso técnico. Seu interesse era desmontar os resquícios do feudalismo, através da crítica às elites agrárias que inibiam a industrialização da Inglaterra (FURTADO, 1977, p.8-15).

⁷ Ricardo considera que existe certo salário real “natural”, o qual é fixado pelo costume e pelo hábito. Para salários acima desse a população trabalhadora multiplica-se rapidamente; abaixo desse, ela se reduz. É a própria população que “[...] regula o seu número pela quantidade de utilidade que os seus membros podem obter com os seus salários” (MEIER e BALDWIN, 1968, p. 46).

Num primeiro momento, a questão demográfica foi objeto de análise de Thomas Robert Malthus. Conforme Szmrecsányi (1980, p.266-267), o “Ensaio sobre o princípio da população”, de 1798, tem um olhar voltado para a Inglaterra num período no qual a Revolução Industrial não absorve grande parte da oferta de trabalho. O número de pobres nos centros urbanos era cada vez maior em decorrência, não só do baixo nível de emprego e salários, e rápida migração campocidade, mas também pelo início dos efeitos da Transição Demográfica⁸. Malthus ao visualizar que a população cresce geometricamente e a oferta de alimentos aritmeticamente, expõe que a pobreza das massas não era consequência das formas de governo e/ou concentração da riqueza social, antes sim decorre do crescimento demográfico superior a capacidade da agricultura em prover os meios de subsistência. Esse equilíbrio seria alcançado mediante três “freios”: os vícios, a miséria e o controle moral (o celibato total ou seu prolongamento).

Posteriormente, Malthus deteve-se na análise da oferta e demanda, destoando, até certo ponto, das idéias anteriormente apresentadas. Foi o primeiro a se preocupar em refutar a Lei de Say, seguida pelos economistas clássicos. Tal lei – teorizada pelo economista Jean-Baptiste Say – relata que toda oferta cria sua própria demanda, ou seja, um incremento da oferta sempre encontraria demandantes. Esse preceito começou a ser questionado pela observação de algumas crises onde a produção não encontrava uma demanda correspondente. Independente da variação demográfica, uma “demanda efetiva” insuficiente, em virtude da redução dos salários, deprime também a oferta de produtos. Daí os níveis de emprego e de produto estarem intimamente ligados à demanda agregada efetiva. Assim, uma melhor distribuição da riqueza entre lucros, rendas e salários torna-se ponto chave para o crescimento econômico (SOUZA, 1995, p. 93-97).

⁸ A teoria da Transição Demográfica pode ser conceituada “[...] como a passagem de um estado de equilíbrio a níveis elevados de fecundidade e mortalidade a um outro estado de equilíbrio a níveis mais baixos de mortalidade e fecundidade” (PATARRA; FERREIRA, 1986, p. 06). Na época em que Malthus vivia o que sucedia era a primeira das três etapas da transição, ou seja, uma redução da mortalidade com a permanência de altas taxas de natalidade, ocasionando um rápido crescimento demográfico. Na segunda etapa a natalidade também começa a cair e a população continua a crescer, mas em menor ritmo. Num terceiro momento, tanto as taxas de natalidade e a mortalidade são bem baixas, fazendo com que o crescimento demográfico seja muito pequeno. Os fatores que atuam sobre as taxas de mortalidade e natalidade podem ser estudados em Patarra e Ferreira (1986), Oliveira e Szmrecsányi (1980) e Sawyer (1980).

Malthus, assim como Ricardo, considera o exame do setor agrícola essencial para o entendimento dos maiores níveis de desenvolvimento econômico, contudo suas análises são completamente distintas. Esse defende a redução dos preços dos alimentos, para que assim fossem reduzidos os salários nominais, elevando a taxa de lucro e não interrompendo a acumulação necessária a novos investimentos. Para isso, defendia o livre comércio internacional, principalmente de alimentos e matérias-primas agrícolas, e a introdução de novas técnicas na agricultura. Aquele considera que os preços dos alimentos têm que ser o maior possível, para que o capitalista tenha altos ganhos (tendo como base sua “paixão por acumular”) e não precise expandir a oferta, procurando novas terras agricultáveis. Era também contra a importação de alimentos, por razões óbvias: não deprimir os preços internos.

Em meados do século XIX, Stuart Mill, possui uma visão mais otimista do capitalismo que seus antecessores da escola clássica. Ele considera que o progresso técnico pode ser sempre superior ao crescimento populacional. Com as inovações tecnológicas na agricultura, as quais aumentam a produtividade, os capitalistas não precisarão procurar terras de baixo nível de fertilidade e os preços dos alimentos tendem a reduzir, assim como os salários. Nesse caso, há uma majoração dos lucros em virtude da redução dos salários e pela redução das transferências aos proprietários de terras, já que o cultivo de novas terras não será necessário (SOUZA, 1995, p. 66-68).

As análises de Mill e de Ricardo sobre o estado estacionário são antagônicas. Para este o estado estacionário ocorre sem que as classes trabalhadora e capitalista atinjam o bem-estar, pois existe transferência de renda para os arrendatários de terras. Para Mill, esse ponto é postergado para o futuro em decorrência do dinamismo do progresso técnico; entretanto, quando a economia o atingir, o bem-estar já estaria difundido para a sociedade, conciliando os conflitos de distribuição entre trabalhadores, capitalistas e proprietários de terras. De acordo com Souza (1995, p.71), Mill considerava que os salários dos trabalhadores seriam suficientes para dedicarem mais tempo ao lazer, a cultura e a vida espiritual, dentre outros, pois o progresso técnico ajudaria a reduzir o trabalho que exige desgaste físico.

Karl Marx inaugura um novo olhar sobre o capitalismo diante da realidade do pauperismo da classe trabalhadora do seu tempo e dos problemas ligados aos

operários fabris em meados do século XIX. Para ele, o capitalismo é essencialmente instável e sujeito a crises de superprodução periódicas. O processo de acumulação do capital tende a aumentar o número de desempregados (que chamou de Exército Industrial de Reserva - EIR) e a reduzir os salários ao nível de subsistência. Com os baixos salários e o impulso de acumulação, dado pela concorrência, a oferta de bens e serviços não encontra uma demanda correspondente (MEIER e BALDWIN, 1968, 71-94).

Sua preocupação específica não é com o desenvolvimento econômico, mas em desvendar o que move o sistema capitalista. Marx descobriu que o excedente social é produzido somente pelo trabalho, através da mais-valia. O capitalista, além de se apropriar desse excedente, almeja sempre majorá-lo, principalmente através do aumento da produtividade do trabalho, com a introdução de tecnologia no setor produtivo, que por sua vez desemprega grande número de trabalhadores, incrementando o EIR. O avanço tecnológico o qual é usado pelos capitalistas para aumentar a oferta de trabalho e, assim, reduzir os salários, torna-se “[...] a alavanca mais poderosa da acumulação” (FURTADO, 1977, p.22). Marx, então, formula a ‘lei absoluta geral da acumulação capitalista’: “quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, [...] tanto maior o exército industrial de reserva” (MARX, 1976, p. 209).

O conflito distributivo dos clássicos, entre capitalistas, trabalhadores e os proprietários de terra permanece em Marx; no entanto, a luta de classes no âmbito das relações sociais de produção se dará somente entre dois atores: o capitalista, detentor dos meios de produção e os trabalhadores, possuidores somente da sua força de trabalho, ou seja, exploradores e explorados. Isso porque, para Karl Marx (1985, p.943), “a propriedade fundiária nada tem haver com o processo real de produção. Seu papel se restringe a desviar do bolso do capitalista para o seu parte da mais-valia produzida”.

Ao mesmo tempo, a análise do estado estacionário foi abandonada para dar lugar a crises cíclicas. A longo prazo, a redução da taxa de lucro dos capitalistas dá-se em razão da retração do consumo dos trabalhadores, haja vista a enorme população em idade ativa desempregada (EIR), que, além disso, pressiona para baixo os salários dos ainda empregados. Nesse sentido, o sistema capitalista gera suas próprias

contradições, acirrando a “luta” entre essas duas classes, o que pode resultar num novo modo de produção: o socialismo (SOUZA, 1995, p.75-83).

Com o propósito de contrapor as ideias socialistas em expansão e com um olhar sobre os países mais desenvolvidos da Europa na segunda metade do século XIX, os quais possuíam, principalmente, salários acima do nível de subsistência e altas taxas de lucro, os neoclássicos (tendo como pensador mais influente Alfred Marshall) agruparam um conjunto de idéias a fim de estabelecer inter-relações entre as várias partes da economia. Renegam o desenvolvimento econômico ao segundo plano, além de pressuporem estabilidade política e a existência de alto grau de certeza dentro da economia. Tais idéias se tornariam hegemônicas até o advento da crise dos anos 30 do século XX.

Como nesta época a Transição Demográfica estava se completando nos países mais desenvolvidos da Europa, a questão demográfica não era tida como empecilho. Os neoclássicos consideraram, assim, a população como constante, ou seja, como dada e estável no curto prazo. Ao se interessarem por problemas de curto prazo e ligados à firma capitalista, os neoclássicos deixaram de lado o exame dos conflitos distributivos da riqueza nacional (SZMRECSÁNYI, 1980, p.270).

Esse arcabouço teórico enfatiza a harmonia do processo de acumulação, beneficiando todos os níveis de renda. O progresso técnico é visto como um processo gradual e contínuo, quase autônomo, que ao contrário de Marx, gera aumento dos salários reais para a classe trabalhadora em seu conjunto. Ou seja, a introdução de uma tecnologia (máquinas, por exemplo) reduz a demanda por trabalho nesse setor, contudo diminui consideravelmente os preços dos bens desse setor, o que eleva os salários reais de todos os trabalhadores, além de aumentar a demanda desses produtos. Esse incremento da demanda resulta na expansão da produção, e conseqüentemente, aumento na procura por mão-de-obra. Nesse sentido, o progresso técnico eleva a produção total da sociedade, e, simultaneamente, a sua renda. Por isso, os neoclássicos são favoráveis a uma maior intensificação do fator capital no processo de produção, pois se o fator capital aumenta mais depressa que o fator trabalho, os salários tendem a elevar-se (MEIER e BALDWIN, 1968, p.93-110).

Em virtude dessa análise e da perfeita substituição no processo produtivo entre capital e trabalho, o “pleno emprego” é assegurado no processo de acumulação, basta ao trabalhador aceitar a redução do seu salário nominal. O que existe agora é somente o desemprego voluntário. Essa idéia será questionada com maior com veemência com o início da crise de 29, do século XX, juntamente com outras, como: concorrência perfeita e atomística, ou seja, grande número de pequenas empresas que produzem bens homogêneos e nenhuma delas consegue impor preço. Este é dado pelo mercado, onde o consumidor é um agente otimizador de sua utilidade.

Nesse arcabouço teórico não existe conflitos distributivos. De certo modo, a visão otimista de Stuart Mill sobre o desenvolvimento capitalista é mantida pelos neoclássicos. Entretanto, para Marshall, não existe a possibilidade de proximidade do estado estacionário, uma vez que o crescimento econômico é contínuo em virtude do progresso tecnológico, das necessidades de consumo e dos novos investimentos. Verifica-se assim um “círculo virtuoso” entre as diversas variáveis da economia. Mantém-se, também, a posição dos clássicos sobre o livre comércio internacional, o livre jogo dos mercados e redução das atividades do governo (SOUZA, 1995, 71-76).

Para Joseph Schumpeter, na primeira metade do século XX, o desenvolvimento econômico é um processo irregular e desarmônico, refutando assim as bases das ideias neoclássicas. O desenvolvimento econômico processa-se numa economia com forte grau de risco, incerteza futura e fases cíclicas. Nessa época o grau de oligopolização da economia já se encontrava bem elevado. As empresas e os mercados eram bastante diferentes daqueles idealizados pelos neoclássicos. Os grandes grupos, agora, podem impor preço e alcançar margens de lucro bem superiores de um mercado em concorrência perfeita. Com isso há uma minimização da “soberania” do papel do consumidor dentro do mercado de bens e serviços. Contudo, conforme Meier e Baldwin (1968, p.129-130), Schumpeter não observa, como Marx, uma luta de classes na sociedade, mas sim ganhos inclusive para a classe trabalhadora, através de inovações para os bens de consumo.

O empresário empreendedor schumpeteriano, que na maioria dos casos não está na pessoa do capitalista⁹, torna-se o responsável pelo “desenvolvimento econômico”, levando a cabo as inovações e técnicas de produção. Aqui, Schumpeter discorda dos neoclássicos, pois estes consideram as inovações como parte normal da atividade econômica. Esse “novo empresário” não busca o lucro somente para aumentar seu padrão de vida. Outros valores, como a satisfação pelo sucesso, o status na sociedade e a formação de uma descendência, por exemplo, o impulsionam (MEIER e BALDWIN, 1968, p.121-128). Nesse ponto de vista, esse empresário se diferencia em muito do capitalista de Marx, que deseja “acumular por acumular”.

A análise schumpeteriana não considera a demanda e a taxa de salários relevantes para a dinâmica econômica. O estímulo vem dos novos processos, onde o empresário sempre busca reduzir os custos de produção e colocar no mercado novos produtos, através de inovações financiadas pelo mercado de crédito. Esses novos bens terão preço menor e encontrarão uma “demanda adicional”. Essa demanda forma-se em razão do aumento da produção, do gasto com matérias-primas e bens de capital, e contratação de mais trabalhadores. Enquanto novos processos e inovações estiverem acontecendo, a economia estará em crescimento e em período de prosperidade (SOUZA, 1995, p.110-115).

Segundo Schumpeter, a economia capitalista se desenvolve com momentos de auge e depressão. As inovações ocorrem em “ondas”, porque num determinado momento o grande número de inovações, fomentadas pelo crédito, fazem subir o preço do capital e trabalho, em virtude da concorrência por esses fatores de produção. Ainda, os preços dos bens produzidos tendem a declinar – também em razão da concorrência –, reduzindo a taxa de lucro. Como consequência, a demanda por crédito reduz. A produção de bens chega ao ápice e depois declina, culminando num período de depressão (com redução da renda, do emprego e do consumo) o qual só será superado com uma nova “onda” de inovações (SOUZA, 1995, p.117-

⁹ Os capitalistas são os “[...] proprietários dos recursos emprestáveis, depositantes, acionistas e o próprio banqueiro. [...] O banqueiro torna-se o capitalista líder por ser quem reúne capitais disseminados nas mãos de inúmeros emprestadores, portadores de títulos de diversas espécies e depositantes, para emprestar aos empresários” (SOUZA, 1995, p.112). Assim, o crédito é fundamental para fomentar os projetos desse empreendedor.

119)¹⁰. Enquanto ocorre a fase de depressão, as empresas com custos elevados vão sendo expulsas do mercado, permanecendo somente as empresas “melhor adaptadas” (numa alusão ao darwinismo). Esse é o fenômeno que Schumpeter chamou de “destruição criadora”.

Schumpeter, assim como Marx, previa o surgimento do socialismo. Entretanto sua análise se parece mais próxima do estado estacionário de Stuart Mill, pois se chegaria a esse novo sistema já com ganhos para a classe trabalhadora e com melhor distribuição de renda e não através de uma possível revolução advinda pela luta de classes¹¹.

Perante a recessão econômica e elevados níveis de desemprego nos anos 30 do século passado, os “dogmas” clássicos e neoclássicos, principalmente o do pleno emprego, começaram a ser fortemente criticados por alguns economistas. Os ajustes automáticos dos mercados admitidos pela “mão invisível” de Smith e a adequação da demanda a qualquer nível de oferta reconhecida pela Lei de Say, já questionada por Malthus e Schumpeter, não explicava a crise e recessão iniciada nos anos 20. Essas duas concepções deram lugar a interferência do governo na economia como forma de resguardar um nível mais elevado de emprego.

Dentre estes, encontra-se como expoente, John Maynard Keynes, idealizador da intervenção governamental como meio de impulsionar o investimento. Ele busca identificar os fatores determinantes dos diversos níveis de emprego. Em sua teoria, o nível de produção é determinado pela demanda efetiva, que é influenciado pelo volume de investimento. Se o montante dos investimentos não for suficiente para absorver toda a poupança disponível, haverá desemprego. Daí a importância do estudo das variáveis que determinam o investimento: a taxa de lucro antecipada (a Eficiência Marginal do Capital) e a taxa de juros (FURTADO, 1977, p.54-56). Outro impeditivo ao pleno emprego reside no destino que os agentes econômicos dão à sua renda. A parte da renda que não é consumida se não for investida (poupada)

¹⁰ “Dois fatores podem acelerar ou manter a depressão: a) crises especulativas nos mercados de valores e nas bolsas de mercadorias; b) rigidez salarial: os salários não sobem automaticamente no boom e não caem de imediato na depressão” (SOUZA, 1995, p.118).

¹¹ Schumpeter expõe que o capitalismo passará “inevitavelmente” ao socialismo pelo surgimento de cinco fatores, que podem ser vistos em Souza (1995, p.119).

bloqueia os investimentos, os quais necessitam de crédito para se efetivarem¹² (SOUZA, 1995, p.98).

A perfeita flexibilidade de preços e salários defendida pelos neoclássicos foi alvo de críticas por parte de Keynes. Este concluiu, numa análise de curto prazo, que os salários nominais são rígidos, haja vista a atuação dos sindicatos e o firmamento de contratos entre empresas e trabalhadores. Para os neoclássicos, a flexibilidade de salários, concede a todos estarem empregados, bastando aceitá-la. Com a rigidez dos salários nominais as empresas estão propícias a demitirem trabalhadores para reduzir custos, gerando retração na demanda por bens e serviços. Assim o aumento do desemprego atua no sentido de impedir a elevação de preços e, conseqüentemente, o salário real não reduz o necessário para compensar a rigidez do salário nominal, desviando da situação de pleno emprego (SOUZA, 1995, p.99). Nesse caso, a economia encontra-se numa fase de subconsumo em virtude do elevado “desemprego involuntário”, que por sua vez alimenta e reforça a crise ao reduzir os preços dos produtos, não impulsionando, assim, novos investimentos.

Assim como Malthus, Keynes parte da análise da demanda efetiva para construir sua teoria. No curto prazo, a deficiência da demanda efetiva e pouco incentivo em investimento se traduz em baixo crescimento econômico futuro (o produto efetivo é menor que o potencial), o qual é insuficiente para absorver todos os trabalhadores a procura de emprego.

Nesse sentido, o governo entra como agente capaz de fomentar e manter os investimentos, a fim de estimular a demanda efetiva, seja por meio de seus gastos, seja através de políticas fiscal, monetária e creditícia, seja atuando nas expectativas dos agentes econômicos, no sentido de minorar as incertezas quanto ao ambiente econômico futuro. Assim, como em Schumpeter, a estabilidade e credibilidade das instituições são pontos chave para a redução dos riscos e incertezas na economia, uma vez que a confiança dos empresários determina em parte o nível de investimento. O pensamento keynesiano iria dominar as ações dos estados nacionais durante longo período do século XX, mais intensamente no pós Segunda Guerra Mundial.

¹² Keynes aponta três motivos pelos quais os indivíduos retêm moeda (preferência pela liquidez): transação, precaução e especulação.

O pensamento de John Maynard Keynes se baseia, expressivamente, no exame de curto prazo, não se preocupando, diretamente, com o problema do desenvolvimento econômico. Porém, sua apreciação demográfica difere do caráter estático e estável do pensamento neoclássico. Para ele e, principalmente para parte de seus seguidores, o crescimento populacional estimula a economia ao manter a demanda por bens e serviços promovendo, assim, o investimento (MEIER e BALDWIN, 1968, p.141-164). Obviamente esse pensamento foi extraído da observação dos países europeus, Japão, EUA, dentre outros, os quais já tinham completado a terceira etapa da Transição Demográfica.

Não obstante, na visão do economista polonês Michal Kalecki, da qual a análise também tem como gênese o princípio da demanda efetiva, na verdade não é o crescimento populacional que aumenta a demanda total, mas sim o aumento do poder aquisitivo. “Um aumento no número de pobres não amplia o mercado” (KALECKI, *apud* MEIER e BALDWIN, 1968, p.160).

Ao término da II Grande Guerra Mundial as transformações políticas, econômicas e sociais levaram os cientistas, inclusive os econômicos, a buscarem não só explicações, mas também apontar soluções de prazos mais longos para problemas em diversas áreas. Pelo viés econômico e social o pensamento neomalthusiano reaparece com toda a força para explicar o subdesenvolvimento dos países. Szmrecsányi (1980, p.272-273) revela que esse pensamento, adotado pela maioria dos neoclássicos, se baseia na observação de que nem todas as etapas da Teoria da Transição Demográfica se verificavam nesses países; mas, ao contrário, percebia-se uma “explosão demográfica” devido a intensa redução da mortalidade (em grande parte devido a melhoria nas condições de saúde pública) e a manutenção, e até elevação, das taxas de natalidade. Segundo o autor, os adeptos do neomalthusianismo encaram o crescimento da população como empecilho ao desenvolvimento (leia-se crescimento), pois altera a estrutura etária: num prazo curto, como a base da pirâmide etária é larga e a relação de dependência é alta, os investimentos das famílias e do Estado são mais direcionados ao social (educação, moradia, saúde, dentre outros), prejudicando assim o investimento produtivo e reduzindo o nível de poupança; no prazo mais longo de tempo, ocorre também expansão das faixas etárias produtivas ou a população economicamente ativa

(PEA), desequilibrando a oferta e demanda no mercado de trabalho, o que eleva o desemprego e, com isso, reduz-se o nível de vida.

A solução apontada pelos neomalthusianos consiste no controle da natalidade através de métodos anticoncepcionais e da disseminação de programas educacionais de planejamento familiar. O que nos parece aqui é que esses autores tendem a se aproximar de um modelo familiar pequeno, ou seja, relacionar inversamente bem estar ou nível de vida com o tamanho da família. Trata-se então em incorporar ao seu pensamento a “Teoria da Capilaridade Social” do sociólogo Dumont, a qual relata que a ascensão social depende de uma unidade familiar pequena. A explicação residia no fato de que na sociedade moderna a elevação do nível de vida dependia mais do esforço próprio traduzido, por exemplo, em maiores níveis de educação e promoção pessoal. Uma família numerosa impediria esse processo em virtude no aumento dos gastos com os filhos.

Em 1948 foi criado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) para pensar nos empecilhos ao desenvolvimento da região. “A Cepal liderou a maior corrente de pensamento desenvolvimentista da história das nações” (SOUZA, 1995, p.143). As idéias dessa Comissão partiam do princípio da existência de um “centro” e uma “periferia”, ou seja, a existência de um país central (ou alguns) que comanda o desenvolvimento tecnológico e uma grande heterogênea periferia subdesenvolvida e dependente. Essa percepção foi exposta primeiramente pelo economista argentino Raúl Prebisch no final dos anos 40. Segundo ele,

Difícilmente se poderia pretender, na verdade, que os economistas dos grandes países, empenhados em gravíssimos problemas próprios, viessem a dedicar sua atenção preferencialmente ao estudo dos nossos. Compete primordialmente aos economistas latino-americanos o conhecimento da realidade econômica da América Latina. Somente se viermos a explicá-la racionalmente e com objetividade científica é que será possível obtermos fórmulas eficazes da ação prática (PREBISCH, 2000, p.80).

Raúl Prebisch discordou da abordagem vigente que ainda se utilizava da Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, na qual a divisão internacional do trabalho traria ganhos para a coletividade. Para grande parte dos economistas dos países industrializados a América Latina poderia continuar produzindo bens primários e os países centrais produtos industriais que o bem-estar da sociedade era

garantido através das benesses do comércio internacional. Prebisch notou que existia uma deterioração dos termos de troca entre os países de produção agrícola e de produção industrial, gerando transferência de renda daqueles para estes. Nesse sentido, a alternativa para os países chamados periféricos seria a industrialização e a diversificação dos mercados externos. A substituição de importações – a qual receberia crescente apoio dos economistas cepalinos –, com o objetivo primeiro de resolver o problema no balanço de pagamentos, acabaria condicionando a entrada de bens não essenciais e/ou que já tenha similar nacional, protegendo e dinamizando assim a indústria interna¹³.

A análise de Prebisch parte da existência de dois ciclos nos países industriais e consequente deterioração dos termos de troca. No ciclo ascendente há um aquecimento na demanda por produtos agrícolas e matérias-primas, elevando assim seus preços e estimulando a oferta por parte dos países produtores; entretanto, essa oferta se torna rígida, haja vista as características do setor agrícola que não consegue responder de imediato em virtude do tempo entre novas plantações e colheita. Quando os países periféricos alcançam maiores produções, os países industrializados estão começando a fase descendente do ciclo, gerando queda nos preços dos produtos agrícolas, decorrentes agora tanto da retração da demanda, quanto da maior oferta, a qual não consegue se ajustar em razão da sua rigidez. Por outro lado, a oferta de bens industrializados se ajusta rapidamente à demanda e aos preços (SOUZA, 1995, p.124).

Além do fator externo, Prebisch aponta também outros condicionantes internos para o subdesenvolvimento dos países da América Latina e Caribe: a) a elevada concentração fundiária ostentadora de cultivo pré-capitalista e que, portanto, não se moderniza; b) a reduzida dimensão do mercado interno derivado da pobreza e dessa estrutura agrária concentradora, gerando baixa produtividade e, conseqüentemente, pouco investimentos; c) e o alto crescimento demográfico, o qual eleva a demanda de alimentos e o custo de vida, além de aumentar os gastos sociais, o que minora o investimento público. Suas propostas para transpassar os condicionantes externos e internos eram: i) redução do consumo supérfluo, principalmente importados, mediante altas tarifas e substituição de importações; ii) incentivo a ingresso de

¹³ Para saber mais a respeito do modelo de substituição no Brasil ver Tavares (2000).

capitais, principalmente de governo a governo, com o objetivo de aumentar os investimentos; iii) reforma agrária, com objetivo de aumentar a oferta de alimentos e a demanda de produtos industriais; iv) maior intervenção econômica do Estado, seja na captação de recursos, seja no provimento de infra-estrutura básica (SOUZA, 1995, 125-126).

No início dos anos 60, o mesmo Prebisch acrescentaria mais duas barreiras ao desenvolvimento dos países considerados periféricos. A primeira é a insuficiência de poupança proporcionada pelo alto consumo das elites, gastos militares e baixo nível de renda da classe trabalhadora. A segunda está, principalmente, na elevada relação capital/trabalho decorrente da importação de tecnologia poupadora de mão-de-obra. A transferência de tecnologia externa, onde o trabalho é escasso, ao ser aplicado em países com alta oferta por trabalho, se traduz em forte desemprego (SOUZA, 1995, p.127).

Também nessa época, o economista estadunidense Walt Whitman Rostow, apresenta em seu livro “As etapas do crescimento econômico: um manifesto não-comunista” uma abordagem histórica sobre as cinco etapas do desenvolvimento econômico que os países capitalistas teriam que atravessar: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. O Estudo de Rostow se baseia nos países os quais em meados do século XX já haviam atingido essas cinco etapas, como: Inglaterra, EUA, Alemanha, França e Canadá.

A **sociedade tradicional**, devido a baixa produtividade agrícola, aplica quase todos seus recursos à produção agrícola, tendo como exemplo o mundo pré-newtoniano, as dinastias da China, a civilização do Oriente Médio e Mediterrâneo, e a Europa Medieval. Na segunda etapa – as **precondições para o arranco** – inicia-se a utilização de novas técnicas na agricultura; surgem homens de negócio e bancos, melhoram-se os transportes e os serviços de comunicação, amplia-se o comércio internacional. Não obstante a isso, a nova estrutura convive ainda com antigos métodos de produção e estrutura social. No **arranco**, todos os entraves ao progresso técnico são superados: altos investimentos são feitos pela classe empresarial em expansão, que também dirige o setor primário. A **marcha para a maturidade** é a fase na qual a produção ultrapassa o crescimento demográfico, em

virtude do elevado nível de investimento. Não existe carência tecnológica em nenhum setor e o comércio internacional se expande virtuosamente. Na última etapa, **a era do consumo em massa**, a maioria da população é urbana e tem sua renda acima do nível de subsistência. O consumo se desloca para bens duráveis e a sociedade deseja um melhor nível de bem-estar (ROSTOW, 1971, p.16-24).

O pensamento da Cepal se contrapõe a abordagem de Rostow e a visão eurocentrista dos economistas que imaginavam o desenvolvimento como um processo pelo qual todos os países chegariam, ou seja, se um país hoje é considerado desenvolvido economicamente significa que no passado ele foi subdesenvolvido. “[...] O subdesenvolvimento, longe de constituir um estado de atraso anterior ao capitalismo, é antes uma consequência e uma forma particular do desenvolvimento capitalista [...]” (Theotônio dos Santos *apud* TODARO, 1981, p.159). De acordo com Furtado (1977, p. 189), o subdesenvolvimento é “[...] um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. Daí surgiram as teorias do subdesenvolvimento estabelecendo as causas da maioria dos países não conseguirem alcançar esses objetivos e quais seriam os passos para atingi-los. Na América Latina e no Caribe, tais teorias foram concebidas pela Cepal, tendo, como pano de fundo, o marco histórico-estruturalista e orientado para ação estatal.

[...] Desde os primórdios da Cepal os trabalhos eram fortemente *policy-oriented*. A ação estatal em apoio ao processo de desenvolvimento aparece no pensamento cepalino como corolário natural do diagnóstico de problemas estruturais de produção, emprego e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida (BIELSCHOWSKY, 2000, p.35).

Com o olhar no satisfatório aumento médio do PIB da região nos anos 50, e em especial entre 1955 e 1959, o qual cresceu 5,7%, os pensadores da Cepal, nos anos 60, observaram que, apesar disso, o subdesenvolvimento perpetuava e em alguns casos, aprofundava-se. A industrialização não foi capaz de absorver a força de trabalho advinda do campo e o que se via era o aumento da pauperização e formação de favelas nas cidades (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 36-42). Além disso, Octávio Rodríguez (1981, p.25), relata que os trabalhos da Cepal nesse período também se pautavam na observação da crescente dívida externa e o *deficit*

comercial, concentração da renda e a presença do capital estrangeiro na produção manufatureira.

Nesse sentido, a tese da “heterogeneidade estrutural” de Aníbal Pinto, relata que as benesses do progresso técnico se manifestaram numa “tríplice concentração”: entre as classes de renda, entre as camadas ou setores econômicos e entre regiões do próprio país. Tal concentração, especialmente entre regiões, faz com que surja uma “periferia interna” dentro de cada país (PINTO, 2000, p.575-578).

Para os “dependentistas”, como Osvaldo Sunkel e Celso Furtado, os países subdesenvolvidos expandiram sua produção de bens de consumo duráveis para a classe capitalista (D2), entretanto os bens de capital ou bens de produção (D1) continuavam a serem produzidos no “centro”, permanecendo, desse modo, a deterioração dos termos de troca, uma vez que os produtos de D1 agregam muito mais valor em razão da incorporação de técnicas superiores. Nesse âmbito, a “dependência” torna-se estrutural, haja vista que agora ela não é somente comercial, mas também tecnológica e financeira, o que gera, em muitos casos, uma dependência política. A tecnológica é fruto da sujeição aos países centrais em liberarem suas inovações; já a financeira, derivada do fluxo de capitais, o qual é influenciado pelas políticas fiscal e monetária dos países do “centro” (SOUZA, 1995, p.129-131).

As saídas dos pensadores para os problemas de heterogeneidade e dependência estrutural são, de certa maneira, idênticas. Sob o comando do Estado democrático¹⁴, a mudança da trajetória de desenvolvimento da América Latina e Caribe seria “[...] através de melhor distribuição de renda e de profundas reformas, agrária, patrimonial, financeira, tributária, educacional e tecnológica” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 43). Acentua-se, portanto, o aspecto intervencionista e reformista dos governos.

Nos anos 70, na América Latina, o crescimento médio anual do PIB foi bastante expressivo: 6,7% entre 1973/74 e 5,1% entre 1974/80. Tal desempenho esteve diretamente relacionado à opção generalizada dos países pelo endividamento como

¹⁴ Os cepalinos dessas três teses nos anos 60 “[...] entendiam que para tanto se fazia necessária profunda transformação política, nela incluída, centralmente, a recuperação da democracia nos países em que se haviam instalado ditaduras militares” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 50).

forma de enfrentar a crise procedida com o primeiro “choque do petróleo”. Entretanto, essa opção ocorreu de forma diferenciada, levando a Cepal a debater os “estilos” de crescimento que estavam sendo implantados pelos países. Nesse curso, a entidade se volta, agora, mais para exames relacionados com o curto prazo. No âmbito mundial, mudanças significativas acontecem, como: a instabilidade macroeconômica, tendo como protagonista, principalmente, o setor financeiro; e o enfraquecimento das idéias keynesianas e com elas a decadência das análises de desenvolvimento. Em contrapartida, aparecem com toda força projetos ortodoxos para os países que almejam se desenvolver (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 44-47).

Foram também em meados dessa década que as propostas neomalthusianas de controle da natalidade para as classes pobres – as quais já tinham sido retomadas no pós Segunda Guerra para os países subdesenvolvidos – expandiram-se para os países desenvolvidos com o pretexto de assegurar a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico (SZMRECSÁNYI, 1980, p.271). Certamente esses estudos vieram casar com a preocupação dos governos dos países desenvolvidos com a crescente população imigrante, que, em geral, possui taxas de natalidade muito superior às da população nativa. Já nas primeiras décadas do século, alguns países da Europa já impunham restrições ao fluxo migratório. A própria Crise de 29 e, principalmente, a II Guerra Mundial aceleraram esse processo ao interromperem drasticamente a mobilidade das pessoas. Segundo Renner e Patarra (1980, p.252-254), após esses acontecimentos, reduziu-se consideravelmente a oferta de trabalho, então os países mais avançados fomentaram políticas de atração aos imigrantes com mão-de-obra não-qualificada, transformando a Europa num “continente de imigração”. Contudo já em 1965, os Estados Unidos limitavam o fluxo para proteger os trabalhadores nacionais. Daí pra frente, com a facilidade de mobilidade e redução dos preços dos serviços de transporte, a migração tornou-se um problema para os governos dos países industrializados.

De acordo com Bielschowsky (2000, p.47-55), na perspectiva da América Latina dos anos 70, a Cepal reconhecia a viabilidade de alguns “estilos” de crescimento, contanto que socialmente fosse mais justo e homogêneo. Com a crise e posterior endividamento dos países – seja do Brasil e México, dando prosseguimento ao processo de industrialização; seja os países do Cone Sul, abrindo-se ao mercado

externo e financeiro, gerando forte onda de importações em virtude da valorização cambial – os estudos se convergiam, desde final dos anos 60 para estimular o mercado interno e as exportações de bens industriais, com isso reduzir-se-ia as restrições externas. Não obstante, muitos pensadores continuavam percebendo que o bom crescimento do período gerava estruturas socialmente injustas. Trilhava-se, assim, um estilo de crescimento “maligno” ou “perverso”, no entendimento de Tavares e Serra (2000), quando se dirigiam ao período do “milagre econômico brasileiro”.

Na segunda metade da década de 70, Bresser Pereira cunhava a expressão “subdesenvolvimento industrializado”, quando também observava que o Brasil, ou parte dele, apesar de industrializado, continuava subdesenvolvido. Esse processo “[...] caracteriza-se pela tentativa de reproduzir na periferia os padrões de consumo do centro, em benefício de uma minoria capitalista e tecnoburocrática”¹⁵ (PEREIRA *apud* SOUZA, 1995, p.142). Segundo ele, o pivô está na produção de bens e serviços supérfluos para essa classe média e alta, com tecnologia avançada e importada, o que pressiona o balanço de pagamentos. Outro segmento produz para a classe trabalhadora com tecnologias tradicionais e nacionais. Como o modelo é concentrador de renda, favorece a expansão da produção de bens de consumo duráveis e de luxo para essas elites. “Os limites do crescimento do modelo não está na incapacidade de absorção de mão-de-obra ociosa, porque não se apóia nas massas, mas nas elites” (SOUZA, 1995, p.142). Isso posto, percebe-se que o modelo não depende da renda das classes pobres, mas das classes médias e altas, as quais já no final da década de 70 e em toda década de 80 terão mais e melhores meios de salvaguardarem contra a inflação.

Dentre as propostas de Bresser Pereira cita-se um maior planejamento estatal, principalmente, fomentando e orientando investimento privado na produção em setores de bens de capital e de consumo dos trabalhadores, e o incentivo às exportações. Aumentar a demanda por trabalho via política fiscal e manter o nível de salário real. Elevar a carga de tributos sobre a renda, herança, bens de luxo e ganhos de capital (SOUZA, 1995, p.143).

¹⁵ “O termo é empregado para expressar a expansão da nova classe média (técnicos, gerentes, funcionários públicos graduados), que aumentou de importância no Brasil [nas décadas de 50, 60 e 70] com a acumulação de capital e com o crescimento da classe empresarial” (SOUZA, 1995, p.143).

O segundo “choque do petróleo”, em 1979, veio intensificar o endividamento externo. No início dos anos 1980, com o aumento das taxas de juros internacionais, principalmente a dos Estados Unidos, muitos países da América Latina se viram obrigados a colocar em prática um ajuste recessivo para tentar manter equilibrado o balanço de pagamentos. A “década perdida”, assim como foi titulada pela Cepal, trouxe consigo o aprofundamento dos problemas sócio-econômicos.

Os problemas da década de 80 na maioria dos países latinos americanos e caribenhos não eram poucos, nem pequenos: crise cambial, inflação, endividamento e consequente dificuldade governamental em fomentar os investimentos, aumento das restrições externas a empréstimos, endurecimento nas renegociações dos prazos de amortização e elevação do serviço da dívida. Foi nesse período que as ideias da ortodoxia liberal ganharam vigor e hegemonia amparados pelos ajustes apontados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos credores. O pensamento cepalino, nesta década, esteve em confronto com as propostas ortodoxas, levando aquele a assumir, mais do que nunca, uma análise de curto prazo ou de conjuntura, renegando o desenvolvimentismo ao segundo plano (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 56-58).

Para a Cepal, as chamadas “políticas de ajuste” teriam que ser expansivas, com investimentos na produção, diversificação e exportação de bens transacionáveis (*tradeables*). O contexto social só alcançaria melhoras se a região obtivesse um nível de crescimento satisfatório – o que não ocorreu: nesta década o crescimento médio anual do PIB foi de 1,2%. Não obstante, seria necessária uma melhor renegociação da dívida, a qual desse capacidade aos países para promover políticas de ajuste com crescimento. Para isso, seria essencial que os países centrais reduzissem o protecionismo (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 57-59).

A Cepal, nesse período, condenava e desaprovava com mais veemência, a subordinação da esfera produtiva ao mercado financeiro, especialmente o internacional. Tal dependência iria se ratificar e se aprofundar a partir de 1989, quando o mercado financeiro central (principalmente, FMI e Banco Mundial), através de sua ortodoxia neoliberal, criou um conjunto de medidas para serem seguidas por países endividados, como os da América Latina. Essas medidas liberalizantes as

quais foram batizadas por John Williamson de “Consenso de Washington”¹⁶ influenciaram ou ditaram as políticas econômicas governamentais nos anos 90. Dentre os ajustes se propunha a manutenção de um Estado mínimo, com pouca intervenção na economia.

Inspirada em trabalhos de Fernando Fajnzylber, publicados ainda nos anos 80, os quais mostravam que nenhum país da região se encontrava no grupo dos que crescem e ao mesmo tempo distribuem renda, a Cepal retoma a perspectiva histórica, com a publicação de “Transformação produtiva com equidade”, em 1990. Esse texto se tornaria base para os debates dessa década – até mesmo dentro da própria instituição. Dentre as discussões incluem-se as novas funções dos Estados nacionais diante do novo cenário de privatizações e consequente redução da intervenção direta na economia (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 60-62).

A abordagem “neo-estruturalista” da Cepal – como ficou conhecida nos anos 1990 – reconhecia que em décadas passadas os países foram “poucos receptivos” ao avanço tecnológico determinando um modelo de industrialização debilitado. A estratégia agora se volta para uma maior abertura comercial a fim não ficar de fora da inserção do progresso técnico no setor produtivo (aumentando assim a produtividade do trabalho), o qual era reconhecido como caminho pelo qual os países eliminariam a vulnerabilidade externa e a pobreza. Por outro lado, o papel do Estado seria alterado para promover a eficiência do conjunto da economia. Ou seja, a “reforma” do estado e a abertura econômica pode trazer desenvolvimento desde que se bem conduzidos (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 62-68).

Sem embargo, apesar do sucesso das políticas de estabilização de preços na maioria dos países da América Latina e os ganhos reais de salários dos trabalhadores, “[...] a existência de abundante subemprego e as evidências sobre os efeitos perversos que o progresso técnico e o baixo crescimento [3,5% entre 1990/97] vêm tendo sobre o volume de emprego formal e sobre as desigualdades salariais [...]” fizeram os pensadores cepalinos perceberem que a vulnerabilidade continuava e se acentuava em virtude da grande volatilidade dos capitais especulativos (BIELSCHOWSKY, 2000, p.65). Além disso, os investimentos diretos

¹⁶ Para saber sobre os 10 pontos do “Consenso de Washington” ver Williamson (2004).

nessa década foram muito reduzidos. Segundo a Cepal, o crescimento médio e constante deveria ser, no mínimo, de 6% ao ano para compensar o atraso tecnológico e social (CEPAL, 2000, p.924).

[...] O escasso avanço regional no tocante à pobreza continua a se associar à insuficiência do processo de crescimento, a seu impacto débil no mercado de trabalho e a virtual estagnação da média da produtividade da mão-de-obra; este último aspecto é de abordagem imprescindível, caso se pretenda melhorar a competitividade internacional e atingir taxas de crescimento mais elevadas e sustentáveis (CEPAL, 2000, p.926).

A concretização do desenvolvimento econômico, para a Cepal, se apresenta claramente como a junção de vigoroso e sustentado crescimento do PIB, que seria alcançado com os frutos bons do progresso técnico e da competitividade internacional, através da maior produtividade do trabalho, e uma melhor distribuição de renda em razão desse aumento de produtividade e dinamismo econômico. No entanto, o crescimento foi pequeno e – apesar das diferenças entre os países da região e, mesmo diferenças regionais dentro dos próprios países – as porcentagens de pobres e indigentes diminuíram na década de 90, mas ainda assim ficaram aquém do nível registrado em 1980, como se verifica nos dados (Tabela 3) da próxima seção.

Na seção seguinte examinaremos se as necessidades, principalmente as básicas, estão sendo atendidas e se o principal recurso escasso está sendo bem utilizado e remunerado, conforme o entendimento de desenvolvimento econômico que foi atribuído na primeira parte deste capítulo.

1.3. A satisfação das necessidades e o emprego do recurso escasso mais importante

Chegou-se ao final do segundo milênio da era cristã e a mais de três séculos do processo de produção capitalistas com desafios enormes a serem enfrentados. O ser humano desenvolveu espetacularmente as forças produtivas de modo a dominar

os metais, a comunicação, os meios de transporte, etc. Além disso, avanços extraordinários na medicina dissiparam inúmeras doenças que até então era consideradas incuráveis e matavam muitas pessoas. A raça humana parecia ter encontrado o caminho para uma convivência social mais igualitária. Algo, no entanto, distorceu – e distorce – tal caminho e não se vislumbra um futuro melhor para os que estão submetidos a constante privação das suas necessidades, especialmente as básicas. Soma-se a isso, o recurso humano que não é considerado o mais importante e, assim, milhões de pessoas: homens, mulheres e crianças são tratados como supérfluos e quando não explorados. Analisemos mais detalhadamente.

1.3.1. A satisfação das necessidades básicas

Necessário se faz enfatizar, antes de tudo, que a desigualdade entre os homens sempre existiu (e parece que estamos longe de eliminá-la) e não é resultado somente da ascensão histórica do modo de produção capitalista. Na História recente da humanidade a admissão e tolerância às desigualdades sempre envolveram um poderoso fundo ideológico moldado por instituições nacionais, internacionais e até “divinas”. Serviu e servem para justificar e manter o antagonismo entre dominantes e dominados, pobres e ricos. Antes de tudo, as desigualdades são frutos dessas relações sociais de cada tempo histórico. Como exemplo, na gênese do capitalismo, a desigualdade, a pobreza eram vistas como “[...] produto do fracasso pessoal, e a sociedade não era responsável por sua existência” (REZENDE, 2000, p.85). No século XVIII, Jean-Jacques Rousseau expunha a existência de duas formas de desigualdade: natural ou física (diferenças na idade, saúde, força corporal, etc.) e moral ou política, sendo que contra a primeira nada poderia ser feito, pois já estava estabelecida pela natureza. Já a segunda

[...] depende de uma espécie de convenção e foi estabelecida, ou ao menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios desfrutados por alguns em prejuízo dos demais, como

o de serem mais ricos, mais respeitados, mais poderosos que estes, ou mesmo mais obedecidos (*apud* REZENDE, 2000, p.90).

A desigualdade, que antes se manifestava entre membros de uma região ou país, agora se vê estendida suas relações com o resto do mundo. A chamada “globalização” – atual estágio do modo de produção capitalista – assumiu formas de intervenção no âmbito internacional, interferindo nos governos, nas culturas e na economia. Agora, a intensidade da desigualdade depende também de decisões políticas e flutuações econômicas a nível supranacional.

Diante do significado de desenvolvimento econômico atribuído nesse trabalho, que leva em consideração a satisfação das necessidades pelo consumo, a qual é alcançada pela melhor alocação dos recursos, observa-se que na maioria dos países esse processo continua muito desigual, pois o principal recurso, o humano, está sendo subtilizado e mal empregado, além de obter baixas remunerações, levando milhares de pessoas à privação, inclusive de suas necessidades básicas. Segundo Celso Furtado (1964, p. 62), em *Dialética do desenvolvimento*, a maioria dos trabalhadores “[...] tendem a consumir a totalidade daquilo que lhes chega as mãos e logo tomam consciência de que estão submetidos a um regime de permanente racionamento na satisfação de suas necessidades”. Na verdade, a tomada de consciência pela grande parte dos trabalhadores está longe de acontecer e seu poder reivindicatório cada vez mais enfraquecido, principalmente nas últimas décadas¹⁷.

A redução da pobreza¹⁸ é possível se todos os governos, empresas, instituições encararem isso como prioridade e se o desenvolvimento, principalmente, o econômico, for “centrado no homem”. Assim, para os *cientistas da escassez*, “a minoração da pobreza em massa é o teste crucial para o desenvolvimento econômico” (LEIBENSTEIN, 1967, p. 13). Teste, aliás, difícil, mas não impossível, o qual depende também da articulação de outros fatores não econômicos. Verifica-se,

¹⁷ Sobre o enfraquecimento dos sindicatos nas últimas décadas RODRIGUES (2002).

¹⁸ Segundo o Banco Mundial (2000, p.2), a maneira de ver a pobreza pelos pobres vai além da definição corriqueira. Inclui também “[...] o sentimento de falta de poder, a incapacidade de se expressar, a vulnerabilidade e o medo”. Com o objetivo de simplificar, este trabalho entende pobreza como insuficiência de renda. “[...] Uma família é pobre quando sua renda per capita for tão pequena que não seja suficiente para adquirir os bens e serviços necessários para a sobrevivência adequada de seus membros. Determinar as causas da pobreza de uma família significa, portanto, identificar os fatores de que depende a renda per capita de seus membros” (PNUD, 1996, p.25).

como mostraremos mais adiante por meio de alguns dados selecionados, que o desafio não é pequeno.

O aumento da desigualdade impediu e impede a redução da pobreza. “A quantidade de crescimento necessária para reduzir a pobreza depende do nível de desigualdade de um país – quanto mais desigual for a distribuição do rendimento, menores são os benefícios do crescimento para os pobres” (PNUD, 2002, p.18-20). O crescimento tem que ser tal que desfaça os nós da desigualdade, ou seja, o crescimento tem que ser mais qualitativo e, portanto, equitativo. A busca por crescer o produto a qualquer custo torna-se um conjunto vazio (sem sentido) quando a divisão é igual ao aumento da desigualdade. No final do século XX, “entre os 73 países com dados (80% da população mundial), 48 observaram um aumento da desigualdade desde os anos 50, 16 não experimentaram mudanças e só 9 – com apenas 4% da população mundial – viram diminuir a desigualdade” (PNUD, 2002, p.20). Assim, torna-se equivocado a afirmação de Furtado (1977, p.91) de que “a hipótese de crescimento sem desenvolvimento, com referência a um conjunto econômico de estrutura complexa seria uma construção mental sem correspondência na realidade”. Passa despercebido por muitos economistas e também de alguns estudiosos de outras áreas, que o cálculo do Produto Nacional Bruto (PNB), “[...] e especialmente sua taxa de crescimento, é, na realidade, em grande parte o cálculo da taxa de crescimento das rendas dos vinte por cento superiores da população que recebem uma parcela desproporcionalmente grande do produto nacional” (TODARO, 1981, p.242).

A pobreza tem, então, sua base em fatores econômicos, ou seja, de como a sociedade produz e distribui a riqueza. Entretanto, para eliminá-la ou reduzi-la depende de outros fatores como nível de educação e saúde, crescimento populacional, igualdade entre os sexos, nível de emprego e salários, além dos fatores de estabilidade política (eliminação de conflitos armados etc.). “Esses hiatos da riqueza perpetuam o ciclo da pobreza: os que nascem pobres provavelmente morrerão pobres” (PNUD, 2002, p.23). “[...] A coexistência internacional de pobreza e riqueza não é simplesmente um fenômeno histórico que será corrigido com o transcorrer do tempo” (TODARO, 1981, p.161). De certo, o Estado tem por dever resguardar esses interesses coletivos de modo a impedir que a pobreza se auto-

reforce, ou seja, que a pobreza gere pobreza. A intervenção do Estado não somente no campo econômico, mas também nas áreas sociais, decorre da incapacidade da sociedade em organizar e distribuir a riqueza. Para os estudiosos, aqui mais diretamente o cientista econômico, deve-se lembrar que “a pobreza crônica é uma forma cruel de inferno: e ninguém pode entender o quanto este inferno é cruel pela simples contemplação da pobreza como um objeto” (TODARO, 1981, p.166).

A insuficiência de renda e, portanto, a privação da maior parte da população em consumir bens e serviços, parece uma necessidade desse modelo de produção capitalista. A privação das necessidades da maior parte da população mundial é entendida como necessária diante dos recursos naturais escassos. Nesse sentido, o consumo das camadas mais ricas se sustenta em deterioração do consumo das camadas mais pobres. Obviamente, a tecnologia poderia resolver em parte os constantes problemas de escassez, contudo sua adoção tem revelado efeitos indesejados sobre os níveis de emprego e rendimentos. Se não há quem comprar para que serve a tecnologia? Ela tem servido, a nível mundial, para atender a poucos demandantes, especialmente dos países mais ricos. Se a pobreza no mundo fosse extinta hoje ou se todos tivessem os padrões de consumo dos mais ricos, onde a sociedade disporia de recursos naturais para satisfazer o consumo? Certamente não disporia. Os padrões de consumo teriam que mudar para que o “desenvolvimento fosse sustentável”.

Aliás, os defensores do desenvolvimento sustentável – entendido como o consumo e a utilização racional e eficiente dos recursos naturais no presente de modo a não comprometer o consumo e bem-estar das gerações futuras – expõem, consciente ou inconsciente, dois erros. O primeiro está em considerarem como possível, ao mesmo tempo, a sustentabilidade dos recursos naturais e a extinção da pobreza. Ou seja, consideram aceitável a preservação do natural com um consumo elevado de recursos. Sem mudar os padrões de consumo, no estágio atual, não há como defender a bandeira da sustentabilidade. O atual modelo de crescimento destrói as suas próprias fundações. “Padrões de crescimento que perpetuam os níveis atuais de pobreza não são sustentáveis nem merecem ser sustentados” (PNUD(b), 1996, p.65). Aos que defendem o direito das gerações futuras em satisfazer suas

necessidades e que, segundo Robert M. Solow¹⁹, [...] são tão insistentes sobre o não infligir pobreza ao futuro têm de explicar porque não atacam a ainda mais elevada prioridade de reduzir a pobreza atualmente” (*apud* PNUD(b), 1996, p.16).

O segundo fundamenta-se na crença de que os pobres são os maiores degradadores do meio físico, sendo que a única saída se caracterizaria pela redução acentuada do crescimento demográfico nessa classe. Uma inverdade posta pela visão superficial do problema da pobreza, principalmente no meio urbano. Necessariamente os que têm mais renda consomem mais e, portanto, degradam mais o meio ambiente. Já no final dos anos 70, “[...] os países desenvolvidos, com apenas um terço da população mundial, [consumiam] quase 80 por cento dos recursos mundiais” (TODARO, 1981, p.269). Não queremos afirmar que os mais pobres não têm sua parcela de responsabilidade, mas sim defender esta posição: apesar da condição de pobreza de grande porcentagem da população, as pessoas ricas consomem mais bens e serviços e, por isso, degradam proporcionalmente mais o meio ambiente. Um exemplo disso é que nesse mesmo período um “[...] consumidor americano ou europeu médio [consumia], direta ou indiretamente, quase 16 vezes mais alimentos, energia e recursos materiais do que seu equivalente [...]” num país subdesenvolvido (TODARO, 1981, p.269). Apesar dos países mais ricos darem melhor tratamento aos resíduos sólidos, a emissão de CO₂ confirma melhor a relação positiva entre nível de renda e degradação: em 1998, das 6,6 bilhões de toneladas emitidas, 44% foram produzidas pelos 14% dos países com rendimentos mais elevados (PNUD, 2002, p.28). Muitos, ao defenderem a redução do número de pobres como caminho mais curto para manter a sustentabilidade do planeta, esquecem que a raiz do problema se encontra nesse modo de produção social, o qual cria cada vez mais produtos, muitos deles supérfluos, ou seja, cria necessidades as custas de uma degradação crescente do meio ambiente.

O crescimento populacional está longe de ser uma das principais causas da pobreza, da desigualdade e do subdesenvolvimento econômico. Tentar atribuir maior peso ao crescimento demográfico é reduzir o debate a simples questão de variação numérica. Como se as pessoas, mesmo antes de seu nascimento, já tivessem contribuição negativa ou positiva em relação a pobreza, dependendo em

¹⁹ Prêmio Nobel em Economia, 1989.

qual classe social viesse a nascer, ou seja, como se uma criança pobre em seu nascimento recebesse o seguinte rótulo pelas estatísticas: “esta gera e aumenta a pobreza e degrada o meio ambiente”. O problema populacional precisa ser visto juntamente com outros agravantes da realidade sócio-cultural de cada país ou região. Pode-se aceitar que esse crescimento intensifica os problemas sociais, caso se dê, principalmente, entre as classes mais pobres²⁰. A sociedade, ao produzir e reproduzir a pobreza parece querer insentir-se desse peso ao propor que a pobreza é em si a principal geradora de pobreza. Mais especificamente, os pobres são fonte de pobreza. Certamente, o estado de privação de necessidades, entre elas: saneamento básico, educação, moradia, saúde médica, alimentação etc., em que essa classe está submetida ajuda a perpetuar o ciclo. Não obstante, se os pobres fossem responsáveis pelo seu estado, haveria então meios deles saírem desse ciclo. O que não aconteceu e não acontece. Cada vez mais o Estado é convocado a amenizar esse grandioso problema, inclusive com ações assistencialistas.

Entre 1970 e 1985 a porcentagem de pobres reduziu de 52% para 44% nos países em “desenvolvimento”; contudo o número absoluto de pobres aumentou de 944 milhões para 1,156 bilhões, em decorrência do forte crescimento demográfico, principalmente nessa classe social (FNUAP, 1992, p.3). Entretanto, nesse mesmo período, o Produto Nacional Bruto (PNB) mundial aumentou em 40% (PNUD(b), 1996, p.4). Pode-se perceber claramente que o crescimento econômico sem equidade distributiva traz consequências maléficas, principalmente para os mais pobres. O crescimento econômico é indispensável para alcançar o desenvolvimento econômico desde que visado os aspectos qualitativos desse crescimento. Não faz sentido crescer por crescer. Ao se perseguir (principalmente pela classe política) somente os aspectos quantitativos, muitos países acabam perpetuando um paradoxo: crescer sem reduzir satisfatoriamente a pobreza. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a População, em meados dos anos 80, havia mais pessoas passando fome do que no fim dos anos 60. “Isto também não foi meramente um efeito da fome africana. Os números absolutos também subiram 10 milhões na Ásia e quatro milhões na América latina” (FNUAP, 1992, p.4).

²⁰ Em geral o crescimento populacional, apesar da alta mortalidade em razão do próprio estado de vida, é maior dentre as classes mais pobres. As elevadas taxas de natalidade decorrem, principalmente, do baixo nível instrução, a condição de submissão e dependência das mulheres e a falta de planejamento familiar.

O “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: o ataque à pobreza”, do Banco Mundial já relatava a “pobreza num mundo de abundância” no final do segundo milênio. Num período de bonança para muitos países “[...] 2,8 bilhões de pessoas – quase metade da população do mundo – vivem com menos de US\$ 2 por dia. [...] desse total, 1,2 bilhão vivem à margem da vida, com menos US\$ 1 por dia” (BANCO MUNDIAL, 2000, p.3)²¹. A situação de pobreza extrema por região do planeta pode ser melhor visualizada na Tabela 1, a qual compara o início e o fim dos anos 1990. Verifica-se que a porcentagem dos que vivem apenas com um dólar/dia em relação à população total reduziu em praticamente todas as regiões. Porém, como já dito anteriormente, o crescimento demográfico e a péssima distribuição de renda, associados a fatores políticos, guerras etc., ajudaram a manter quase inalterado o número de pessoas (em milhões) que vivem nessa situação.

Tabela 1: Pessoas que viviam com 1 dólar/dia em 1990 e 1999.

Região	Parcela (porcentagem)		Número (milhões)	
	1990	1999	1990	1999
África Subsariana	47,7	46,7	242	300
Ásia Oriental e Pacífico,	27,6	14,2	452	260
Excluindo a China	18,5	7,9	92	46
Ásia do Sul	44,0	36,9	495	490
América Latina e Caribe	16,8	15,1	74	77
Europa Central, do Leste e CEI	1,6	3,6	7	17
Médio Oriente e África do Norte	2,4	2,3	6	7
Total	29,0	22,7	1.276	1.151
Excluindo a China	28,1	24,5	916	936

Fonte: World Bank 2002c apud PNUD, 2002, p.18.

Nota: 1 dólar por dia corresponde a 1,08 dólares a preços de 1993 em paridades de poder de compra (PPC)

A maior parte da população mundial em 1999 que vivia na pobreza extrema (com menos de 1 dólar/dia) se encontrava na Ásia (aproximadamente, 65%), em virtude também do grande número populacional da região, principalmente na China e Índia. Segundo o FNUAP (1992, p.3) entre 1970 e 1985 a população pobre nesse continente aumentou em 75 milhões. Na África Subsariana 300 milhões de pessoas

²¹ “Al fijar una línea de pobreza común a todos os países, inevitablemente surgen dificultades de comparabilidad relacionadas con los distintos niveles de precios vigentes en cada uno de ellos. Este problema se intenta resolver, al menos parcialmente, empleando tipos de cambio que reflejen una “paridad del poder adquisitivo” (PPA), es decir, tipos de cambio corregidos de manera que un dólar tenga la misma capacidad de compra en cualquier lugar del mundo. [...] El último paso en el procedimiento para calcular la pobreza consiste en llevar los datos de la encuesta al mismo año de referencia de la línea de pobreza, para lo que se deflactan estos valores de acuerdo a la evolución del índice de precios al consumidor (IPC) en ese periodo” (CEPAL, 2001, p.51).

viviam com menos de US\$ 1/dia (considerado na margem da existência humana) em 1999, uma majoração de 58 milhões durante a década de 90. Além disso, “20 países da África Subsariana, com mais da metade da população da região, estão mais pobres agora (ano de 2000) do que em 1990 – e 23 estão mais pobres do que em 1975” (PNUD, 2002, p.10).

Na América Latina o número de pobres entre 1970 e 1980 passou de 130 milhões para 144 milhões. Os anos 1980 também obtiveram crescimento na porcentagem de pobres em relação a população total, de 41% para 47% (FNUAP, 1992, p.3). No final década de 90, apesar da porcentagem de pobres ter reduzido em termos absolutos, 11 milhões de pessoas a mais estavam nessa situação; assim, aproximadamente 211 milhões eram pobres (aproximadamente 18% da população total), sendo 89 milhões abaixo da linha de indigência (CEPAL, 2001, p.41-42)²². Sem embargo, um exame geral da região deve-se levar em conta que Brasil e México possuem mais da metade da população da região. Na Tabela 2 visualiza-se a porcentagem dos números de pobres e indigentes em relação ao total da população.

Apesar das diferentes metodologias adotadas pela Cepal e pelo Banco Mundial, os índices fornecem um fiel cenário da dimensão do problema da pobreza enfrentado pelos países da América Latina no final do século XX. Em 1980, na América Latina, de acordo com a Cepal, 62,9 milhões ou 29,8% das pessoas que viviam no meio urbano eram pobres e indigentes. Esse número subiu para 134,2 milhões (37,1%) em 1999, retratando o inchaço das cidades e os problemas advindos pela falta de estrutura urbana, baixa qualificação da força de trabalho, desemprego etc. Na zona rural, em 1980, o número de pobres era maior que no meio urbano, 73 milhões, tendência que começou a reverter ainda durante aquela década. Apesar disso o número de pobres no meio rural continuou a crescer, passando para 77,2 milhões em 1999. Assim, a porcentagem de pobres na zona rural em relação a sua

²² As estimaciones utilizadas pela CEPAL para medir a pobreza são através realizadas através do “[...] método del costo de las necesidades básicas, basado em cálculo de líneas de pobreza. Estas líneas dan cuenta del ingreso mínimo necesario para que los miembros de un hogar puedan satisfacer sus necesidades esenciales. Siempre que se dispuso de los antecedentes necesarios, la línea de pobreza de cada país y zona geográfica se estimó a partir del costo de una canasta básica de alimentos que cubre las necesidades nutricionales de la población, tomando en consideración sus hábitos de consumo, la disponibilidad efectiva de alimentos y sus precios relativos. [...] En general, los precios considerados para los centros urbanos y rurales son menores en un 5% y un 25% respectivamente, en relación a los precios en áreas metropolitanas” (CEPAL, 2001, p. 39).

população elevou-se de 59,9% para 63,7%, de 1980 para 1999. Há, portanto, uma tendência ao aumento da pobreza nas duas áreas (tabela 3).

Tabela 2: Linha de indigência e Pobreza em 15 países da América Latina no final do século XX.

ESTIMACIONES CON LÍNEAS DE POBREZA NACIONALES E INTERNACIONALES						
(En porcentajes de población)						
País	Lineas nacionales (CEPAL)			Lineas internacionales (Banco Mundial)		
	Año	Indigencia	Pobreza	Año	Menos de 1 dólar diario a/	Menos de 2 dólares diarios b/
Bolivia	1989 c/	23.3	53.2	1990	11.3	38.6
Brasil	1996	13.9	35.8	1997	5.1	17.4
Chile	1994	8.0	28.6	1994	4.2	20.3
Colombia	1997	23.5	50.9	1996	11.0	28.7
Costa Rica	1997	7.8	22.5	1996	9.6	26.3
Ecuador	1994 d/	25.5	57.9	1995	20.2	52.3
El Salvador	1997	23.3	55.5	1996	25.3	51.9
Guatemala	1989	41.8	69.1	1989	39.8	64.3
Honduras	1997	54.4	79.1	1996	40.5	68.8
México	1996	21.3	52.1	1995	17.9	42.5
Panamá	1997	13.0	33.2	1997	10.3	25.1
Paraguay	1994 d/	18.8	49.9	1995	19.4	38.5
Rep. Dominicana	1997	14.4	37.2	1996	3.2	16.0
Uruguay	1990 d/	3.4	17.8	1989	< 2.0	6.6
Venezuela	1996	20.5	48.1	1996	14.7	36.4

Fonte: CEPAL, 2001, p.51.

a/ Equivalente a 32,74 dólares por persona al mes.

b/ Equivalente a 65,48 dólares por persona al mes.

c/ Ocho capitales departamentales más la ciudad de El Alto.

d/ Área urbana.

Tabela 3: População pobre e indigente na América Latina entre 1980 e 1999.

AMÉRICA LATINA: POBLACIÓN POBRE E INDIGENTE, a/												
1980-1999												
	Pobres b/						Indigentes c/					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Millones	Porcentaje	Millones	Porcentaje	Millones	Porcentaje	Millones	Porcentaje	Millones	Porcentaje	Millones	Porcentaje
1980	135.9	40.5	62.9	29.8	73.0	59.9	62.4	18.6	22.5	0.6	39.9	32.7
1990	200.2	48.3	121.7	41.4	78.5	65.4	93.4	22.5	45.0	15.3	48.4	40.4
1994	201.5	45.7	125.9	38.7	75.6	65.1	91.6	20.8	44.3	13.6	47.4	40.8
1997	203.8	43.5	125.7	36.5	78.2	63.0	88.8	19.0	42.2	12.3	46.6	37.6
1999	211.4	43.8	134.2	37.1	77.2	63.7	89.4	18.5	43.0	11.9	46.4	38.3

Fonte: CEPAL, 2001, p.38. Sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.

a/ Estimación correspondiente a 19 países de la región.

b/ Personas en hogares en situación de pobreza. Incluye a la población en situación de indigencia.

c/ Personas en hogares en situación de indigencia.

Como no capítulo 3 deste trabalho analisaremos a situação das famílias do estado do Espírito Santo com respeito a seus rendimentos, torna-se interessante também uma visão geral dos agregados familiares na América Latina, tendo por base pesquisas domiciliares em cada país. Entre 1980 e 1999 o número de domicílios pobres elevou-se tanto no meio urbano como no rural. Em 1999, 35,3% dos domicílios eram considerados pobres, ou seja, de cada 100 agregados familiares, 35 não dispunham de recursos para as suas necessidades básicas, sendo que 14 não tinham renda para adquirir a alimentação básica, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4: Agregados familiares pobres e indigentes na América latina entre 1980 e 1999.

AMÉRICA LATINA: MAGNITUD DE LA POBREZA E INDIGENCIA, a/						
1980-1999						
	Porcentaje de hogares					
	Pobres b/			Indigentes c/		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1980	34.7	25.3	53.9	15.0	8.8	27.5
1990	41.0	35.0	58.2	17.7	12.0	34.1
1994	37.5	31.8	56.1	15.9	10.5	33.5
1997	35.5	29.7	54.0	14.4	9.5	30.3
1999	35.3	29.8	54.3	13.9	9.1	30.7

Fonte: Cepal, 2001, p.38. Sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.

a/ Estimación correspondiente a 19 países de la región.

b/ Porcentaje de hogares con ingresos inferiores a la línea de pobreza. Incluye a los hogares que se encuentran en situación de indigencia.

c/ Porcentaje de hogares con ingresos inferiores a la línea de indigencia.

Na década de 90, na região, 11 países reduziram a porcentagem de domicílios pobres; porém na Venezuela, Colômbia, Equador e Paraguai foram registrados aumentos. A Venezuela teve o pior resultado: em 1981, 22% dos agregados familiares eram pobres; subiu para 34% em 1990 e em 1999 chegou a 44% (CEPAL, 2001, p.43-46).

La mayoría de los hogares pobres en América latina residen en viviendas que carecen de acceso al agua potable y, en menor medida, en viviendas con más de tres personas por cuarto. Además, son hogares con una alta tasa de dependencia demográfica y baja densidad ocupacional, donde el jefe generalmente posee menos de 3 años de estudio y en algunos casos se encuentra desempleado. Los niños y jóvenes de hogares pobres suelen desenvolverse en entornos de bajo clima educacional, se incorporan tempranamente al trabajo, y muchos de ellos no estudian ni trabajan (CEPAL, 2001, p.52).

No Brasil, a situação retrata o que acontece na maioria dos países da América Latina. Como mostra a Tabela 5, na década de 80 ocorreu um forte crescimento absoluto da pobreza em todas as regiões do país. Nos anos 90 a região Sul foi a que alcançou melhores resultados: os domicílios pobres reduziram tanto em número quanto em porcentagem do total da região. Por outro lado, a região Norte obteve 157,3% de aumento no número de domicílios pobres nessa década, porém observa-se que apesar disso a porcentagem em relação ao total da região apenas passou de 32,3% para 38%, o que se deduz que um forte crescimento populacional. Em 2001, nas regiões Centro-oeste, Nordeste e Sudeste, em relação a 1990, ocorreram uma pequena variação positiva em termos absolutos no número de agregados familiares pobres, contudo a redução percentual foi bem significativa. Esses resultados podem ser atribuídos, principalmente, a maior atenção dos governos em áreas sociais após a Constituição de 1988 e a estabilidade monetária do Plano Real.

Tabela 5: Porcentagem e número de domicílios pobres das regiões brasileira em 1981, 1990 e 2000*

Regiões	1981		1990		2001	
	%	domicílios	%	domicílios	%	Domicílios
Centro-oeste	29,8	498.881	27,2	660.960	20,5	689.951
Norte	33,1	193.236	32,3	347.429	38,0	893.992
Nordeste	60,1	4.227.808	63,6	5.694.746	51,1	6.099.743
Sul	28,6	1.231.549	31,1	1.743.573	19,6	1.472.027
Sudeste	20,3	2.480.327	23,8	3.721.065	18,1	3.744.973
Brasil	33,4	8.631.801	36,1	12.167.773	28,1	12.900.686

Fonte: elaboração própria através dos dados do IPEA.

*As linhas de pobreza extrema ou indigência apresentadas no Ipeadata são estimadas a partir da metodologia desenvolvida pela comissão IBGE-IPEA-CEPAL para se definir uma cesta básica de alimentos que satisfaça os requisitos nutricionais em cada região brasileira. A linha de pobreza é definida como sendo duas vezes a linha de extrema pobreza.

Em 1980, 24,3% da população brasileira era considerada pobre. Essa proporção subiu para 39,3%, em 1988, atingindo os mesmos patamares de 1970. Em 1998, 10% da população mais rica do país detinha 47% da renda nacional. Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas de 1998, das pessoas as quais viviam na pobreza absoluta no mundo (1,3 milhões) estimava-se que 25 milhões encontravam-se no Brasil, sobrevivendo com menos de 1 dólar/dia (REZENDE(b), 2000, p.120). De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) o número de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a linha de pobreza teve pouca alteração na década de 90: passou de 58,2 milhões em 1990 para 58,3 milhões em 2001.

1.3.2. O recurso escasso mais importante: o humano.

Com o exposto até aqui sobre os níveis de privação das necessidades básicas de parte da população, pode-se concluir que o recurso humano está sendo subtilizado. Como utilizá-lo plenamente? Parece ser esse o maior desafio dos cientistas da escassez. Na linguagem puramente técnica da profissão: como alcançar o pleno emprego? Muitos pensadores tentam responder teoricamente a uma pergunta que mexe com o sentimento de milhões de pessoas. “A falta de emprego [...] lhes retira a

oportunidade de desenvolverem as suas capacidades e destrói a sua dignidade e amor-próprio” (PNUD(b), 1996, p.54). As teorias econômicas, com suas famosas curvas e abordagens matemáticas sofisticadas, até o momento não conseguiram satisfazer um desejo real e palpável: a segurança do ser humano em ter uma renda para satisfazer suas necessidades.

Existem muitas abordagens e teorias sobre o desemprego. Cabe aqui somente destacar brevemente a base de três das principais escolas. Os neoclássicos atribuem o desemprego aos salários acima da produtividade marginal do trabalho. Isso se resolve se os trabalhadores aceitarem o salário de mercado. Ao aceitarem os salários haverá emprego para todos. Portanto, para eles, o que existe é desemprego voluntário e por isso a intervenção estatal é vã e até maléfica. Keynes refuta a idéia de desemprego involuntário e considerava que o desemprego é provocado pela precariedade da demanda efetiva, ou seja, por uma demanda insuficiente para absorver todos os bens e serviços produzidos. Agora o mercado de trabalho depende do que ocorre no mercado de bens. Por isso a ênfase na intervenção estatal para dinamizar a demanda. Já para Marx, o próprio modo de produção capitalista gera um número de desempregados para atender à acumulação, o qual ele chamou de Exército Industrial de Reserva. Desse modo, não há muito que se fazer dentro do capitalismo: no ápice das fases cíclicas o desemprego reduz e o contrário se verifica na depressão. Para ele o Estado é uma instituição que atua defendendo os interesses dos capitalistas.

Independente de qualquer posição teórica, há de se concordar que a quase totalidade das famílias somente possui como fator de produção o seu trabalho e, por isso, a ocupação deve ser um direito garantido. Em verdade, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948, art. XXIII), “todo ser humano tem direito ao trabalho, [...] a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Não obstante, as famílias pobres, as quais não possuem outra fonte de renda a não ser a remuneração do seu trabalho ou certa poupança, passam por muitas dificuldades em regiões onde o sistema de seguridade social é falho. O testemunho de uma *Mulher no Egito*, citado pelo BANCO MUNDIAL (2000, p.2) retrata bem essa situação: “é uma calamidade quando meu marido fica doente. A nossa vida pára, até que ele se recupere e volte a trabalhar”.

Em se tratando das mulheres, nos parece correta a expressão de que elas “são as mais pobres dentre os pobres”, em virtude o seu estado de submissão social, das menores oportunidades de empregos, além da remuneração ser inferior à dos homens. Apesar disso, o trabalho feminino surge como forma de emancipação no meio familiar e social. A mulher trabalhadora fora de casa consegue, além da autonomia econômica, complementar a renda da família; esta, em muitos casos, torna-se a única renda dos domicílios. Estes, em boa parte, são chefiados por elas: as chamadas famílias monoparentais. Entretanto, tais mulheres, na maioria dos casos, absorvem dupla jornada com os cuidados com o lar. Na América Latina, em 1999, segundo CEPAL (2001, p.91), das 193,7 milhões de pessoas ocupadas 64,7 milhões eram mulheres. A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho vem aumentando durante as últimas décadas, apesar de estarem, em sua maioria, na informalidade.

O desemprego urbano, no final do século XX, encontrava-se num patamar preocupante em muitos países da América Latina (Tabela 6). Em 2000, a média ponderada para a região alcançou 8,5% da População Economicamente Ativa (PEA); quase três pontos percentuais acima do início dos anos 1990. Nessa década a oferta de trabalho cresceu 2,6% e a demanda somente 2,2%. Em 1999, mais de 18 milhões de pessoas estavam desempregadas. O aumento da oferta foi em virtude da elevação das pessoas em idade de trabalhar e a permanência do processo de migração campo-cidade. Em 1990, 72% da PEA se encontrava nas cidades. Esse percentual subiu para 76,3% em 1999 (CEPAL, 2001, p.87-92)²³.

Para as pessoas que moram no meio rural fica cada vez mais difícil tirar seu sustento em sua terra natal. Isso decorre, principalmente, pela “[...] falta de acesso aos ativos produtivos, em particular terra e capital [...]” (PNUD(b), 1996, p.98). Conseqüentemente há um esvaziamento da zona rural em direção às cidades. A América Latina é um exemplo: apesar da taxa de natalidade ser maior entre a população rural, esta na década de 90 teve uma taxa média de variação

²³ Na América Latina, “[...] el crecimiento poblacional del decenio se concentró en el grupo de personas cuyas edades se encuentran en el tramo intermedio (de 15 a 64 años). [...] la población en edad de trabajar alcanzó un crecimiento promedio de 2,4% anual durante la década, que además de determinar una notable reducción en la tasa de dependencia demográfica de más de nueve puntos porcentuales (de 68,8% a 59,6%), permitió un aumento importante de la población económicamente activa (PEA)” (CEPAL, 2001, p.90).

populacional anual muito pequena, apenas 0,1%; passando de 124,5 milhões em 1990 para 125,3 milhões em 1999. Já a população urbana que no início dos anos 90 era de 305,2 milhões atingiu 374,5 em 1999, uma taxa de variação média anual de 2,3%. No final do século passado a agricultura era a principal atividade, empregando 40 milhões de pessoas; entretanto, o pífio crescimento anual da demanda de trabalho agrícola (0,7%) na década não foi suficiente para incorporar o crescimento da PEA, incrementando assim o êxodo rural (CEPAL, 2001, p.88-95).

Tabela 6: América Latina y el Caribe (22 países): desempleo urbano (tasas anuales medias)

Pais	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 a/
América Latina y el Caribe											
Promedio ponderado	5.8	5.7	6.5	6.5	6.6	7.5	7.9	7.5	8.1	8.8	8.5
Promedio simple	9.5	9.6	9.8	10.0	9.5	10.1	10.5	9.9	9.7	10.6	10.8
Argentina b/	7.4	6.5	7.0	9.6	11.5	17.5	17.2	14.9	12.9	14.3	15.1
Barbados c/	14.7	17.3	23.0	24.3	21.9	19.7	15.6	14.5	12.3	10.4	9.2
Bolivia b/	7.3	5.8	5.4	5.8	3.1	3.6	3.8	4.4	6.1	8.0	7.6
Brasil b/	4.3	4.8	5.8	5.4	5.1	4.6	5.4	5.7	7.6	7.6	7.1
Chile d/	9.2	8.2	6.7	6.5	7.8	7.4	6.4	6.1	6.4	9.8	9.2
Colombia b/ e/	10.5	10.2	10.2	8.6	8.9	8.8	11.2	12.4	15.3	19.4	20.2
Costa Rica	5.4	6.0	4.3	4.0	4.3	5.7	6.6	5.9	5.4	6.2	5.3
Cuba c/	...	7.7	6.1	6.2	6.7	7.9	7.6	7.0	6.6	6.0	5.5
Ecuador e/	6.1	7.7	8.9	8.9	7.8	7.7	10.4	9.3	11.5	15.1	14.1
El Salvador	10.0	7.9	8.2	8.1	7.0	7.0	7.5	7.5	7.6	6.9	6.5
Guatemala	6.0	4.2	1.6	2.6	3.5	3.9	5.2	5.1	3.8
Honduras c/	7.8	7.4	6.0	7.0	4.0	5.6	6.5	5.8	5.2	5.3	...
Jamaica c/	15.3	15.4	15.7	16.3	15.4	16.2	16.0	16.5	15.5	15.7	15.5
México	2.7	2.7	2.8	3.4	3.7	6.2	5.5	3.7	3.2	2.5	2.2
Nicaragua	7.6	11.5	14.4	17.8	17.1	16.9	16.0	14.3	13.2	10.7	9.8
Panamá d/ e/	20.0	19.3	17.5	15.6	16.0	16.6	16.9	15.5	15.2	14.0	15.2
Paraguay	6.6	5.1	5.3	5.1	4.4	5.3	8.2	7.1	6.6	9.4	10.7
Perú f/	8.3	5.9	9.4	9.9	8.8	8.2	8.0	9.2	8.5	9.2	8.5
República Dominicana c/ e/	...	19.6	20.3	19.9	16.0	15.8	16.5	15.9	14.3	13.8	13.9
Trinidad y Tabago c/ e/	20.1	18.5	19.6	19.8	18.4	17.2	16.2	15.0	14.2	13.1	12.5
Uruguay f/	9.2	8.9	9.0	8.3	9.2	10.3	11.9	11.5	10.1	11.3	13.6
Venezuela	11.0	9.5	7.8	6.6	8.7	10.3	11.8	11.4	11.3	14.9	14.0

Fonte: CEPAL, 2001, p. 105.

a/ Cifras preliminares. b/ Principales áreas urbanas. c/ Nacional. d/ Región metropolitana. e/ Incluye desempleo oculto. f/ Ciudad capital.

Uma das piores chagas da atual sociedade é não conseguir empregar as pessoas e ainda querer usar as crianças como mão-de-obra. Não há dúvida de que isso “é a consequência de uma exploração econômica e social extrema” (PNUD(b), 1996, p.91). O trabalho infantil tira das crianças o direito de desenvolverem suas capacidades, perpetuando assim o ciclo de pobreza. Estima-se que na África, em meados dos anos 1990, “[...] mais de 20% das crianças [eram] consideradas trabalhadoras, e na América Latina entre 10 e 25%” (PNUD(b), 1996, p.91). Uma dura realidade do final do milênio encarada muitas vezes como normal, pois como diz a educação popular: “é cedo que se começa!”. Outras vezes, essa situação é legitimada em razão do estado de pobreza e da desestrutura familiar encontrado principalmente nos centros urbanos.

Outro fato lamentável e inconcebível de exploração extrema é o trabalho escravo. Uma das piores formas de “exploração do homem pelo homem” insiste em sobreviver alimentada pela pobreza extrema, submetendo homens, mulheres e crianças ao trabalho forçado em troca de sua sobrevivência. Em 2005, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2005, p.11),

[...] pelo menos 12,3 milhões de pessoas, em todo o mundo, [eram] vítimas de trabalho forçado. Desses, 9,8 milhões [eram] explorados por agentes privados, inclusive mais de 2,4 milhões em trabalho forçado como consequência do tráfico de pessoas. Outros 2,5 milhões [eram] forçados a trabalhar pelo Estado ou por grupos militares rebeldes²⁴.

Ao se considerar a pessoa como o recurso mais importante na produção social, não há como conceber sua exploração extrema. Os fins econômicos, nesses casos, superam os direitos universais da dignidade humana. Das vítimas do tráfico, estima-se que em 2005, 43% foram para fins de exploração sexual comercial (dentre essas 98% são mulheres e meninas), 32% usadas para exploração econômica forçada e 25% delas foram traficadas em virtude da combinação dois fatores citados. O mais impressionante é a previsão de que 40 a 50 por cento do total de pessoas traficadas são crianças. O rendimento do tráfico de trabalho forçado chegou a US\$ 31,6 bilhões (OIT, 2005, p.15-16).

Outro problema, a informalidade, despertou interesse acadêmico nos últimos tempos. As divergências de pensamentos costumam ser normais nesse meio. O que nos chama atenção, e até estranheza, são duas instituições das Nações Unidas terem posições sobre o tema totalmente antagônicas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1996(b), p.97) aconselha “[...] o reconhecimento [por parte dos governos] da valiosa contribuição do setor informal para o emprego – e a tomada de medidas que possam incentivar a sua expansão”. Por outro lado, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (2001, p.96) condena a expansão desse tipo de ocupação, pois “la alta correlación entre la informalidad y la precariedad en el mercado laboral [...es] un indicio de la mala calidad del empleo [...], usualmente relacionada con [...] la inestabilidad laboral y la falta de acceso a la seguridad social”.

²⁴ A metodologia para trabalho forçado pode ser vista em OIT (2005, p.12).

De fato, no setor informal as jornadas de trabalho são superiores e os salários mais baixos. “[...] Constata-se hoje, corriqueiramente, que a informalidade não é um celeiro de empreendedores, de pessoas ativas e enérgicas, mas sim o refúgio dos sem opção” (MALAGUTI, 2001, p.78). A Tabela 7 retrata a dimensão desse setor no mercado de trabalho urbano na América Latina nos anos 1990. No final da década o número de trabalhadores informais quase igualava com os do setor formal. A porcentagem do setor informal no mercado de trabalho elevou-se de 43% em 1990 para 48,4% em 1999. Nessa década “[...] 7 de cada 10 nuevas plazas ocupacionales en las zonas urbanas se generaron en el sector informal o de baja productividad” (CEPAL, 2001, p.87). Isso revela o crescente clima de insegurança no qual vivem as pessoas. O sistema capitalista de produção parece não encontrar uma forma de assimilar o fator humano como prioritário.

Tabela 7: América Latina: segmentos del mercado de trabajo em las zonas urbanas a/

	1990	1994	1997	1999
Número de ocupados (miles)				
Total	107 581	120 886	130 996	136 626
Sector formal	61 318	65 668	68 810	70 462
Sector informal	46 264	55 218	62 185	66 164
Estructura porcentual				
Sector formal	57.0	54.3	52.5	51.6
Sector informal	43.0	45.7	47.5	48.4
Inserción de los nuevos empleos (porcentajes)				
	1990-1994	1994-1997	1997-1999	1990-1999
Sector formal	32.7	31.1	29.3	31.5
Sector informal	67.3	68.9	70.7	68.5

Fonte: CEPAL, 2001, p.96. Sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.

a/ El empleo informal o de baja productividad incluye a las personas en microempresas (establecimientos de hasta cinco personas), al empleo doméstico, a los trabajadores por cuenta propia no calificados y a los trabajadores familiares no remunerados.

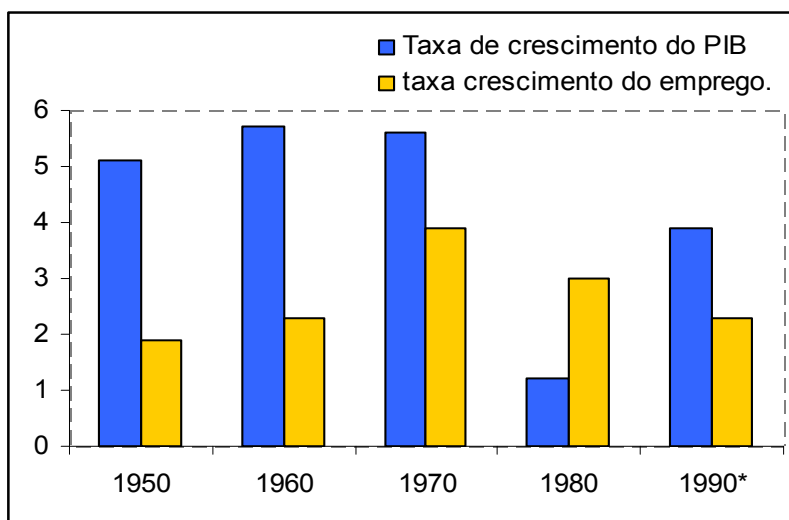
Muitos cientistas, num passado bem próximo, defendiam a ideia de crescimento do bolo para depois reparti-lo: o importante era crescer a qualquer custo, mesmo num ambiente de desemprego e salários baixos, pois os ganhos seriam repartidos no futuro com mais oportunidades para todos. “[...] Distribuir rendimento de forma demasiado igualitária levaria à diminuição de incentivos e que, por isso, baixariam os rendimentos de todos” (PNUD(b), 1996, p.52). A chave, aqui, está na crença de que os ricos precisam de um incentivo para investir. Parte da sociedade poderia ser sacrificada agora, mas sua recompensa seria breve. Assemelha-se muito ao pensamento atribuído ao maquiavelismo de que “os fins justificam os meios”. O recurso humano não deve ser visto como um meio, mas como um fim, ou seja, o

crescimento tem que servir para aumentar o nível de bem estar de todos. A crença, que o aumento dos bens e serviços produzirá uma sociedade igualitária, camufla uma ideologia poderosa. Na realidade, esse quadro mudará a partir do momento em que as pessoas não forem vistas apenas como meios de se alcançar maior produção. O crescimento deve estar a serviço do desenvolvimento humano.

No gráfico 1 verifica-se que o ritmo do crescimento do emprego é inferior ao do produto. Em muitos países, na década de 1990, o crescimento econômico gerou pouca ou nenhuma variação na demanda por trabalho. Logo dois novos jargões foram adotados: “crescimento sem emprego” e “crescimento desumano”. Na verdade torna-se importante o padrão desse crescimento.

Depende do que é produzido, por quem e como, da composição do produto e da tecnologia utilizada, da organização, da produção e da distribuição de ativos produtivos como a terra e o capital financeiro. Tudo isso afeta a quantidade e o tipo de emprego gerado. E tudo isso é sensível às opções de política (PNUD(b), 1996, p.91).

Gráfico 1: Taxa média de crescimento do PIB e do emprego na América Latina e nos países e nos do Caribe nas décadas de 1950-1990.



Fonte: Weller (2000) apud Saavedra (2004, p.190).

* A década de 1990 compreende o período de 1990 a 1997.

De fato, “qualquer que seja a causa, o desemprego está a criar uma sociedade polarizada na qual milhões de pessoas são consideradas supérfluas” (PNUD(b), 1996, p.58). Nesse sentido, o nível de bem-estar de parte da população pode ser baixo mesmo diante da abundância, interferindo, assim, na liberdade de escolha das pessoas e das famílias. Todos os indivíduos possuem liberdade para comprar bens e serviços, no entanto, nada adianta se elas não possuírem renda suficiente. Um

exemplo interessantíssimo é a comparação entre o monge e o pobre. “Tanto o monge que jejua como o pobre esfomeado têm fome – a diferença é que o primeiro exerce sua liberdade de escolha, o segundo não” (PNUD(b), 1996, p.49).

Mais do que acabar com o desemprego da força de trabalho, torna-se necessário remunerá-la dignamente. A utilização eficiente do recurso humano inclui sua satisfatória remuneração. “Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana [...]” (ONU, 1948, art. XXIII). Um melhor rendimento alarga as escolhas das pessoas, aumentando seu nível de bem-estar. Na maioria dos países o salário mínimo é amparado por lei, porém ele está longe de atender a sua função social. O caso brasileiro é um exemplo clássico: segundo estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo necessário, em abril de 2008, para garantir uma vida social básica de acordo com o artigo 7º da Constituição Federal, deveria ser de R\$ 1.918,12²⁵ e não o vigente, R\$ 415,00.

Só para visualizarmos melhor a desigualdade na distribuição dos rendimentos, em 1993, 1% das pessoas mais ricas do mundo tinham rendimentos iguais aos 57% mais pobres; o rendimento dos 5% mais ricos era 114 vezes o dos 5% mais pobres; e os 10% mais ricos dos EUA tinham rendimento igual a dos 43% mais pobres do mundo, o que correspondia naquele ano a seguinte igualdade: 25 milhões de cidadãos estadunidenses ganhavam iguais a quase 2 bilhões de pessoas (PNUD, 2002, p. 19).

A distribuição de renda na América Latina é a mais desigual do mundo (CEPAL, 2001, p.67) e o Brasil possui o pior Índice de Gini da região, seguido pela Bolívia. No final dos anos 90, somente a Costa Rica, o Uruguai e a Venezuela possuíam índice de concentração de renda pessoas abaixo de 0,5. Pela ótica da concentração da renda nas mãos das famílias, o quadro permanece inalterado. “Las recesiones más intensas perjudicaron sobre todo al 40% más pobres de los hogares, mientras que el 10% de mayores ingresos consiguió aumentar su participación en el ingreso total, y mantenerla en los auges” (CEPAL, 2001, p.74). Os países menos concentradores de

²⁵ A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário.

renda da região são Costa Rica e Uruguai. No extremo encontra-se o Brasil, onde 10% das pessoas mais ricas concentram quase a metade da renda nacional. Na maior parte dos países mais de 40% das pessoas recebem rendimentos inferiores a 50% da média nacional (ver Tabela 8). Na maioria dos países da região a desigualdade de renda é mais discrepante nas áreas urbanas.

Tabela 8: América latina (países selecionados): distribuição e concentração de renda no final do século XX.

Países	Ano	Participação na renda total dos:		% pessoas com rendimento menor que 50% da média	Índice de Gini	
		40% mais pobres	10% mais ricos		Pessoas <i>a/</i>	Agregados familiares <i>b/</i>
Argentina <i>c/</i>	1999	15,4	37,0	44,2	0,542	0,438
Bolívia	1999	9,2	37,2	45,5	0,586	0,508
Brasil	1999	10,1	47,1	54,8	0,640	0,552
Chile	2000	13,8	40,3	46,4	0,559	0,472
Colômbia	1999	12,3	40,1	46,6	0,572	0,487
Costa Rica	1999	15,3	29,4	36,1	0,473	0,402
Equador <i>d/</i>	1999	14,1	36,6	42,0	0,521	0,447
El Salvador	1999	13,8	32,1	40,6	0,518	0,431
Guatemala	1998	12,8	40,3	49,5	0,582	0,485
Honduras	1999	11,8	36,5	46,4	0,564	0,477
México	1998	15,1	36,7	43,1	0,539	0,435
Nicarágua	1998	10,4	40,5	45,9	0,584	0,511
Panamá	1999	12,9	37,1	46,4	0,557	0,466
Paraguai	1999	13,1	36,2	46,3	0,565 <i>e/</i>	0,457 <i>e/</i>
Uruguai <i>d/</i>	1999	21,6	27,0	32,2	0,440	0,312
Venezuela	1999	14,6	31,4	38,6	0,498	0,419

Fonte: Elaboração própria a partir das tabelas II.1, II.2 e do quadro II.1 (CEPAL, 2001, p.69-72).

a/ Inclui as pessoas com renda igual a zero. *b/* A partir da distribuição da renda per capita dos agregados familiares do conjunto do país. *c/* Grande Buenos Aires. *d/* Total urbano. *e/* Área metropolitana de Assunção.

Sabe-se que as desigualdades de renda se manifestam dentro dos estados e cidades. Quanto mais reduzirmos o foco territorial melhor será o exame das discrepâncias de rendimento. Nesse sentido, esse trabalho propõe-se analisar as diferenças entre os rendimentos das famílias dos municípios do estado do Espírito Santo nos anos 90, fazendo uma análise se tais rendimentos satisfazem suas necessidades, pelo menos as básicas. Almeja-se verificar se o desenvolvimento econômico, entendido no primeiro tópico desse capítulo, realiza-se em todos os municípios. Aspira-se também, uma contribuição metodológica no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no sentido de ajustá-lo à realidade dos municípios capixabas e brasileiros.

Antes, contudo, necessário se faz um breve exame histórico-econômico da região, para assim se compreender as particularidades do desenvolvimento capitalista e a inserção do estado nesse contexto. Almeja-se assim, a compreensão e interpretação dos indicadores dos anos 90 à luz dos acontecimentos que imprimiram certas especificidades na estrutura produtiva e seus desdobramentos na ocupação do território e na vida social.

2. CONCISA CONSIDERAÇÃO DA INSERÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NA ECONOMIA CAPITALISTA

Tomando como norteador o trabalho de João Manoel Cardoso de Mello, “O capitalismo tardio”, procuraremos traçar a inserção do Espírito Santo no capitalismo nascente, ou melhor, como as “forças de transição” introduziram o estado no capitalismo desde 1535, com a chegada do primeiro donatário. Não se trata aqui de uma minuciosa abordagem histórica, antes sim, de alguns aspectos que influenciaram a vida sócio-econômica da população capixaba. Apesar disso, assemelha-se muito ao que a própria História se propõe, ou seja, estudar o passado buscando entender o presente.

Primeiramente, há de se ter claro que no início da capitania o Mercantilismo impõe a colônia o pacto colonial ou o exclusivismo metropolitano, numa forma mercantil monopolista com base no trabalho indígena e, mais tarde, escravo. Posteriormente, com a Independência, as relações de comércio continuavam se dando através de produtos primários para exportação e também com adoção no trabalho escravo até as últimas décadas do século XIX. A partir daí até meados do século XX, apesar de as relações sociais se basearem em trabalho livre – e para o caso do Espírito Santo, em razão das suas particularidades, não quer dizer majoritariamente trabalho assalariado –, a produção ainda é predominantemente primário-exportadora. Nos anos 60 do século passado a economia toma rumos de diversificação com forte tendência a industrialização de base para exportação e de matérias-primas, principalmente após 1975, agora sim, com maior utilização do trabalho assalariado.

Resta-nos situar o estado nesses contextos e visualizarmos suas especificidades ao desenvolvimento do capitalismo em outras regiões do país, especialmente São Paulo. Este alcançou um dinamismo econômico-urbano-financeiro muito superior ao estado capixaba, tornando-se o centro industrial do país. O Espírito Santo, apesar da proximidade geográfica com aquela região, não conseguiu imprimir o mesmo padrão de desenvolvimento. As comparações se fazem necessárias para responder essa questão e nos ajudar a entender como a economia do estado chegou ao final do século XX.

Para isso, longe de ser um esquema periódico rígido (até porque os fatos históricos não são pontuais no tempo), dividiu-se esse capítulo conforme o esboço apresentado no segundo parágrafo. É por acreditarmos que o desenvolvimento econômico do Espírito Santo dos anos 1990 reflete um tipo de inserção econômica e social no capitalismo, desde sua fase de “acumulação primitiva” até sua consolidação, que nos dispomos a essa breve descrição.

2.1. A capitania do Espírito Santo na economia colonial mercantil (1535-1821)

Antes de iniciarmos a análise desse período no Espírito Santo, necessário se faz um traçado geral do que estava acontecendo a nível internacional, ou seja, as relações entre colônia e metrópole. O objetivo desta foi alargar seus ganhos através de comercialização no mercado mundial de produtos coloniais (açúcar e metais preciosos, por exemplo) produzidos em grande escala. Nesse sentido, a produção da colônia deve ser altamente especializada e não pode ser concorrente com a da metrópole. O monopólio de comércio ou exclusivismo metropolitano impõe enorme jugo sobre a colônia, pois deteriora em muito os termos de troca, haja vista que seus produtos eram vendidos por baixos preços e, ao contrário, fixavam-se preços elevados às suas importações (MELLO, 1984, p.36-40). Assim, a economia colonial foi impedida de “[...] acumular autonomamente ao se estabelecerem a apropriação e o controle do excedente pela burguesia comercial metropolitana” (MELLO, 1984, p.41). Isso posto, passemos ao exame dos acontecimentos e fatos os quais deram certa especificidade à capitania do Espírito Santo diante desse processo de transição e consolidação do capitalismo, que já estava se processando no continente europeu.

Tendo como base a atual configuração geográfica do Espírito Santo, os nativos no início do século XVI ocupavam, mesmo dispersos e em pequeno número, praticamente todas as regiões. Dentre as tribos destacavam-se: a) os Botocudos (Aimorés e Goitacazes), os quais mesmo não tendo uma região definida em razão

do nomadismo, viviam mais interiorizados na região do rio Doce e principalmente na região oeste e noroeste do estado adentrando por Minas Gerais; b) os Tupiniquins, Tupinambás e Termininós, que se ocupavam de toda a faixa litorânea, preferencialmente próximos aos rios; e c) os Puris, que habitavam a parte montanhosa do sudoeste e o vale do Itapemirim. A exceção dos Botocudos, todas as tribos tinham feições sedentárias e além da caça, pesca e coleta, cultivavam principalmente a mandioca (MOREIRA e PERRONE, 2003, p. 8-12).

Diante desse quadro chegaram, em 1535, na Vila do Espírito Santo (atual município de Vila Velha), os primeiros e poucos colonizadores portugueses. Entretanto a convivência com os nativos não era nada pacífica, haja vista a inabilidade daqueles portugueses no tratamento aos silvícolas e a não aceitação destes da invasão de território. Poucos anos depois, as tribos se uniram e arrasaram a Vila, fazendo com que os poucos sobreviventes fundassem a Vila Nova (atual Vitória) e vila de São Mateus, ou se refugassem para outras capitanias (MOREIRA e PERRONE, 2003, p. 15-16).

Nas décadas seguintes, a organização da colônia se dará com a importante contribuição dos jesuítas na catequese dos índios – esses sim, tinham um melhor manejo no tratamento aos nativos, mesmo que fosse por força da aculturação – e na instrução aos colonos, os quais tinham “amolecido seus princípios morais”. Além disso, os respeitados jesuítas dariam enormes contribuições às culturas de subsistências e ao cultivo da cana-de-açúcar (OLIVEIRA, 1975, p.53). Com isso, aldeias iam se formando necessariamente pelo litoral, por onde era mais fácil escoar a pequena produção, haja vista a ausência de estradas pelo interior e a persistente resistência dos Botocudos. De acordo com Rodrigo Simão (2001, p.29), a exceção dessa ocupação chamada de “civilização carangueja” eram os núcleos de Nossa Senhora da Conceição da Serra e São Mateus.

Em relação a adoção do trabalho do negro africano compulsório no Brasil, a então capitania do Espírito Santo se insere nesse contexto um pouco diferente de outras capitanias. Como bem lembrado por José Teixeira de Oliveira (1975, p.123) a despeito do tráfico de escravos ter iniciado somente no ano de 1621²⁶: “o comércio

²⁶ Entretanto, segundo Almada (1984, p.57), “já no século XVI erguiam-se engenhos que em 1580 chegaram a concentrar na província duzentos escravos, dos poucos existentes no Brasil de então”.

de carne humana com o continente negro já era velho de quase um século em outras partes do Brasil. Teriam, aqui, os índios bastado, até então, às necessidades dos colonizadores?”. Apesar do autor não responder diretamente tal pergunta, tudo indica que a mão-de-obra indígena foi de grande importância nesse período devido ao relativo sucesso no processo de aculturação e seu significativo contingente populacional. O Padre Afonso Brás, em meados do século XVI, espanta-se com o número de nativos: “son tantos, y es la tierra tan grande, y van en tanto crecimiento, que si no tuviessen continua guerra, y si se no comiessen los unos a los otros no podrían caber” (apud OLIVEIRA, 1975, p.76). Isso se confirma pelos dados ainda expressivos da população indígena aldeada em 1789. Tomando como exemplo, a Vila de Nova Almeida, que era composta de índios, num total de 2.712, e a vila de Benevente, na qual seus chefes eram índios, os habitantes livres eram 3.017. Apesar do alto número de mortes dos nativos decorrente do contato com os colonos e jesuítas (principalmente por transmissão de doenças), a população ameríndia dessas duas vilas era superior à população livre da principal vila (Vitória), com 2.327 pessoas (OLIVEIRA, 1975, p.223). Ainda em 1823, o então presidente da província²⁷, relata a redução da arrecadação em virtude dos impostos da região de Campos não serem mais arrecadados pelo Espírito Santo, desde 1821. Isso levaria a dispensar os trabalhos dos indígenas nos aldeamentos do Rio Doce (OLIVEIRA, 1975, p.284).

Em relação à utilização da mão-de-obra escrava no Brasil, uma pergunta importante tem sido respondida de forma muitas vezes simplista: por que a adoção do trabalho escravo? Ou, melhor, qual o motivo a sua reinvenção? Bittencourt (1987, p.48-49) apesar de reconhecer que a metrópole necessitava de produção em grande escala, atribui o fato essencialmente a falta de braços na Europa, a dificuldade do ameríndio se sujeitar devido a divergências culturais, “dispersão e baixa concentração”, e a facilidade de subjugar os africanos (povos “bárbaros”) sem ferir a “moralidade e a tradição européia”. Martins (1979, p.25) descarta esse pensamento ao observar que “o caráter compulsório do trabalho não provinha da escassez absoluta de mão-de-obra, mas do fato de que a oferta desses trabalhadores no mercado era regulada pelo comércio negreiro”. Aliás, esse capital comercial subordinava a produção, num

²⁷ “Por decreto de vinte e oito de fevereiro de 1821, as Capitanias receberam o título de Províncias” (OLIVEIRA, 1975, p.275).

primeiro momento, ao concentrar os recursos dos fazendeiros imobilizados na compra do escravo (MARTINS, 1979, p.26).

Para se aprofundar nas análises e ir além das aparências, deve-se entender que a escassez de mão-de-obra, seja na metrópole ou em qualquer país europeu, não é explicação para o trabalho compulsório do negro no Brasil.

Se o móvel da empresa colonial era o lucro, tratava-se de rebaixar, ao máximo, o custo de reprodução da força de trabalho. Havendo abundância de terras apropriáveis, os colonos contariam com a possibilidade de produzirem a própria subsistência, transformando-se em pequenos proprietários e, especialmente, em posseiros. Nessas condições, obter produção mercantil em larga escala significava assalariar a sua força de trabalho, o que exigiria que a taxa de salários oferecida fosse suficientemente elevada para compensar, aos olhos do colono, a alternativa da auto-subsistência. Assim sendo, o trabalho compulsório era mais rentável que o emprego de trabalho assalariado²⁸ (MELLO, 1984, p.39-40).

O caráter mercantil imposto pelo capital comercial a colônia com vista a garantir a produção, e por consequência a acumulação, tratava assim de reinventar a escravidão. Além disso, o comércio de negros era muito lucrativo, gerando grande poder de acumulação para esse capital. Deste modo, o capital comercial invadiu a órbita produtiva imprimindo esse dinamismo a economia colonial.

Na metrópole, a libertação do trabalho, o trabalho assalariado; na colônia, a 'reinvenção' de formas de relações sociais pré-capitalistas. Progresso e, ao mesmo tempo, aparente retrocesso – aparente porque ingrediente indispensável ao progresso. [...] A especificidade da economia colonial dos tempos modernos [reside em] produção mercantil e trabalho escravo 'reinventados' para estimular a transição do feudalismo para o capitalismo (MELLO, 1984, p.41 e 43).

O número de escravos na capitania, na segunda metade do século XVIII, concentrava-se nas vilas de Vitória e Vila Velha. Nesta, o número de escravos ultrapassava a população livre e naquela a população escrava (4.898) correspondia a três quartos da livre (2.327). Nos núcleos jesuítas de Benevente e Nova Almeida, onde predominava a população indígena, a população escrava era bem reduzida (OLIVEIRA, 1975, p. 232-233). A grande importância da mão escrava para sustentar a economia será ratificada com a ascensão do cultivo do café no século XIX.

²⁸ No próximo tópico, veremos que com o advento da crise do trabalho compulsório, a partir da segunda metade do século XIX, especialmente em São Paulo, adotou-se nas fazendas o colonato como sistema de trabalho, o qual não se trata de uma forma pura de trabalho assalariado.

Retomando o século XVII, percebe-se que os melhores resultados devem ser atribuídos aos jesuítas em “seus” núcleos. Foram administrando o trabalho indígena que eles encabeçavam diversas fazendas com criação de gado, farinha de mandioca, açúcar e outras culturas. Assim, os jesuítas se tornaram “os únicos empresários de sucesso” naquele século, especialmente no período 1627-1674 quando a capitania foi mal administrada por capitães-mores. Estima-se que em princípio desse mesmo século a população de origem européia era aproximadamente de 500 pessoas e a população indígena aculturada que trabalhava nos seis engenhos era de 11.000 pessoas. Apesar do número reduzido de engenhos em relação às localizadas nos atuais estados de Pernambuco e Bahia (66 e 36 respectivamente, de um total de 118 em todo o Brasil), a capitania do Espírito Santo estava a frente de regiões como Rio de Janeiro, Ilhéus e Itamaracá que possuíam apenas três (BITTENCOURT, 1987, p.34-36).

A partir de 1674 o novo donatário, no intuito de dar impulso a monocultura da cana-de-açúcar, exigiu que as fazendas com mais de 6 escravos se dedicassem a essa cultura, chegando a trazer até casais da Bahia para estimulá-la (MOREIRA e PERRONE, 2003, p. 31 e 38). Entretanto, o ciclo da cana entraria em decadência após a expulsão dos holandeses do nordeste em 1654 e a posterior concorrência com as Antilhas. O golpe de misericórdia na vida sócio-econômica da capitania foi a descoberta de ouro, paradoxalmente, no seu interior, em fins do século (SIMÃO, 2001, p.30).

Com o intuito de proteger as minas, já no início de século XVIII a Coroa Portuguesa proibiu a construção de estradas para o interior, determinou o fechamento do rio Doce à navegação e a construção de fortificações, além de ter aumentado o número de militares (MOREIRA e PERRONE, 2003, p.34-35). A metrópole contava a seu favor duas barreiras naturais quase intransponíveis: a barreira verde caracterizada pela densa e inexplorada floresta atlântica e a barreira humana, formada pelos Botocudos, principalmente na região do rio Doce.

O século XVIII foi, no mínimo, desastroso para a capitania. A região das Minas Gerais foi concedida o *status* de capitania, ficando uma pequena faixa estreita litorânea para capitania do Espírito Santo. A partir de 1711, esta transformou-se em Capitania Real, chefiada por obedientes e poucos dinamizadores capitães-mores

(MOREIRA e PERRONE, 2003, p.35). Além disso, a corrida pelo ouro proporcionou uma emigração em massa para as minas, permanecendo aqui, de acordo com o recenseamento de 1728, aproximadamente, 5.000 habitantes dispersos na faixa litorânea. Praticamente só ficaram militares, religiosos, funcionários públicos e escravos desses grupos (SIMÃO, 2001, p.31). As minas exerciam força de atração sobre todas as regiões da colônia e também sobre a metrópole. Em vão foram as publicações de editos para conter o êxodo litorâneo. “Em Portugal também foram feitos decretos que proibiam o fluxo descontrolado de pessoas para o Brasil, visando garantir a continuidade da produção portuguesa (agrícola)” (SIMÃO, 2001, p.31).

Nesse século, como expõe Oliveira (1975, p.187), não há “nada que se destaque da mesmice de uma vida paupérrima [...]”. A expulsão dos jesuítas em 1759, além de provocar ainda mais o esvaziamento com a dispersão dos indígenas da capitania, traria a decadência da já minguada atividade econômica. Para piorar o cenário, em 1764, a região de São Mateus – a mais próspera até então, destacando-se na produção de farinha de mandioca – foi anexada à capitania de Porto Seguro (MOREIRA e PERRONE, 2003, p.27 e 36).

No início do século XIX (em 1802) a pequena população da capitania – 23.000 habitantes²⁹ – ainda se encontrava dispersa em vilas pelo litoral em virtude da barreira humana do interior (os índios botocudos) e a falta de recursos para enfrentá-los. A produção era pequena e os recursos obtidos com as exportações (por cabotagem) para a Bahia e o Rio de Janeiro serviam, praticamente, para suprir a necessidade de ferramentas para a agricultura e manutenção do vestuário³⁰. Nesse período, também, já se observa que os índios aldeados começavam a adquirir hábitos europeus. Em 1811, Vitória tinha um comércio minguado, “[...] tudo em pequena escala, pois a agricultura estava como esquecida. As casas refletiam a penúria dos moradores [...], não havia divertimentos, devido à pobreza, que era geral”. A situação das outras vilas não era diferente e a via de comunicação entre elas era precária, sempre pela costa (OLIVEIRA, 1975, p.246-254).

²⁹ Segundo os cálculos do governador da época: Silva Pontes.

³⁰ “Entre as praças do Rio de Janeiro e Vitória havia uma diferença para mais, nesta última, de trinta a cinquenta por cento nos preços das utilidades. Por certo, não existiam lojas de artigos de luxo, pois os homens trajavam-se com uma calça de algodão e camisa do mesmo tecido; as mulheres vestiam camisa de algodão e ‘saia indígena’” (OLIVEIRA, 1975, p.262).

Com a autonomia em questões militares em relação à capitania da Bahia (1810)³¹ e o fim das proibições com o contato com Minas Gerais, a capitania do Espírito Santo parecia ter entrado numa fase de recuperação do tempo perdido. Em 1814 começou a ser construída uma ligação entre Vitória e Vila Rica, terminada em 1820 com guarnições armadas em seu percurso. Em 1812 já se produzia café próximo ao rio Doce com objetivo de exportação, mesmo que em ínfima quantidade. O número de engenhos e engenhocas, em 1818, era de 66 e 68 respectivamente, entretanto os métodos de cultivo eram ainda primitivos (OLIVEIRA, 1975, p.238-259).

Em suma, o Espírito Santo, tornou-se uma capitania pouco próspera e pouco dinâmica, decorrente, de inúmeros fatores internos e externos. Pode-se citar, sobretudo, a deterioração dos termos de troca imposta pelo monopólio de comércio; a sua dependência política da Bahia e do centro dinâmico nordeste açucareiro; na época da mineração, a política de isolamento pela coroa portuguesa; e as administrações ruins, que não souberam conciliar diversos interesses e conflitos, principalmente com os indígenas.

Parece-nos mais significativo apontar o pouco interesse externo pela capitania em contraponto com outras áreas. Nesse sentido, a capitania serviu ao capital comercial internacional para sustentar, além do território contra invasões, outras áreas produtoras de açúcar e, posteriormente, ouro. No caso do período açucareiro, ao investir no nordeste, disponibilizou poucos recursos para o Espírito Santo e em se tratando do período aurífero, ao isolar a capitania da região mais próspera. Nesse ponto pode-se dizer que a capitania foi usada indiretamente para os propósitos de acumulação. Apesar de possuir características aparentes nos moldes das relações metrópole-colônia (plantation e monopólio de comércio), ao que tudo indica, somente no primeiro quartel do século XIX, próximo da Proclamação da Independência, o Espírito Santo entra mais decisivamente no estilo da economia colonial mercantil com o retorno do açúcar brasileiro no cenário mundial desde a penúltima década do século XVIII³². Um pouco tarde, pois agora o capital

³¹ Com o “[...] desligamento da tutela da Bahia em 1810 [...] os administradores capixabas passavam a ter mais autonomia, no entanto, a influência baiana marcaria a administração do Espírito Santo até a independência em 1822” (SIMÃO, 2001, p.35).

³² “Entre os anos 80 do século XVIII e o fim da era colonial, o Brasil encontrará um mercado mundial para produtos tropicais altamente favorável, mas que logo se revelará frágil, pois se assentava na

internacional já consolidado procurava outras formas de se relacionar economicamente com os países nascentes, como veremos no próximo tópico.

2.2. A província do Espírito Santo na economia primário-exportadora com trabalho escravo (1822-1888)

No âmbito internacional, em fins do século XVIII encerra-se a fase de acumulação primitiva de capital, completa-se a transição ao capitalismo industrial (leia-se inglês). Com isso, esse capital industrial procura outras formas de se relacionar com os Estados nascentes, isso inclui o fim da economia colonial e sua característica mais combatida: o exclusivismo metropolitano (MELLO, 1984, p.44).

Há contradição entre capitalismo industrial e produção colonial não porque a produção da periferia, em constituição, deva deixar de ser mercantil e complementar. Ao contrário, o que se requer é produção de produtos primários de exportação. Porém, não se trata mais de produção colonial, pois o 'sentido' da produção mercantil complementar é bem outro. Não mais produtos agrícolas coloniais e metais preciosos, e, sim, alimentos e matérias-primas produzidos em massa (pelo conjunto da periferia), porque só produção em massa pode significar baixos preços [...] para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e para baratear o custo dos elementos componentes do capital constante (MELLO, 1984, p.44-45).

A vinda da Família Real para o Brasil (1808) foi importante para fomentar o capital mercantil nacional e confirmar os interesses da Inglaterra. Pode-se citar como consequências mais importantes a dissolução do monopólio de comércio metropolitano³³ e o impulso dado posteriormente à formação do Estado brasileiro. Criou-se assim “[...] a possibilidade de que se nacionalizasse a apropriação do excedente e de que se internalizassem as decisões de investir” (MELLO, 1984, p.58).

incapacidade temporária de fornecimento por parte das colônias espanholas e francesas, devido à dificuldades políticas por elas vividas” (CELIN, 1984, p.31)

³³ Há de se destacar o decreto de Abertura dos Portos Brasileiros às nações amigas promulgado quatro dias após a chegada da corte portuguesa.

De acordo com Mello (1984, p.45-47) existe também uma contradição entre o capitalismo industrial e as formas de trabalho compulsório. Somente com mão-de-obra livre poder-se-ia, ao mesmo tempo, ampliar mercados e ter produção em massa primário-exportadora de produtos complementares. Por que, então, o revigoramento da mão-de-obra escrava na primeira metade do século XIX? Por que, então, a princípio, não se pressionou mais incisivamente para o fim da escravidão no Brasil? Duas coisas para o autor parecem fundamentais: a primeira é que, nesse período, o trabalho compulsório não atrapalhava a entrada de produtos ingleses no Brasil, pois já tinha caído por terra o monopólio de comércio com a metrópole. A segunda é que, com a Independência, essa era, agora, uma decisão de soberania nacional. Assim, a decisão Inglesa, em 1807, de declarar livres os escravos de suas colônias não poderia ser prescrita, de imediato, na América Latina. O que os Ingleses somente puderam fazer foi pressionar para o fim do tráfico, a partir do segundo quartel do século XIX.

[...] A instâncias da Inglaterra, foi assinado, em 1826, tratado em que o Brasil, se obrigava a interromper o tráfico no prazo de 3 anos e que, em 1831, foi sancionada lei que declara livre os africanos aqui chegados daí por diante. [...] Ambos permaneceram letra morta e que em 1845, com o Bill Aberdeen, as pressões inglesas se intensificaram, chegando, no ano da extinção, a ameaças, nem sempre veladas, de invasão. Nem é preciso sublinhar o que é patente: a decisão foi, praticamente, imposta pela Inglaterra ao jovem Estado Brasileiro (MELLO, 1984, p.59).

Desse modo, enquanto o mercado interno dispuzesse de escravos redimensionados a princípio da região das minas e, posteriormente, das áreas açucareiras (que haviam retomado o crescimento após a decadência do ciclo do ouro), e da sobrevivência do tráfico, mesmo que burlando a lei, era assegurada, assim, a rentabilidade da cultura latifundiária cafeeira; levando em conta, é claro, a cotação internacional dos preços do café.

A generalização do consumo do café no exterior, entre 1810 e 1850, foi de suma importância para a expansão da cultura do café no Brasil. Já em 1830 o país era o maior produtor mundial. A quantidade de boas terras e a facilidade de escoamento da produção decorrente da principal área produtora, até então, o Vale do Paraíba, e a manutenção do tráfico de escravos, apesar da escalada de seus preços, podem ser vistos como dinamizadores dessa primeira fase. Além disso, a redução dos custos dos fazendeiros se dava através da super exploração da mão-de-obra

escrava e o cultivo predatório do solo (MELLO, 1984, p.69-70). Esses dois fatores subordinados a lógica do lucro: “produzir em larga escala a baixos preços era a única maneira de expandir a produção auferindo lucros e enfrentando com êxito a concorrência dos demais países produtores” (MELLO, 1984, p.70).

A partir do momento que a produção ia se interiorizando aumentava os custos de transporte. Outro problema de custo para economia mercantil escravista era a persistente elevação do preço do escravo em razão do fim do tráfico e início do comércio interprovincial. No entanto, o aumento dos preços internacionais do café a partir de 1857 foi fundamental para manter a interiorização escravista e, assim, a produção expandiu-se até 1863 (MELLO, 1984, p.70-71). “[...] Em 1868, a produção mundial de café se reduz, sob o efeito de fatores naturais. Isto e a elevação do consumo mundial promoveram a subida dos preços internacionais e internos até 1875” (MELLO, 1984, p.71).

Segundo Mello (1984, p.58-72) três fatores são determinantes para o desenvolvimento e manutenção da economia mercantil-escravista: a) a disponibilidade mão-de-obra compulsória a preços baixos. Com o fim do tráfico e o posterior comércio interno interprovincial os preços se elevariam progressivamente; b) a existência de terras com bom nível de produtividade. Em virtude dessa disponibilidade, e o baixo preço da terra³⁴, os fazendeiros cultivavam de forma predatória, reduzindo, assim, custos com a recuperação do solo; c) do comportamento, principalmente, da oferta e dos preços externos. Realmente as fases cíclicas de preços estão ligadas ao tamanho da oferta dessa cultura, a qual também é influenciada por outros países produtores, e suas safras. Entretanto, o Brasil como maior produtor terá grande peso na formação da oferta e, conseqüentemente, no preço.

Duas coisas pareciam, no curto espaço de tempo, colocar em risco o modelo mercantil: o aumento de custos decorrente da majoração do preço do escravo e da elevação dos gastos com transporte. O segundo fator foi sendo resolvido com a

³⁴ “Em 1882, a Associação Comercial de Santos estimava que, do valor de uma fazenda de café, uns 20% poderiam corresponder à avaliação da terra. Mas, o historiador Taunay assinala que as avaliações inventariais imputavam ao terreno preços meramente nominais, não realizáveis. Quando muito, inferiores a essa estimativa. Mais valiosos que a terra eram os escravos” (MARTINS, 1979, p.25).

introdução, pelo capital mercantil nacional, apoiado pelo capital financeiro inglês, da estrada de ferro a partir de meados dos anos 1860. Também o Estado brasileiro apoiou o empreendimento em ferrovias, garantindo juros. Com os benefícios do melhoramento dos meios de transporte, poupou-se muito trabalhador escravo destinado ao transporte da carga e que puderam ser redirecionados para trabalhar nas plantações. Outro fator importante, para economizar escravos, foi a introdução, no Oeste Paulista, da máquina de beneficiamento de café³⁵. Tanto a ferrovia, como a máquina de beneficiamento, além de poupar trabalhador, melhorou a qualidade do produto e, conseqüentemente, seu preço no mercado (MELLO, 1984, p.80-81).

Em suma, para o fim da adoção do trabalho compulsório ou sua gradual substituição era necessário que os lucros se reduzissem de tal forma que começasse a ser economicamente inviável sua continuação. Como bem recordado por Mello (1984, p.83), o escravismo “[...] para ser colocado em xeque, basta que se obste a acumulação”. Uma hora essa acumulação estacionaria ou reduziria em virtude também das taxas negativas de crescimento da população negra escrava, isto é, da baixa taxa de natalidade e alta taxa de mortalidade, decorrentes das condições de exploração social.

No começo da segunda metade do século XIX, apresentou-se a gênese da crise do trabalho compulsório. A imigração estrangeira surge como alternativa³⁶, contudo, para São Paulo principalmente, não é qualquer imigrante, mas um contingente que possa gerar um excedente populacional pobre, desprovido da compra dos meios de produção, especialmente a terra (mesmo que provisoriamente). A grande quantidade de terras devolutas, “[...] teoricamente sujeita a simples ocupação por parte dos interessados, poderia se constituir num grande entrave, não só à libertação dos escravos, como à entrada de trabalhadores livres de origem estrangeira (MARTINS, 1979, p.29). Esse problema foi resolvido com a criação de um instrumento legal e jurídico de monopólio sobre a terra: a Lei de Terras de 1850, a qual estabelecia que

³⁵ “[...] O Vale do Paraíba continuou mergulhado nos processos rotineiros, enredado em graves dificuldades financeiras” (MELLO, 1984, p.81). Ao que tudo indica são esses produtores decadentes que migrarão para o sul do Espírito Santo (ROCHA e COSSETTI, 1983, p.27-28).

³⁶ Em fins dos anos 1840 houve uma tentativa de introdução de imigrantes nas fazendas de São Paulo com fins de parceria. O fracasso foi atribuído aos conflitos de interesses entre os colonos e fazendeiros. Estes queriam “[...] converter os parceiros em proletários e não fomentar futuros concorrentes”. Aqueles buscavam se transformar “[...] em proprietários, encarando sua condição como espécie de etapa para formar um pecúlio, o bastante para dar o ‘salto’” (MELLO, 1984, p.85).

a terra somente poderia ser ocupada através da compra. Além disso, Almada (1984, p.78) entende que essa lei “pretendia apenas regulamentar a propriedade privada da terra nas regiões onde a terra se valorizara e a mão-de-obra escrava e a colheita deixavam de ser garantias satisfatórias para o financiamento da produção”. Ainda em 1880, essa era uma expectativa a se realizar. Contudo, em São Paulo, o rápido deslocamento dos fazendeiros no território em busca de terras mais férteis e expansão das lavouras, principalmente após o fim da escravidão e o início da imigração em massa subvencionada pelo Estado, produziu, no princípio do século XX, um aumento considerável no preço da terra (MARTINS, 1979, p.68).

De acordo com Mello (1984, p.85-86), a introdução do imigrante europeu está ligada a formação de uma oferta de trabalho abundante, a qual reduza os seus salários próximos aos níveis de subsistência de tal modo que eles não possam adquirir terras ou exercer algum ofício nas cidades. Assim, a política de imigração da província paulistana foi no sentido de divulgar e fomentar a vinda para o Brasil de pessoas para trabalhar nas grandes fazendas. “Também a União [...] [resolveu] empregar 1/3 dos recursos antes destinados *in totum* à formação de um fundo de emancipação, para subsidiar a imigração” (MELLO, 1984, p.87), já que concorria na atração de imigrantes com países como Estados Unidos e Argentina. Em 1885 financiava-se a totalidade da passagem desde que se dirigissem como trabalhadores assalariados para as fazendas cafeeiras paulistas. “Recebemos, entre 1885 e 1888, perto de 260.000 imigrantes, italianos em sua esmagadora maioria [sic] [...]. Os salários puderam, então, cair substancialmente e a expansão cafeeira tomou grande ímpeto” (MELLO, 1984, p.87).

Entretanto, segundo Martins (1979, p.122-128), a forma de trabalho adotada nas fazendas e que absorvia certamente o grande número de imigrantes era o colonato, o qual combinava diferentes modalidades de relações de trabalho. Essa modalidade se expandiu com a imigração em massa (subvencionada pelo governo) direcionada para colônias no interior das grandes fazendas (a partir dos anos 1870), onde era fornecido pelo fazendeiro: moradia, água, lenha, pequeno pasto e uma porção de terra para cultivar a “agricultura intercalar” ou autorização para praticá-la entre o cafezal: o excedente desse cultivo era vendido. Além disso, recebia uma quantia fixa pelo trato de determinado número de cafeeiros aos cuidados de sua família e uma

quantia em relação a quantidade colhida a cada ano. Por contrato, também o colono se comprometia a realizar outros serviços sem remuneração ao fazendeiro, como conserto de estradas. Nesse sentido é que o autor não considera o sistema de colonato, o qual vigorou em São Paulo por quase cem anos, como uma forma pura de trabalho assalariado.

A busca dos governos paulista e central em trazer imigrantes para as fazendas com poucas chances, em curto prazo de tempo, de se tornarem proprietários é uma convergência desses dois autores. Seriam necessários cerca de 12 anos de trabalho familiar para que se pudesse comprar uma quantidade de terra suficiente a manter a família e sua reprodução (MARTINS, 1979, p.91).

No censo realizado em 1904/1905 constatou-se que apenas 14,8% das propriedades rurais pertenciam a imigrantes estrangeiros, às quais correspondiam somente a 9,5% da área. De mais de um milhão e duzentos mil imigrantes entrados em São Paulo até então, 8.392 haviam se tornado proprietários de terra (MARTINS, 1979, p.91).

No caso específico da província do Espírito Santo as decisões políticas a respeito da vinda do imigrante europeu ocorreram, majoritariamente, no sentido de povoar um território ainda pouco explorado. Também na economia, diferentemente dos estados vizinhos da então região Sudeste, sua inserção acontecerá tardiamente e concentrada na região de Sul, onde se firmará a *plantation* escravista cafeeira. Na Região Central Serrana, principalmente, se consolidará a pequena propriedade familiar com o braço imigrante, também plantando o café, e com uma sólida produção de subsistência. Vejamos, antes, os anos iniciais da Província.

Em que pese a grande dificuldade de recursos da província do Espírito Santo, a Independência trouxe nova forma de organização política e uma maior preocupação com direitos humanos – apesar de tímidos e restritos aos homens livres – assegurados por uma constituição. Os índios passaram a ser assistidos oficialmente e sua “domesticação” ganhava impulso³⁷ (OLIVEIRA, 1975, p.333-334).

A integração da Província com outras regiões era muito pequena em razão da baixa produtividade e pouco dinamismo do comércio interno e estradas rudimentares. A

³⁷ A destacar a criação em 1845 do aldeamento formado basicamente de indígenas “[...] denominado Imperial Afonsino, à margem esquerda do Castelo, nos confins da Província” (OLIVEIRA, 1975, p.334).

tão sonhada estrada – terminada em 1820 – ligando Vitória a Minas Gerais (até a Vila Rica), a qual tinha como principal motivação a passagem do gado, já em 1830 foram retiradas as guarnições militares por falta de trânsito significativo em virtude da baixa demanda pela província do Espírito Santo (OLIVEIRA, 1975, p.256). Com essas dificuldades no início do período provincial, a pouca dinâmica comercial e financeira aos poucos ia se centralizando com a então capital: Rio de Janeiro. Até porque não existiam aqui “[...] feiras, mercados, bancos, casas de seguros, nem companhias de comércio” (OLIVEIRA, 1975, p.291). Fato importante foi a reintegração, logo após a Independência, de São Mateus, a qual desde 1764 estava sob controle na Bahia, que tinha incorporado a região, aproveitando-se da fragilidade da capitania na fase de mineração (SIMÃO, 2001, p.36).

A população, em 1827, era de 35.879 pessoas, incluindo negros escravos e índios aldeados. Como praticamente quase toda força de trabalho era empregada na agricultura, os produtos importados eram, principalmente, instrumentos para a lavoura, “fazendas secas” e outros produtos fabricados em pequena quantidade ou não produzidos pela Província, como, por exemplo: carne seca (componente básico também da alimentação dos escravos), sal, vinho, sabão e farinha de trigo. Dentre os produtos de exportação destacavam-se a farinha e o açúcar³⁸ como maiores fontes de divisas. Uma modesta exportação de 150 arrobas de café foi verificada em 1826 e se repetiu em 1827, obtendo uma divisa média de 258\$000 (OLIVEIRA, 1975, p.288-294).

Nesse ambiente de pouco dinamismo econômico, a capital da Província vivia tempos de apatia. Em 1833, Vitória parecia uma cidade fadada à decadência. O então Presidente da província, Silva Pontes, relata que as comodidades dos moradores livres se resumiam na existência “[...] da casa de açougue, da banca do peixe e de dois chafarizes”. E acrescenta, entre os problemas, a falta de “[...] casas para o mercado de farinha, grãos e legumes” (*apud* OLIVEIRA, 1975, p.327).

Em 1856, o recenseamento apontou, na Província, a existência de 49.092 habitantes, sendo 36.823 livres e 12.269 escravos. Dentre os livres há de se destacar que o número de homens e mulheres era quase idêntico e que as pessoas

³⁸ Em 1827 foram exportados 171.000 alqueires de farinha e 26.295 arrobas de açúcar, perfazendo um ganho de 119:700\$000 e 31:554\$000, respectivamente (OLIVEIRA, 1975, p. 290).

até 14 anos somavam 14.509, e de 15 a 20 anos, 4.940: realmente, mais da metade da população livre era muito juvenil (OLIVEIRA, 1975, p.375-376). Diante da abundância de terras, esse pode ser um fator importante, pois a expansão da ocupação territorial pode ser feita com a formação de novas famílias. Entretanto, esse número era ainda insuficiente para impulsionar a ocupação e dinamizar a economia, o que obrigará o governo, como veremos adiante, a promovê-la através do imigrante europeu.

Um fator interessante apontado por esse recenseamento, em relação ainda às pessoas livres, foi a quase totalidade das pessoas de nacionalidade brasileira, 36.104. Somente existiam 648 pessoas de nacionalidade europeia, 16 asiática e 45 africana (OLIVEIRA, 1975, p.376). Isso retrata a pouca atração exercida pelas terras capixabas desde o século XVIII e a inabilidade do governo em fomentar a migração³⁹. Cabe ressaltar ainda a respeito “das cores”⁴⁰ as quais compunham essa população livre. Os brancos eram 14.311, os índios (aldeados) 6.051, os pardos 13.825 e os pretos 2.626 (OLIVEIRA, 1975, p.375). Observa-se a miscigenação de raças pela quantidade de pessoas pardas; surpreendente também é a quantidade expressiva do número de negros livres.

Em relação à população escrava, o número de pessoas do sexo masculino era um pouco superior ao feminino, 6.318 e 5.951 respectivamente. A população de 0 a 20 anos também era bastante expressiva, 5.320 pessoas. É interessante notar que, em virtude da exploração a que estão submetidos, somente 1.176 pessoas do total eram casadas (OLIVEIRA, 1975, p.375). Pode-se imaginar então, diante de baixas taxas de natalidade e/ou da grande mortalidade infantil, que o grande número de escravos trazido para o Espírito Santo até então era bastante jovem. Com a lei de 1831, a qual sancionava liberdade aos escravos chegados a partir deste ano e com o advento da Lei Euzébio de Queiroz de 1850, a qual proibia definitivamente o

³⁹ Em 1813 chegaram, onde hoje é o município de Viana, 30 casais de açorianos. Uma mal sucedida promoção da imigração, pois as “magníficas promessas” não foram cumpridas, deixando as famílias desamparadas (OLIVEIRA, 1975, p.257).

⁴⁰ Os dados coletados nos levantamentos e recenseamentos do século XIX referentes à característica cor são permeados “[...] por problemas decorrentes da definição imprecisa das categorias deste atributo, como também pelos critérios subjetivos que estão à base de classificação realizados pelos agentes, assim como a própria inserção dos declarantes em determinada categoria” (CASTIGLIONI e REGINATO, 2009, p.14).

tráfico⁴¹, reforça ainda mais a idéia de trazer para a província escravos mais novos, para assim elevar o tempo de vida útil dessa “mercadoria”⁴².

O mais intrigante, diante dos dados, está na observação da proporção de pessoas acima de 60 anos em relação à população total. Se tomarmos o número de pessoas livres de 60 anos ou mais e dividirmos pela população total livre, tem-se a mesma proporção (2,7%) se assim o fizermos para a população escrava⁴³. Se ponderarmos que os escravos estão sujeitados a piores condições de higiene, alimentação, propícios a maiores riscos de doenças, maior desgaste físico etc., essa proporção deveria ser bem menor entre esta população. Talvez isso se explique em razão da constatação nos anos 1850 dos péssimos serviços de saúde na Província. O recenseamento de 1856 acusava somente 4 médicos na província (OLIVEIRA, 1975, p.375). “Cresciam os núcleos de população, mas o aparelhamento de saúde pública continuava como nos velhos tempos da Colônia: praticamente inexistentes” (OLIVEIRA, 1975, p.350). Nessa década, principalmente na primeira metade dela, as doenças, como febre amarela, varíola, cólera, coqueluche e asma, espalharam rastro de mortes. “A população foi tomada de justificado pavor e a província conheceu dias trágicos, inclusive porque a doença imobilizou inúmeros braços, acarretando a fome e a miséria” (OLIVEIRA, 1975, p.349).

Apesar de todos os problemas, a partir dos anos 1840, a produção de café toma impulso, enquanto a de açúcar entra em decadência. Na próxima década o café ultrapassaria a produção de açúcar e se tornaria o produto de exportação hegemônico na província. Isso se deve aos bons preços internacionais, mercado promissor e em virtude da lavoura cafeeira exigir menores investimentos (ALMADA, 1984, p.61-66). Assim, o café se tornaria, daqui para frente, “[...] a vereda de salvação do Espírito Santo na sua fase provincial” (BITTERCOURT, 2002, p.193).

⁴¹ Apesar das duas leis, o último registro oficial de “comércio humano” no Espírito Santo foi em 1856 (BITTENCOURT, 2002, introdução).

⁴² Foram pesquisados por Almada (1984, p.113-114), “[...] no período de 1850 a 1885, 35 inventários de bens, referentes a fazendeiros do município de Cachoeiro. Num total de 808 escravos pesquisados, 224 (27,7%) eram africanos, e destes últimos, 190, ou seja, 84,8% teriam menos de 10 anos de idade em 1831, estando excluídos, portanto, – já que não participavam do contingente de mão-de-obra produtiva – da possibilidade de terem vindo para o Brasil anteriormente a essa data”.

⁴³ População livre: total = 36.823 e acima de 60 anos = 1.008. População escrava: total = 12.269 e acima de 60 anos = 334 (OLIVEIRA, 1975, p.375-76).

A princípio o plantio da lavoura cafeeira desenvolveu-se, majoritariamente, na faixa litorânea, em substituição às plantações de cana de açúcar nas regiões Sul, Central (da capital) e também substituindo as plantações de mandioca em São Mateus. A força de trabalho antes usada naquelas lavouras eram direcionadas agora ao café e os recursos financeiros eram os mesmos usados nas antigas culturas (ROCHA e COSSETTI, 1983, p.15-16).

A partir da segunda metade da década de 1850, a expansão cafeeira iria se concentrar, principalmente, na região Sul. A enorme extensão de terras devolutas, o baixo preço delas, a busca por terras mais produtivas e mais baratas, iriam atrair mineiros, das antigas regiões produtoras, e fluminenses do Vale do Paraíba. Os fazendeiros decadentes vinham para o sul da Província (juntamente com seus escravos) e com poucos recursos conseguiam comprar grandes quantidades de terras virgens (ROCHA e COSSETTI, 1983, p.17-23). Segundo Almada (1984, p.88), na região de Itapemirim formou-se uma economia semelhante às outras principais províncias produtoras de café, ou seja, grande propriedade monocultora escravista com produção voltada para o mercado externo.

Outra abordagem para a ocupação do Sul do estado pelos fazendeiros encontra-se em Campos Júnior (1985, p.41-42). Segundo ele, a proibição do tráfico de escravos aumentou consideravelmente o preço do escravo⁴⁴ e assim os fazendeiros conseguiram aumentar seus empréstimos, uma vez que os escravos eram a base hipotecária. “[...] Um dispositivo legal circunscrevia os empréstimos hipotecários à região do Rio, de Minas, Espírito Santo e áreas próximas” (MARTINS, 1979, p.27). Essa maior disponibilidade de recursos fomentou o deslocamento de fazendeiros para terras de maior produtividade e de menor preço, inclusive para a região Sul do estado, área limítrofe de antigos cafezais.

A região da Capital encontra no café uma saída para sua decadência. Entretanto, a pouca disponibilidade de capitais, o menor tamanho das propriedades impedirá essa região de “competir” com a *plantation* do Sul⁴⁵ e com a dinâmica econômica

⁴⁴ O preço médio do escravo passou de 550\$000, no período de 1843/45, para 649\$500 já em 1853/57. Attingiu o maior preço médio no período 1873/1877, 2:076\$862 (MARTINS, 1979, p.27).

⁴⁵ “Enquanto a área média máxima das fazendas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo não passava de 1.421 hectares, no Espírito Santo, as fazendas de Cachoeiro de Itapemirim

propiciada pela produção, comércio e escoamento do crescente volume de café (ALMADA, 1984, p.84). Nesse sentido, tanto as regiões Norte e Central ficaram isoladas, não só pelas precárias vias de comunicação com a região mais dinâmica, mas também porque a praça comercial e financeira da região Sul era o Rio de Janeiro, por onde se escoava o café. Apesar da política de imigração do governo, a partir da primeira metade do século ser direcionada, principalmente, para a região Central, a região Sul, representada por Cachoeiro de Itapemirim, passará a “comandar” a economia provincial.

A política de imigração no Espírito Santo, segundo Celin (1984, p.35-40), ocorreu com claros objetivos de “povoar e ocupar” o território, uma vez que, mais de 75% deste, era inexplorado. Campos Júnior (1985, p.47), relembra, ainda, a difícil situação financeira do estado, o que poderia ser amenizada através da venda de lotes aos imigrantes e também pela posterior dinâmica advinda da produção dessas pequenas propriedades. Diferente de São Paulo, conforme Celin (1984, p.140-146), onde a política imigratória tinha como motivação, a demanda de braços para a grande lavoura cafeeira, a política estadual capixaba era direcionada para venda de lotes de tamanho em torno de 25 hectares. Ao lado da cultura de exportação, existia uma vigorosa produção de subsistência, a qual ocupava grande parte da área cultivada com destaque para o milho, como produto de maior extensão de terra plantada nas pequenas propriedades, seguida pelas áreas de pasto e, depois, pela de café. Apesar disso, aproximadamente, 1/3 da superfície dos estabelecimentos eram ainda cobertos por florestas.

“No caso capixaba, o fato dos imigrantes se engajarem na produção de café será o resultado de outras circunstâncias, e não propriamente como resultado de um planejamento prévio” (CELIN, 1984, p.39). Quais são, então, essas circunstâncias? O mesmo autor cita algumas: a) a falta de mercado local que absorvesse outras culturas; b) a comodidade da cultura, que requeria menores cuidados na manutenção da lavoura; c) as potencialidades do café serem superiores as outras culturas; d) representava uma fonte segura para os colonos, mesmo diante das variações de preços; e) e, pelo café suportar melhor as péssimas condições de transporte e não ser tão perecível, aguentando longos períodos de armazenamento.

apresentavam uma área média de 2.807 hectares, portanto quase duas vezes maior” (ROCHA e COSSETTI, 1983, p.24).

Apesar do caráter de pequena produção, as técnicas utilizadas não diferiam das grandes fazendas: técnicas arcaicas de preparo do solo, de plantio e de beneficiamento. Desse modo, aqui encontramos uma especificidade da economia capixaba: a pequena propriedade produtora de café (CELIN, 1984, p. 146-173).

Em 1847 fundou-se a colônia de Santa Isabel, com 163 alemães. Na década seguinte foi a vez das colônias de Santa Leopoldina (1856) com 140 suíços e 222 alemães, e Rio Novo (1854), que era um núcleo privado, mas em 1861 passou para o domínio do Estado. A continuidade do processo migratório para esses núcleos e as elevadas taxas de natalidade desta da população imigrante, garantiram o crescimento populacional dessas colônias. No início dos anos 70 a população de Santa Leopoldina chegava a 3.881 pessoas. Nessa década esta colônia foi dividida em dois núcleos: o de Timbuí e de Santa Cruz⁴⁶. Em 1877 a população nesta colônia atingia 11.366 habitantes. Já a colônia do Rio Novo atingia 2.062 habitantes em 1876 e quase duplicou sua população em apenas dois anos, passando para 3.954, em 1878. Com esse crescimento, em 1880 foi autorizada a fundação de um novo núcleo na zona do Castelo, no Alto Benevente, para onde se dirigiu grande parte dos 1.428 genoveses do período (BITTENCOURT (b), 1987, p.43-47).

É a partir dos anos 1870 que o solo capixaba receberá maior fluxo de italianos. Apesar de representar somente 4% de todo o fluxo para o Brasil, estimado em 1.000.000 de italianos, a imigração destes será de suma importância para o povoamento e para difundir ainda mais a pequena propriedade familiar, principalmente nas regiões serrana Central e Sul. Estima-se que 1/3 da população em 1890, isto é 45.900 dos 135.998, era italiana (BITTENCOURT(b), 1987, p.48-55).

É assim que as levas sucessivas de italianos foram sendo alojados nos atuais municípios de Ibirapu (Conde D'Eu), Santa Teresa, Rio Novo, Alfredo Chaves (ex-núcleo Castelo), São Mateus (Santa Leocádia). Desses núcleos irradiou-se a colonização, por iniciativa dos próprios colonos, para Itarana, Itaguaçu, Colatina, Nova Venécia, Baixo Guandú e Afonso Cláudio, ao Norte de Vitória. Ao sul, Rio Novo recebeu o maior contingente. É o responsável pelo incremento populacional de Iconha, Guiomar, Vargem Alta, Virgínia, Castelo, Venda Nova, Conceição do Castelo, Barurama, enfim, as antigas regiões desconhecidas que constituíam o vasto território de Cachoeiro de Itapemirim (BITTENCOURT (b), 1987, p.50).

⁴⁶ No núcleo de Timbuí foram instalados os tirolezes e lombardos. Em Santa Cruz, os trentinos e 134 retirantes cearenses, os quais tiveram sua migração forçada pela forte seca que atingiu o Nordeste (BITTENCOURT (b), 1987, p.45).

O fluxo migratório internacional para o Espírito Santo apresenta duas características marcantes: Primeiro, os europeus migravam em família e segundo, tendo em vista o significativo número de filhos, a idade média dos que aqui aportavam era bem juvenil. A título de exemplo, a idade média dos italianos, que chegaram entre 1875 e 1889, era de 22,1 anos, e de 1891 a 1896, praticamente 23 anos. Ainda sobre o fluxo de italianos, cabe destacar a predominância de pessoas do sexo masculino. No período de 1875 e 1895, quando analisado anualmente, o índice de masculinidade variou entre 1,15 e 1,63, com exceção do ano de 1893 (3,03), em virtude dos homens que vieram sozinhos nos navios Napoli e Rio de Janeiro⁴⁷ (CASTIGLIONI e REGINATO, 2009, p.6-9).

Ao que tudo indica, os fazendeiros latifundiários do Sul da província não apresentaram resistências à introdução ao imigrante estrangeiro como pequeno proprietário. Segundo Almada (1984, p.180), diante da grande quantidade de terras devolutas, os fazendeiros eram “indiferentes” à política imigrantista do governo, pois não ofereciam nenhum perigo à grande propriedade escravista. Ainda, Campos Júnior (1985, p.50 e 112) supõe que essa oligarquia sulista não apresentava força política e econômica dentro do governo estadual naquele período. Além disso, a não contestação explica-se também “[...] pelo isolamento a que aqueles se atinham, na região montanhosa, imprópria à cafeicultura quando coberta do seu manto florestal natural” (BITTERCOURT, 1984, p.69). A oligarquia cafeeira sulista, somente próximo a dissolução da escravatura, se manifestou contra a venda de lotes à imigrantes e a favor de uma oferta de mão-de-obra assalariada para as fazendas (CELIN, 1984, p.107).

A dinâmica populacional acompanha o surto cafeeiro. Na região Central amplia a população decorrente principalmente das ondas migratórias e da suas altas taxas de natalidade. Na região sul, a dinâmica foi promovida por Cachoeiro do Itapemirim –

⁴⁷ “O índice de masculinidade [ou razão de sexos], em uma população ou em um grupo de indivíduos, é o resultado da relação entre o número de homens e o de mulheres e representa o número de homens para cada mulher (ou 100 mulheres)” (CASTIGLIONI e REGINATO, 2009, p.7). O índice de masculinidade teve seu valor mais elevado em 1896 (7,4), em razão da decisão do governo italiano, em 1895, de suspender temporariamente as migrações em famílias para o Espírito Santo (como será abordado no próximo tópico deste capítulo). Há de se destacar, naquele ano, a “[...] chegada de homens vindos de Ovindoli e Ocre (Província de Áquila) que foram contratados pelo Governo do estado para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, [e a atracação do] [...] navio Las Palmas, [...] trazendo 290 imigrantes, dentre os quais, 284 homens, em sua maioria, trentinos, com diversas ocupações” (CASTIGLIONI e REGINATO, 2009, p.8).

lugar de cultivo e entreposto para a produção – e pelo revigoramento da instituição escravista, apesar do fim do tráfico. A região Norte quase ainda inexplorada, representada por São Mateus, apesar de, a princípio, se dedicar a plantação do café, o cultivo não vigorou e a população quase não cresceu. A população da Província de 49.092 habitantes em 1856 passa para 81.889 em 1872, um crescimento de extraordinário de 66,8%. A população livre elevou nesse mesmo período de 36.823 para 59.337 pessoas e a escrava de 12.269 para 22.552 habitantes, o que representava 27,5% do total em 1872, sendo que somente 12,5% destes viviam nas cidades (ALMADA, 1984, p. 64-69 e 121).

Em 1856 as comarcas de Itapemirim e da Capital tinham, respectivamente, 4.381 e 4.923 escravos. Em virtude do desenvolvimento do latifúndio cafeeiro escravocrata no Sul essa população aumentou quase 168% em 1872, passando para 11.722. Enquanto isso, na comarca da Capital, o contingente de escravos passava para 6.919, um crescimento de pouco mais de 40%. Apesar do número de escravos no Espírito Santo representar uma diminuta parcela dos 1.510.806 escravos em todo Brasil, em 1872, a sua manutenção representava a sobrevivência da economia provincial, especialmente no Sul, pois representava 40,8% da força de trabalho. No Brasil a relação habitante livre/escravo era de 5,5. Em São Paulo e Minas Gerais era de 4,3 e 4,5, respectivamente. Entretanto no Espírito Santo existia 1 escravo para 2,6 habitantes livres, perdendo apenas em concentração relativa para o Rio de Janeiro (1,6), local de antigos cafezais e onde a oligarquia cafeeira era mais tradicional (ALMADA, 70-71 e 114).

De 1872 a 1876 observa-se uma taxa negativa de crescimento da população escrava nas regiões da Capital (-4,1%) e de São Mateus (-2,9). Entretanto, a região de Itapemirim obteve taxa positiva de 0,3% e somente o município de Cachoeiro alcançou taxa de 3,3% (ALMADA, 1984, p.119). Isso se atribui ao tráfico interprovincial, transferindo escravos de áreas menos prósperas para as lavouras do Sudeste⁴⁸. Entre 1874 e 1884, ao se comparar as entradas e saídas, o Espírito Santo teve um aumento líquido de 3.187 escravos. Isso se deve mais diretamente

⁴⁸ Enquanto os fazendeiros capixabas mostravam-se resistentes a introdução do trabalho livre, “o mesmo não ocorria com os fazendeiros de outras províncias, principalmente as do norte-nordeste, para os quais o processo de substituição de mão-de-obra escrava por trabalhadores livres já havia começado desde a abolição legal do tráfico de africanos, em 1831” (ALMADA, 1984, p. 175).

ao escravo ser negociado a preços menores em relação às outras províncias do sudeste. A manutenção do contingente pode explicar a resistência dos cafeicultores sulistas à adoção do trabalhador remunerado até próximo de 1888 (ALMADA, 1984, p.175-178). Conforme Celin (1984, p.109), a resistência pode ser atribuída também à falta de recursos dessa oligarquia diante de sua pouca capacidade financeira para adotar o trabalho livre, já que eram tidos mais como proprietários de terras do que empreendedores. Essa posição entra em confronto com o pensamento de Campos Júnior (1985), como já exposto anteriormente, o qual afirma o aumento da capacidade dos fazendeiros em obter empréstimos através da valorização, com o fim do tráfego, da sua base hipotecária: o escravo.

Em que pesem os determinantes da abolição da escravatura⁴⁹, há de se ter em mente e bem claro que naquele momento o capital não possuía qualquer vocação escravista ou qualquer preconceito relacionado a cor da mão-de-obra, desde que satisfizesse seu propósito de acumulação (MELLO, 1984, p.57). Apesar disso, Simão (2001, p.43) admite, equivocadamente, que na introdução do imigrante europeu, além do interesse em povoar, existia por parte dos Governos central e estadual “[...] o interesse no branqueamento da população, já que o preconceito racial e as justificativas para a superioridade dos brancos eram vertentes científicas no século XIX”. A opção pelo trabalho negro escravo não é devido a sua cor, mas sim a possibilidade de extrair desses uma maior quantidade de excedente que viabilizasse a produção mercantil. Melhor dizendo, “[...] o racismo não foi a causa da escravidão, mas sua consequência, já que o trabalho não livre no Novo Mundo fora ‘mulato, vermelho, negro ou amarelo; católico, protestante ou pagão’” (ALMADA, 1984, p.102).

Como bem lembrado por Almada (1984, p.101), na incapacidade dos escravos deixarem algo escrito sua história acabou sendo contada por seus dominadores, passando a aparente idéia de que aqueles eram pacíficos à sua exploração. Na verdade, sempre houve resistência negra, apesar dos meios de coagi-la. Certamente, “o escravo, coisificado e explorado como animal, só encontra na reação

⁴⁹ Sobre o debate da historiografia brasileira a respeito da abolição da escravatura ver um interessante apanhado de Almada (1984, p.15-52). Convém recordar também que o Brasil era o único país independente da América a sustentar a escravatura desde a Guerra Civil e o fim da escravidão nos Estados Unidos, em 1865 (ALMADA, 1984, p.188-189).

ao trabalho e ao seu senhor perspectivas de recuperar-se como ser humano [...]” (ALMADA, 1984, p.130).

2.3. O estado do Espírito Santo na economia primário-exportadora com predominância do trabalho livre não assalariado (1889 – década de 1960)

Passada a euforia com a abolição da escravatura – onde os libertos se recusavam, em sua maioria, a ficar nas fazendas – a maior parte dos negros retornavam aos trabalhos nas lavouras cafeeiras sob a forma de contrato. Instituiu-se assim um “*modus vivendi* mais ou menos satisfatório” entre antigos senhores e ex-escravos, principalmente na região Sul (ALMADA, 1984, p.205-208).

No Espírito Santo a dificuldade de recursos dos grandes fazendeiros, os quais muitos já possuíam suas fazendas hipotecadas ao Banco do Brasil, e a baixa produtividade e conseqüente lucratividade da lavoura cafeeira, direcionava os pequenos recursos existentes para melhores aplicações em outros estados, majoritariamente no Rio de Janeiro (ROCHA e COSSETTI, 1983, p.39). Já no estado de São Paulo, o Governo entrou financiando incisivamente a lavoura cafeeira após a Abolição, fomentando a transição ao “trabalho assalariado” (MELLO, 1984, p.144). Na verdade, nesse estado, o fim da escravidão e a imigração subvencionada pelo estado com recursos inteiramente públicos após 1870 (direto para o interior das fazendas), desmobilizou os capitais dos fazendeiros, os quais puderam expandir consideravelmente sua produção, através de novas fazendas, tendo como impulso a elevada exploração do trabalho (colonato) e a melhor produtividade de terras mais férteis. Isso concorreu para elevar o investimento em equipamentos de beneficiamento e na formação de novas fazendas. “[...] A formação de fazendas transformou-se num novo e grande negócio. Além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café” (MARTINS, 1979, p.68).

A introdução dos imigrantes europeus, para trabalhar como assalariados nas fazendas, encontrou dificuldades: primeiro, pela mentalidade ainda escravista dos proprietários, os quais não sabiam lidar com a nova força de trabalho, além de quererem pagar baixos salários ou fazer contratos pouco favoráveis do ponto de vista financeiro aos colonos. Estes, diante da disponibilidade de terras e do sonho de se tornarem donos de suas próprias propriedades, dificilmente aceitariam contratos de trabalho desfavoráveis. Junta-se a isso, o pouco empreendedorismo dos cafeicultores aliado, principalmente, aos seus pequenos recursos financeiros⁵⁰, impedia-os de utilizar mão-de-obra permanente, aderindo, desse modo, a contratos anuais, mensais ou diários. Diante desse quadro e da enorme quantidade de terras devolutas, o governo, para salvar seus esforços de imigração, resolve lotear e formar novos núcleos coloniais, agora com grande resistência por parte dos grandes produtores de café (ALMADA, 1984, p.205-209).

Em se tratando do fluxo migratório de italianos (que era sem dúvida o maior), este foi interrompido precocemente em 1895 em razão da proibição do governo italiano, estimulado pelas diversas reclamações dos colonos, os quais foram direcionados, pelo Departamento de Terras e Colonização, do governo Muniz Freire, para áreas insalubres próximas ao rio Doce e propícias à propagação de doenças (BITTENCOURT (b), 1987, p.53-54). Passada a crise de preços do café no final do século XIX, a migração toma ímpeto entre 1905 e 1913 com a entrada de 995.000 imigrantes no Brasil devido à expansão da oferta de trabalhares no mercado internacional (MELLO, 1984, p.152). O montante direcionado para o Estado paulista foi muito superior se comparado ao aportado em território capixaba. Bittencourt (b) (1987, p.55) estima que entre 1880 e 1910 o fluxo para aquele estado foi de 8000.000 pessoas e para este, somente, 50.000. Para São Paulo, conforme Mello (1984, p.152), “[...] graças ao crescimento vegetativo da população ativa e à imigração em massa, houve oferta de força de trabalho suficiente para amparar a

⁵⁰ “[...] A queda no preço dos escravos, ante o fim previsível e iminente do regime servil, diminuía a capacidade dos fazendeiros levantarem capitais junto a seus credores em proporção ao volume de seus negócios. Basicamente, as relações comerciais tenderiam a desorganizar a produção” (MARTINS, 1979, p.31). A partir de 1873, em São Paulo, a garantia do crédito hipotecário era a fazenda: plantações e instalações. Por pressões do setor bancário, a partir de 1885, a lei foi modificada de modo a substituir a hipoteca do imóvel pela penhora do fruto pendente e do fruto colhido (MARTINS, 1979, p.30-31). Somente com a forte ocupação territorial, no estado paulista, que a terra, no início do século XX, havia alcançado elevado preço, o que poderia agora servir de hipoteca (MARTINS, 1979, p.68).

expansão do setor industrial, do investimento público e da agricultura mercantil de alimentos”.

No mundo, esse final de século se caracterizava pela emergência e posterior consolidação do capitalismo monopolista. Este, segundo Mello (1984, p.49), ganha força e pode ser resumido da seguinte maneira:

1) o processo de concentração intensifica-se extraordinariamente, centrado, ao mesmo tempo, numa aceleração do ritmo de incorporação do progresso técnico e numa nova tecnologia [...] baseada na aplicação direta da ciência e da investigação científica; 2) durante a “Segunda Revolução Industrial”, o processo de concentração vai promovendo a monopolização dos principais mercados industriais por empresas cada vez maiores; 3) esse processo é comandado pelo capital bancário (que vai se monopolizando), mesclando ao grande capital industrial, conformando-se o capital financeiro; 4) com o surgimento de outras potências industriais (Estados Unidos, Alemanha, Japão), quebra-se o monopólio industrial inglês [...]; 5) as exportações de capitais se intensificam [...]; 6) surge o colonialismo monopolista, e as principais potências capitalistas terminam por repartir o mundo.

É sobre esse cenário que se iniciou a industrialização no Brasil – no Rio de Janeiro e São Paulo, majoritariamente – já com uma economia mundial monopolizada nos grandes seguimentos industriais. Daí a denominação de “industrialização retardatária” aceita por muitos autores e também por Mello (1984, p.98). Esse atraso no impulso de industrialização condicionou, a princípio, a implantação de certo ramo industrial em detrimento de outros, como veremos adiante. Necessário se faz também uma rápida consideração a respeito das seguintes perguntas: por que o centro dinâmico industrial passou a ser o estado de São Paulo? E, por conseguinte, quais foram os determinantes do não desenvolvimento do capital industrial no Espírito Santo?

Sem dúvida, o estado paulista, reunia, diferente do capixaba, algumas condições favoráveis a emergência do capitalismo industrial. Primeiro, naquele estado, de acordo com Mello (1984, p.100), “[...] a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial”. Isso quer dizer que a forma de produção cafeeira tipicamente capitalista impulsionava os latifundiários a investir os excedentes, gerados na atividade principal, nos ramos industriais⁵¹. Segundo, o café, em sua dinâmica de

⁵¹ “A liberação do capital, resultante da libertação do escravo e da transformação das relações da produção, teria produzido, como consequência, aquele tipo de pessoa, o empresário, capaz de assumir a racionalidade desse capital, dedicando-se então, ao desenvolvimento da atividade industrial” (MARTINS, 1979, p.109).

produção, logística e comércio criou um “complexo econômico cafeeiro”⁵², ou seja, uma rede integrada entre os diversos setores da economia, um encadeamento; mas na ponta dessa circuito estava o café, do qual todas as demais atividades dependiam. Terceiro, o capitalismo industrial foi impulsionado pela grande disponibilidade de mão-de-obra urbana. Essa oferta de trabalho era advinda da política de imigração que excedia as necessidades do complexo cafeeiro, o que reduzia os salários⁵³. Por último, a política econômica do governo, apesar de ser para todos os Estados, favorecia São Paulo, pois este possuía uma rede de negócios. Entre tais políticas cita-se: os financiamentos favoráveis, a “[...] faculdade concedida aos bancos de se transformarem em empreendedores industriais, a reforma da Lei de Sociedades Anônimas e o impulso dado às Bolsas de Valores” (MELLO, 1984, p.100-105 e 145).

Falta-nos agora esclarecer por quais motivos não se formou de início, no Rio de Janeiro e, especialmente, em São Paulo, a indústria de bens de capital, mas sim a indústria de bens de consumo assalariado, principalmente a têxtil. Mello (1984, p.102-103 e 148-149) responde com muita propriedade essa questão: dado o caráter do capitalismo monopolista e o tamanho inicial das plantas, o ingresso a esses ramos de bens de capital exigia um investimento inicial muito elevado, o qual funcionava como uma barreira à entrada. Os capitais necessários poderiam proceder do exterior, entretanto em virtude da incipiência do desenvolvimento capitalista brasileiro os riscos eram deveras elevados. Além disso, em razão da concorrência monopolística, a complexa tecnologia para esses bens não era disponibilizada no mercado. Ao contrário, ainda segundo o autor, a indústria de bens de consumo, além de plantas e investimentos pequenos, possuía “[...] tecnologia relativamente simples, mais ou menos estabilizada, de fácil manejo e inteiramente

⁵² “A agricultura cafeeira no seu processo de produção incorre em determinados custos – simplificada: depreciação do capital fixo, pagamentos de salários, custos comerciais financeiros, custos de transportes e impostos – e realiza um certo lucro. Parcela de seus custos, os comerciais-financeiros e os de transportes, é, ao mesmo tempo, renda dos setores comercial-financeiro e de serviço de transporte; esta renda se transforma, por sua vez, em depreciação do capital fixo (instalações ferroviárias, portuárias, edifícios, etc.), custos de insumo (combustíveis, etc.), folha de salários, impostos e lucros” (MELLO, 1984, p.104).

⁵³ Vieram para o Brasil “[...] entre 1888 e 1900, cerca de 1.400.000 pessoas, das quais 890.000 se fixaram em São Paulo”. Do total brasileiro, “[...] Os sul-europeus representaram mais de 90%, e apenas os italianos, cerca de 60% [...]”. (MELLO, 1984, p.124). O grande contingente de imigrantes nordestinos vindo principalmente para São Paulo, a partir da segunda metade da década de 1920, “[...] veio exatamente suprir o declínio imigratório externo na metade da década de 1920, não permitindo assim que a taxa de salário atingisse níveis mais altos do que os efetivamente alcançados” (CANO, 1983, p.231).

contida nos equipamentos disponíveis no mercado internacional” (MELLO, 1984, p.103).

Já no Espírito Santo, dada a grande quantidade de terras a baixo preço e a imigração baseada na constituição de núcleos coloniais, “[...] a passagem para o trabalho livre não significou a constituição de um mercado de trabalho, pré-condição para a adoção de relações de produção capitalistas” (BUFFON, 1992, p.90). Atentemos mais para esse fato mais pausadamente.

A abolição da escravatura trará um duro golpe à estrutura fundiária na região Sul. Como a capacidade financeira dos cafeicultores era reduzida e como existia disponibilidade de terras a preço acessível – o que elevava o preço da força de trabalho – o único meio de manter a produção foi a adoção de contratos de parcerias com os imigrantes. Entretanto as cláusulas dos contratos eram

[...] suficientemente favoráveis ao imigrante a ponto de possibilitar, após alguns anos, a sua passagem para a condição de pequeno proprietário e debilitar a rentabilidade e o potencial de acumulação das fazendas. Quando diante de um contrato de parceria considerado desfavorável os imigrantes acabavam simplesmente por optar pelos núcleos de imigração (BUFFON, 1992, p.90).

Essa nova relação de produção acabou por fracionar a grande fazenda em pequenas unidades⁵⁴, as quais passaram a se organizar em pequenas propriedades familiares iguais às existentes nos núcleos imigrantes da região Central. Campos Júnior (1985, p.51-52) recorda que os terrenos não eram vendidos apenas pelos próprios fazendeiros, mas também por empresas comerciais atraídas por essa atividade e pela comercialização do café. A firma Duarte e Beiriz foi um exemplo. Entre 1879 e 1914, estabeleceu mais de 600 famílias em Iconha e proximidades. A venda dos lotes em “condições vantajosas” camuflava o real lucro dessa empresa: a comercialização do café; observando que, por contrato o colono se obrigava a vender o café para essa firma.

A crise nos preços do café entre 1897-1905 atuou no sentido de intensificar o retalhamento dos latifúndios sulistas, de modo que no início do século XX já estava

⁵⁴ “Com o objetivo de utilizar temporariamente a força de trabalho dos colonos, o grande fazendeiro vendia a eles pequenos lotes de suas próprias terras. Com isso, obtinha recursos financeiros, e mantinha próximo às fazendas a força de trabalho que eventualmente utilizaria” (FERREIRA *apud* BUFFON, 1992, p.91).

delimitada a estrutura produtiva agrícola que iria se tornar hegemônica até os anos 60⁵⁵ (BUFFON, 1992, p. 90 e 108). Necessário se faz uma rápida caracterização da pequena propriedade familiar, devido a sua importância na economia capixaba, tendo ainda reflexos nos dias atuais.

Na pequena propriedade de produção com mão-de-obra familiar que se expandiu no Espírito Santo a monocultura do café existia lado a lado com uma pujante cultura de subsistência. Esta servia basicamente para o sustento do núcleo familiar e aquela constituía quase a única fonte de receita monetária, com a qual se comprava com o “vendedor” os produtos não produzidos nos limites da propriedade. Na verdade, muito pouca era a circulação de moeda, principalmente nos momentos em que a cafeicultura enfrentava crises de preços, onde os débitos ficavam acumulados e as safras seguintes davam apenas para cobrir as dívidas passadas. Assim, os reduzidos excedentes nas mãos dos produtores nos momentos de auge de preços serviam para comprar mais propriedade – haja vista o crescimento vegetativo familiar e a formação de novas famílias – ou para comprar alguns produtos de “luxo” (CELIN, 1984, p.153-161).

Conforme expõem muito bem Celin (1984, p.142-152), aproximadamente 1/3 das propriedades era ainda coberta pelo manto florestal. Numa área de 75 ha o cafezal ocupava de 1,5 a 2 ha e o milho, principal cultura de subsistência, de 4 a 6 ha e pastos 4 ha. Nessas pequenas propriedades cultivam-se, em média, 10 cabeças de gado, de 20 a 40 suínos, e também aves. A produção de subsistência e de café era determinada pelo tamanho da família e a adoção do sistema de mutirão se tornava frequente quando da necessidade de braços extras. O plantio do café se fazia com técnicas rudimentares, sobretudo nas encostas dos morros o que dava uma vida útil de produção da planta muito pequena (cerca de 15 anos). Ao esgotar o solo, escolhia-se outra área e a aquela se transformava em pasto.

A pequena propriedade não conseguia se apropriar dos excedentes. A receita monetária proveniente com a venda do café era basicamente para a reprodução da

⁵⁵ Ver Tabela 18, p. 120, onde as propriedades de 0 a 100 hectares até 1960 correspondiam a 54,7% da área total de todos os estabelecimentos. Já em 1970 esse extrato se reduziu para 49,7% e, em 1975, 42,5%, perdendo espaço para as grandes propriedades. Apesar disso em 1975 os terrenos de 0 a 100 ha correspondia a 87% do número de todos os estabelecimentos.

força de trabalho familiar⁵⁶. A estabilidade dessa estrutura decorre, principalmente, e diferente de São Paulo, da, ainda, fronteira aberta, o que retardará a oferta e a demanda por trabalho, a formação de núcleos urbanos e toda sorte de serviços requeridos pelas cidades; Impedirá, ainda, o crescimento da produção mercantil de alimentos e o desenvolvimento da divisão social do trabalho (BUFFON, 1992, p. 115-118). Entretanto, como bem lembrado por Buffon (1992, p.115), “[...] economias marcadas pela produção familiar, quando inseridas no capitalismo, são economias em transição, participantes da reprodução social [...]”.

No estado paulista se formou um “complexo econômico”, em que as relações capitalistas aceleraram-se, resultando numa “[...] economia altamente mercantilizada, composta por inúmeras atividades interligadas, por onde circulava (via salários, lucros, juros, aluguéis, impostos, etc.) a renda gerada na atividade cafeeira” (BUFFON, 1992, p.25). Já no Espírito Santo, o pouco dinamismo o qual predominou o estado até meados dos anos XX pode ser caracterizado por:

[...] produção familiar, inexistência de mercado de trabalho, reduzido grau de mercantilização, expansão subordinada a fatores demográficos; enfim, um tipo de produção incapaz de promover uma forte urbanização, ficando restrita às funções urbanas da Capital (onde tinha importância o gasto público) e a alguns entrepostos no interior (BUFFON, 1992, p.121)

Em São Paulo, a produção cafeeira em base capitalista possibilitou a inversão dos excedentes, nos setores bancário, comercial e industrial, ajudado pela crescente urbanização. Em solo capixaba, a sua particularidade de apropriação e cultivo da terra impedia o capital comercial de dominar a produção de café, apesar de se apropriar de grande parte do excedente. Nos momentos de crises de preços, a pequena propriedade familiar, dada o seu alto grau de suficiência, reduzia ou deixava de lado a pequena lavoura cafeeira para se dedicar a outras culturas de subsistência. Assim, o capital comercial não possuía nenhum controle do volume comercializado. Por outro lado, a estrutura dos pequenos estabelecimentos familiares (reduzida produção e baixa demanda por produtos), impossibilitou o capital de financiar a produção e o consumo (BUFFON, 1992, p.124-130).

⁵⁶ “Como o fluxo de rendimento monetário do colono provém da venda do café, este concentra-se em épocas do ano, ao passo que suas necessidades de consumo de produtos industrializados, em média, distribuem-se mais equilibradamente no tempo. Assim, a utilização do dinheiro nas transações era muito reduzida” (BUFFON, 1992, p.127). Isso fazia com que os pequenos produtores tivessem um relacionamento de confiança e até mesmo de amizade com a figura do vendeiro.

Diante desse cenário, o ritmo de crescimento urbano do Estado era muito pequeno. As atividades urbanas na capital até os anos 20 do século passado foram comprometidas em virtude de boa parte da produção cafeeira do Sul ainda não ser escoada pelo porto de Vitória, mas sim pelo Rio de Janeiro. Ainda nos anos vinte, o governo estadual investe na malha ferroviária e modernização do porto, além da ligação de Vitória com o continente através da construção de uma ponte (Cinco Pontes) (BUFFON, 122-155).

Nessa ótica, sendo a economia capixaba dependente quase que exclusivamente da economia cafeeira e, por conseguinte, as receitas públicas atreladas aos preços no mercado internacional, o governo estadual, no final da primeira década do século XX, fomentou um projeto de industrialização no Sul, em Cachoeiro de Itapemirim. Campos Júnior (1985, p.151-152) credita tais investimentos do governo Jerônimo Monteiro ao atendimento das aspirações da oligarquia sulista. Esta, diante das crises de preços do café, parecia querer diversificar sua fonte de rentabilidade. As iniciativas industriais integradas atendiam esses propósitos, pois requeriam matérias-primas agrícolas. Rocha (1998, p.46-47), lembra que em 1907 o Estado possuía somente 4 firmas industriais de pequeno porte e que o plano de industrialização implantou: uma usina de açúcar, uma serraria industrial e uma usina hidrelétrica, e ainda uma unidade das seguintes fábricas: tecidos, cimento, óleo e papel. Apesar de bem integradas, a maior parte não prosperou e algumas fábricas nem chegaram a ser concluídas. Dentre essas se destacam pela sustentação a Usina de açúcar Paineiras e a fábrica de cimento. O autor recorda ainda a evolução dos estabelecimentos industriais, em sua maioria de pequeno porte, vislumbrado pelo censo de 1920: 77 estabelecimentos empregando, em média, 14,4 operários.

Os motivos do pouco sucesso dos projetos de industrialização foram atribuídos, principalmente, à própria dinâmica que operava no Estado, ou seja, quase nenhuma divisão social do trabalho, advinda do sistema de parceria e da mão-de-obra familiar. Nesse sentido, essa estrutura contribuía para minguada demanda interna decorrente do baixo grau de urbanização e a quase inexistência de um mercado de trabalho com mão-de-obra assalariada. Isso “[...] implicava em níveis salariais mais elevados, aumentando os custos e reduzindo a competitividade das indústrias; e manifestava-se sob a forma de reduzido e pouco dinâmico mercado consumidor” (ROCHA E

COSSETTI, 1983, p.163). Foram determinantes, também, os fatores destruição e bloqueio, provocados pela concorrência com Rio e São Paulo. Como os projetos capixabas possuíam capacidade produtiva acima da demanda interna, certamente teriam que buscar outros mercados, os quais já eram dominados por aqueles Estados. Somado a tudo isso, algumas fábricas interromperam ou retardaram a construção devido à indisponibilidade de equipamentos provocada pela Primeira Guerra Mundial, a qual também impôs dificuldades na exportação de produtos (ROCHA E COSSETTI, 1983, p.164-170).

Nessa configuração de pouco dinamismo urbano, o crescimento das famílias, o esgotamento do solo e os bons preços da saca de café no mercado internacional, especialmente nos anos 20, estimulará a ocupação de novas terras, principalmente em direção ao vale do rio Doce, uma vez que no Sul e no Centro as “terras incultas”, haviam se esgotado já nesta década (CAMPOS JÚNIOR, 2004, p.18-19). A grande fecundidade resguardava às famílias uma prole numerosa, o que ajudará no rápido crescimento demográfico e, por conseguinte, na ocupação do território ainda pouco explorado. As implicações desse fato podem ser observadas na Tabela 9. A população de 0-14 anos, em 1872, correspondia a 35,1% do total, elevando-se para 48,5% em 1900, e ainda permaneceu bastante elevada até 1940 (46,4%). Isso reduziu tanto as idades média e mediana da população, além de influenciar decisivamente na redução do índice de idosos e no aumento da razão de dependência⁵⁷. Este passou, ao se comparar o ano de 1872 e 1940, de 71,2 para 99,04; enquanto aquele, de 18,39 para 7,15.

O recenseamento de 1920 já expunha o nível elevado de ruralização: 83,27% da População Economicamente Ativa (PEA) estava concentrada no setor de exploração do solo e subsolo, o maior índice do país e bem superior a média nacional, 70,2%. Enquanto São Paulo possuía 16,59% da PEA na indústria, no Espírito Santo esse

⁵⁷ “O índice de idosos, ou relação idosos/crianças, expressa o grau de envelhecimento da população, relacionando o segmento de idosos (60 ou 65 anos ou mais) e o de jovens (0 a 14 anos). O índice é baixo para os países que se encontram na fase inicial da transição demográfica que apresentam elevada fecundidade, uma vez que o peso do componente jovem supera em muito o idoso. A razão de dependência relaciona as pessoas consideradas como dependentes (crianças e idosos) e aquelas consideradas como potencialmente produtivas (população ativa, de 15 a 59 ou 15 a 64 anos). Esta relação mede o peso da população que, em tese, dependeria economicamente do contingente produtivo” (CASTIGLIONI e REGINATO, 2009, p.12).

índice era bem inferior (5,39%), ficando ainda bem abaixo da média nacional (12,94) (CELIN, 1984, p.289).

Tabela 9: População total e indicadores do Espírito Santo – Recenseamentos de 1872 a 1940.

Indicadores	1872	1890	1900	1920	1940
População total	82.137	135.997	209.873	457.328	750.107
Idade média	25,59	22,89	19,85	21,30	20,57
Idade mediana	21,59	18,53	15,67	16,81	16,50
Grupos de idade (%)					
0-14	35,13	43,13	48,51	45,05	46,44
15-19	44,21	39,15	38,34	40,00	38,32
40-59	14,20	13,17	10,42	11,45	11,93
60+	6,46	4,55	2,74	3,50	3,32
Índice de idosos	18,39	10,55	5,65	7,76	7,15
Razão de dependência	71,2	91,1	105,1	94,4	99,04

Fonte: Tabelas 5 e 6 de Castiglioni e Reginato (2009), p.11 e 13.

Não obstante o pequeno tamanho absoluto da população capixaba, ocorreu, entre 1890 e 1930, um crescimento populacional de 4,4 vezes. Nas décadas de 1910 e 1920 houve crescimento médio anual de 3,91% e 2,81%, a maior taxa verificada dentre os estados brasileiros e bem superior a média nacional, 2,84 e 2,0, respectivamente. Apesar da população está concentrada majoritariamente abaixo do rio Doce, torna-se interessante observar a densidade demográfica do Espírito Santo: em 1920 e 1930 eram de 10,2 e 13,5 habitantes por km², inferior apenas ao estado paulista, no qual, para os mesmos anos, possuía 18,5 e 23,8 habitantes por km². Observa-se assim, uma aglomeração populacional em São Paulo, onde em 1930 já concentrava 20% da população brasileira e o Espírito Santo, apenas 1,6%, com 603.390 pessoas (CELIN, 1984, p.204-213).

A partir do início do século XX a expansão da fronteira agrícola atingia a margem direita do rio Doce⁵⁸. A ocupação em direção ao Norte, a partir do Sul e do Centro, foi impulsionada pela cultura do café, tendo o crescimento demográfico como fator de pressão da fronteira agrícola. O menor preço das terras ao Norte fazia com que famílias vendessem suas terras ao Sul e comprassem maiores quantidades de

⁵⁸ A margem direita, segundo Celin (1984, p.125), em 1920, era somente conhecida por caçadores.

“lotes” naquela região. “[...] A propaganda chegava através dos agenciadores de terras. Muitas famílias inteiras ou repartidas, de Iconha, Alfredo Chaves e Venda Nova, principalmente, mudaram-se para o ‘norte’” (CELIN, 1984, p.126)⁵⁹. O fluxo migratório era basicamente interno, no sentido rural-rural. Segundo Celin (1984, p.128), consta uma única tentativa de instalação de 225 famílias de poloneses em Água Branca, em 1928, entretanto praticamente a metade abandonou a colônia para tentar melhores condições de vida nos “estados meridionais”.

Com a estrada de ferro Vitória-Minas atingindo a região de Colatina (1906-1908) e a conclusão da ponte Florentino Avidos sobre o rio Doce (1928), em pouco tempo, a cidade de Colatina tornou-se importante entreposto comercial e centro irradiador da ocupação da região Norte, tomando de Linhares o posto de centro econômico da região. Superado o obstáculo natural do rio Doce, a outra barreira, os índios, já não ofereciam grandes resistências. Agora em menor número em relação aos brancos, eles recuavam mata adentro (CELIN, 1984, p.124-130). Não é difícil prever que sua quase extinção ou aculturação era questão de tempo, uma vez que a frente de expansão agrícola capixaba iria encontrar-se, a noroeste do Estado, com a frente mineira⁶⁰.

A derrubada da exuberante floresta atlântica começou já com a necessidade de dormentes para a estrada de ferro e posteriormente com a implantação da empresa extrativista em base capitalista, a qual foi abrindo estradas, permitindo assim um maior fluxo de pessoas. Ao lado da atividade de extração de madeira, existia um sem número de pequenos produtores que se utilizavam da mão-de-obra familiar. Mesmo nas áreas onde a extração chegava primeiro, predominava o ciclo mata-café. Isso foi impulsionado pelo bom preço da saca nos anos 20 (CELIN, 1984, p.125-131). Um pouco mais adiante, em decorrência do desgaste do solo, o ciclo ganhará um terceiro componente, a pastagem.

⁵⁹ “[...] No começo da década de vinte foi criada pelo governo do Estado a Companhia de Terras, incumbida da venda de terras na região de Colatina, procurando, de tal modo, extrair dessas terras o máximo do potencial de fixação das famílias que se deslocavam do sul” (BUFFON, 1992, p.153).

⁶⁰ Isso acabaria por desenhar uma região de conflito sobre os limites territoriais dos dois estados. A Região de Contestado foi a chamada essa área de “[...] litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo em torno dos limites de cada Estado na Serra dos Aimorés – terras localizadas a noroeste do estado, de boa qualidade para o cultivo do café – que se inicia em torno de 1940 e se estende até meados da década de 60” (FERREIRA, 1987, p.225).

Há de se destacar que a ocupação da região Norte não trouxe nenhuma novidade na forma do cultivo do café (pouco produtivo devido às técnicas e manejo empregados) e na estrutura da mão-de-obra utilizada, a qual era familiar. Mesmo assim, na década de vinte o Espírito Santo assumia o posto de terceiro maior produtor de café dentre os estados produtores. O governo estadual passa a investir nessa década mais pesadamente em infra-estrutura, ferroviária e portuária, e na urbanização de Vitória. Essa euforia dos anos 20 trará para capital um grande volume de negócios devido sua ligação aos principais centros produtores. Isso fomentou uma pequena urbanização para essa região com o despertar de uma gama de serviços e comércio advindos da dinâmica cafeeira (BUFFON, 1992, p.154-156). Fora a Capital e suas cidades vizinhas, as cidades litorâneas padeciam de decadência econômica, uma vez que o centro dinâmico cada vez mais se concentrava no interior em decorrência da ligação dos centros produtores de café com Cachoeiro e posteriormente Vitória através das ferrovias⁶¹ (FERREIRA, 1987, p.148-149).

Como acontecia em épocas desfavoráveis nos preços, a Crise de 1929, a qual provocou de queda nos preços da saca de café, não alcançou a estrutura social da pequena produção familiar. O café de baixa qualidade cultivado no Espírito Santo não concorria diretamente com o produzido em outros estados produtores, ajudando assim, a manter uma reserva interna de mercado e em certa medida estrangeira (as exportações mantiveram-se constantes). Apesar da queda dos preços, distinto dos outros estados, o volume produzido foi pouco alterado no início e em 1936 voltou a crescer a área plantada (BUFFON, 1992, p.157-159).

[...] A partir do início dos anos trinta inaugurou-se outra etapa do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A partir de então o setor dinâmico da acumulação passou a ser a indústria, ainda que restringida. Nesta mudança de padrão jogou papel importante a política econômica que, ao sustentar o nível interno de renda, viabilizou assim o crescimento da indústria baseado na 'substituição de importações', para o que os avanços da base material dos anos vinte foram indispensáveis. Com a capacidade de importar drasticamente reduzida e o nível de renda sustentado pela política econômica, ganhou impulso o processo de integração do mercado nacional (BUFFON, 1992, p.160).

⁶¹ Em 1906 a Estada de ferro Vitória a Minas (EFVM) atingia o estado mineiro e em 1910 foi concluída toda sua extensão. Também em 1910 a estrada de ferro sul do Espírito Santo chegou até Cachoeiro de Itapemirim, ligando essa região a Vitória (ROCHA, 1998, p.45).

A integração do mercado nacional começa a tomar impulso a partir dos anos 1930. As exportações para outros estados, apesar do reduzido volume, dão sinais de maior diversificação: feijão, milho, cacau, madeira, arroz, aves, gado, cimento etc., principalmente para o Distrito Federal. Entretanto o café compunha ainda mais de 70% das exportações. O Espírito Santo encontrava na demanda interna, ou seja, nos estados não produtores de café, um grande mercado, haja vista a qualidade inferior dos seus grãos. A pauta de importações interestadual constituía-se de produtos manufaturados e bens de consumo corrente, importados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e, em menor medida, de São Paulo. Nessa época o café mineiro, escoado pelo porto da Capital, já representava 15% das importações capixabas (FERREIRA, 1987, p.161-178).

Não há dúvidas que a proximidade com a Capital Federal possibilitou a ampliação da produção de produtos vegetais para aquela região. Os estímulos para a agricultura, especialmente para a cultura cafeeira, foram fomentados pela reserva de mercado dos grãos de baixa qualidade produzidos em solo capixaba, servindo até de sustentáculo da produção nos períodos de crises internacionais de preços. Essa proximidade dos principais centros dinâmicos proporcionou também um efeito perverso: ajudou a inibir até mesmo a produção de pequenas manufaturas. Nesse sentido, o efeito das discrepâncias regionais tende a configurar, nas primeiras décadas do século XX, uma região pólo com uma integração baseada em complementaridade inibidora e destruidora para produtos manufaturados (FERREIRA, 1987, p.179-180).

Assim, o Espírito Santo continuaria a ter como centro dinâmico da sua economia as exportações de café. De acordo com Campos Júnior (2002, p.38-43), até 1940, os capitais concentrados na esfera comercial não diversificaram as atividades econômicas, seja no campo ou no meio urbano. Duas possibilidades são apontadas: A primeira é que os excedentes eram pequenos, tendo em vista que o café capixaba representou cerca de 1% a 8% do total das exportações brasileiras nas quatro primeiras décadas do século; a segunda se baseia no vazamento do excedente para outros estados ou países. A constatação de firmas estrangeiras exportadoras de café situadas em Vitória ajudam a confirmar tal possibilidade. Mesmo para as firmas nacionais não existem indícios de investimentos em Vitória.

Nas décadas de 40 e 50 as exportações para o exterior aumentaram em decorrência do maior volume de café e minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) vindos de Minas Gerais. Não se verificou diversificação na pauta de exportações, a não ser pela enorme quantidade de minério escoado por Vitória, chegando a ser responsável por 45% das exportações para o exterior no início dos anos 50. Sem dúvida, foi também como corredor de exportação, que o Estado pode se integrar ao mercado nacional. Nessas duas décadas o Estado capixaba continuaria a importar majoritariamente produtos manufaturados, principalmente do Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Do Rio Grande do Sul importava-se arroz, farinha de trigo, feijão, charque e banha (FERREIRA, 1987, p.230-240).

Em suma, o Espírito Santo integrou-se ao mercado nacional através da exportação de café, e, em menor proporção, de alimentos e madeira especialmente para Guanabara, e como corredor de exportações mineiras. Em contrapartida demandava, principalmente, produtos manufaturados da região Sudeste e em menor medida do exterior.

A pequena propriedade familiar delineará para o Espírito Santo uma pequena concentração fundiária, a menor dentre os estados brasileiros, com reflexos ainda significativos em nossos dias. Em 1920, o índice de Gini para a distribuição das terras era de 0,580. Nos 20 anos seguintes observou-se redução até mesmo na concentração, passando para 0,529 em 1940. Em 1950 e 1960, o índice elevou-se um pouco (0,541 e 0,550, respectivamente), mas ficando abaixo do examinado em 1920 e bem aquém do índice brasileiro, 0,844 e 0,842, para os mesmos anos. No estado capixaba, o aumento desse índice, nos anos 40 e 50, está relacionado à expansão da grande propriedade na região Norte, decorrente da empresa de extração de madeira, principalmente quando se iniciou a ocupação de terras mais ao Norte desta região, onde o clima e a qualidade do solo são pouco propícios à cultura cafeeira, impedindo assim, a instalação de pequenos proprietários. Em 1970, 68,3% dos estabelecimentos de 500 a 1000 ha, e 75,7% acima de 1000 ha estavam na região Norte. Apesar disso, na região Norte, lado a lado com propagação do latifúndio, difundiu-se também a pequena propriedade familiar, compondo em 1970, 39,4% das propriedades de 0 a 100 ha no estado (FERREIRA, 1987, p.129-131 e 197-198).

Pode-se observar, pela Tabela 10, a forte ocupação da região Norte, especialmente na década de 40. Essa região, que em 1940 tinha somente 16,1% do seu território ocupado, em 1950 passou para 37,9%, um crescimento de 136% no período. Essa expansão manteve-se pujante nos anos 1950. As regiões Sul e Central, em virtude do esgotamento da fronteira agrícola, tiveram baixa ampliação de sua área ocupada. Portanto, o incremento da área total ocupada do estado na década de 50 (45,2%) foi proporcionado pela progressão das terras apropriadas acima do rio Doce.

Tabela 10: Participação relativa da área dos estabelecimentos na área total e evolução do índice de crescimento da área dos estabelecimentos segundo regiões e para o total do estado – Espírito Santo – 1940, 1950 e 1960.

Regiões	1940		1950		1960	
	Participação Relativa	Índice	Participação Relativa	Índice	Participação Relativa	Índice
Centro	65,3	100	65,8	100,8	72,4	111,0
Sul	82,2	100	84,4	101,5	85,0	102,1
Norte	16,1	100	37,9	236,0	49,7	309,4
Total do Estado	43,6	100	55,4	127,0	63,4	145,2

Fonte: MORANDI apud FERREIRA (1987, p.195).

Ao se tomar os dados referentes à composição da força de trabalho nas três regiões do Espírito Santo (Tabela 11) nota-se uma característica dominante na forma de produzir: a adoção da mão-de-obra familiar no ano de 1960. A região Sul, a qual possuía suas raízes no latifúndio, adotou primeiramente o sistema de parceria. Em 1940, 61,5% da força de trabalho provinha dessa forma de cultivar a terra. Com o fracionamento das fazendas, a mão-de-obra familiar ganha estímulo nas duas próximas décadas. Em 1960, 44,5% da força de trabalho era familiar e, agora, somente 33,2% era sob a forma de parceria. Nota-se ainda que a redução do sistema de parceria em todas as regiões foi acompanhada do aumento na porcentagem dos trabalhadores assalariados permanentes (exceto na região Central) e temporários, o que supõe-se a expansão da pecuária nas áreas de antigas plantações de café no Sul e no Centro, e da extração de madeira e início da pecuária no Norte. O índice de crescimento da força de trabalho foi espetacular na região Norte em todas as categorias em virtude da grande corrida rumo às terras acima do rio Doce: em 20 anos cresceu 273%.

Tabela 11: Índices de crescimento e participação relativa dos diversos grupos de força de trabalho, por regiões e para o total do estado – Espírito Santo – 1940, 1950 e 1960.

Região Ano	Mão-de-obra familiar		Assalariados permanentes		Assalariados temporários		Parceria		Total	
	Índice	%	Índice	%	Índice	%	Índice	%	Índice	%
Capital										
1940	100	69,1	100	3,3	100	5,8	100	23,8	100	100
1950	99	68,8	98	3,3	182	7,0	87	20,9	99	100
1960	111	71,7	96	3,0	245	8,7	67	14,9	107	98,3
Sul										
1940	100	30,1	100	6,4	100	2,0	100	61,5	100	100
1950	109	33,3	99	6,4	498	10,2	81	50,1	99	100
1960	111	44,5	94	8,0	461	12,4	41	33,2	75	98,1
Norte										
1940	100	59,0	100	5,2	100	7,1	100	28,7	100	100
1950	248	58,4	251	5,2	335	9,5	234	26,9	250	100
1960	343	54,2	447	6,2	595	11,4	312	24,0	373	95,9
Total										
1940	100	46,5	100	5,2	100	3,3	100	45,0	100	100
1950	126	49,8	118	5,2	331	9,1	94	35,9	118	100
1960	148	56,0	140	5,6	415	11,0	67	24,5	123	97,3

Fonte: MORANDI apud FERREIRA (1987, p.201).

A importância da agricultura para o estado e o pouco dinamismo industrial podem ser apreciados pelo baixo nível de urbanização com que se chegou em 1960. Neste ano, 71,3% da população era da zona rural. A população urbana, apesar de crescer rapidamente nos anos 50, passando de 20,8% em 1950 para 28,7% em 1960 (Tabela 12), ainda era bem inferior à média nacional (45%) (FERREIRA, 1987, p.226).

Em 1960 68% da PEA do estado dedicava-se às atividades agropecuárias, 26% aos serviços e apenas 6% à indústria. [...] Os trabalhadores industriais concentravam-se em Vitória (16,5% dos trabalhadores industriais do Estado) e municípios vizinhos (Cariacica 7,7% e Vila Velha 12,9%), Cachoeiro do Itapemirim (13,7%) e Colatina (10,3%). Por outro lado, observa-se a grande concentração das atividades terciárias do Estado em Vitória e Vila Velha (24% e 12% da PEA empregada no setor respectivamente), parte delas relacionadas com as atividades portuárias e da CVRD [...] (FERREIRA, 1987, p.227-228).

Tabela 12: Espírito Santo: população por situação de domicílio (1940-1960)*

Anos	População Rural		População Urbana		População Total
	Absoluta	%	Absoluta	%	
1940*	632.120	80,0	158.029	20,0	790.149
1950*	763.351	79,2	200.574	20,8	963.925
1960*	1.018.547	71,3	409.709	28,7	1.428.256

Fonte: Ferreira (1987, p.226).

*Inclusive a Serra dos Aimorés.

Na década de 1930 o fluxo migratório era bastante positivo para o estado do Espírito Santo. A partir da década de 40 acontece uma reversão. Em 1950 e 1960 o fluxo negativo de pessoas foi de 56.000 e 99.900, respectivamente, conforme demonstra a Tabela 13. Os emigrantes tiveram como destino basicamente as regiões carioca e mineira. Segundo Ferreira (1987, p.223-230), quando a emigração se voltava para o Rio de Janeiro e Guanabara o movimento era predominantemente rural-urbano e quando direcionada para Minas Gerais e Serra dos Aimorés⁶², rural-rural. Ainda de acordo com o autor, dois movimentos podem explicar fluxo emigratório capixaba nos anos 40 e 50: “[...] o de expulsão de trabalhadores rurais relacionado com a disponibilidade de terra [nas regiões Sul e Central] e o de atração, relacionado com as eventuais vantagens que a vida urbana oferece” (FERREIRA, 1987, p.226).

Ao que tudo indica, nos parece sensato afirmar que o fluxo de saída, exceto aquele para Serra dos Aimorés e boa parte para Minas Gerais, era, majoritariamente, consequência do enfraquecimento do sistema de parceria nas regiões Sul e Central. Ajudava nesse processo a substituição dos antigos cafezais por pastagens, as quais empregavam menor quantidade de trabalhadores. Nesse sentido, o movimento campo-cidade era de pessoas que possuíam muito pouco recurso monetário para comprar terras ao Norte do estado. Em se tratando do fluxo de interioranos para a Grande Vitória, nas décadas de 40 e 50, Campos Júnior (2002, p.15) também admite que se tratava de pessoas não inseridas na dinâmica cafeeira. Tais imigrantes vieram a residir nas cidades próximas à Vitória, onde o preço da terra era “quase nulo”.

⁶² A Serra dos Aimorés possuía terras bastante propícias ao cultivo do café. “Em relação a essa questão vale ressaltar o excepcional crescimento da sua população, que mais que duplicou em 10 anos e ainda o significativo fluxo de capixabas que para ali se dirigiram no período em pauta” (FERREIRA, 1987, p.225).

Tabela 13: Espírito Santo: movimento migratório inter-estadual – 1940/1960 (em milhares de pessoas)

Estados	Nº de pessoas originárias de			Nº de pessoas que saíram para		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Minas Gerais	54,3	50,9	77,3	22,7	29,1	32,1
Rio de Janeiro	37,1	28,4	26,0	13,3	32,0	65,3
Guanabara	1,3	1,4	3,1	17,8	55,7	73,1
Serra dos Aimorés	-	0,0	0,1	-	20,4	38,9
Outros	13,4	12,1	26,3	5,2	11,6	23,3
Total	106,1	92,8	132,8	59,0	148,8	232,7

Fonte: Ferreira (1987, p.223)

Os anos 1950 marcam o início do processo de transformação produtiva, com claros limites à expansão cafeeira. Na região Sul, desde os anos 30 veio desenvolvendo a pecuária leiteira, em substituição às terras “cansadas” pela lavoura cafeeira, a extração do mármore e a fabricação de cimento. Essas impulsionadas pela integração do mercado nacional e pelo esgotamento da fronteira agrícola na região. Na região Central, apesar da maior estabilidade da produção de café se comparado às outras regiões do estado, ocorre redução na produtividade. O que proporcionou maior dinamismo a região foi a promoção de infra-estrutura da Capital através do escoamento do café (vindo de outras regiões do estado e de Minas) e da presença da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o que deu certa vida urbana, fomentando certas unidades industriais também em Vila Velha e Cariacica. Na medida em que a marcha para o Norte se aproximava do extremo do estado, as terras e o clima tornavam-se impróprios à lavoura cafeeira, fazendo com que o ciclo encurtasse para mata-pastagem. Também a ponte sobre o rio Doce na cidade de Linhares, no início dos anos 50, impulsionou a grande derrubada de madeira a partir dessa década (BUFFON, 1992, p.197-201).

O excesso de produção e a queda nos preços internacionais não se configuraram nos principais motivos que levaram a cafeicultura capixaba à crise instalada. Esse período coincidiu com o momento do esgotamento das reservas de terras férteis para o café no Espírito Santo. Sem novas terras que propiciassem a fertilidade natural do solo, o modelo produtivo da produção familiar, tal como vinha historicamente se reproduzindo, entra em falência [...] (CAMPOS JÚNIOR, 2004, p.34).

Os limites à cafeicultura capixaba começavam a ser impostos principalmente pelo esgotamento da fronteira agrícola para o seu cultivo e a redução da produtividade nas antigas áreas produtoras. Esses “são elementos que evidenciam o esgotamento

do potencial dinâmico desta atividade no estado, muito embora a estagnação desta cultura não significasse o seu imediato abandono [...]” (BUFFON, 1992, p.220-221). Como a propriedade familiar, desde a sua origem, tornou-se muito resistente às crises de preços, a redução drástica da saca a partir de 1955⁶³, seria enfrentada como as anteriores, não fosse a intervenção estatal com o programa de erradicação dos cafezais. Talvez, a derrocada de muitos estabelecimentos aconteceria, mas não da forma abrupta como se verificou (BUFFON, 1992, p.202).

Enfim, trata-se de fatores atuantes, alguns endógenos (esgotamento do solo, fechamento da fronteira agrícola e ecológica, presença da CVRD), outros exógenos (queda dos preços internacionais do café, integração do mercado nacional, o avanço da urbanização e o Plano de Metas), que, conjugados, haviam posto em marcha [nos anos 50] um inexorável processo de transformação da estrutura produtiva, ainda que tratasse de um processo lento (BUFFON, 1992, p.201-202).

Assim, inicia-se um novo padrão-urbano, onde “[...] o contingente residente nas cidades, sob forte ação dos fatores de expulsão e atração, deixa de guardar uma proporcionalidade com as atividades produtivas e urbanas ali desenvolvidas” (BUFFON, 1992, p.267). Esse processo será visto mais detalhadamente no próximo tópico. Por enquanto, se quer ressaltar a importância do café para a população capixaba. Em 1960, “[...] o café era a cultura predominante em 69,9% dos estabelecimentos rurais, que ocupavam 67,4% da área total dos estabelecimentos” (ROCHA, 1998, p.49-50). Além disso, nesse mesmo ano, o café empregava 80% da PEA do setor agrícola, que por sua vez correspondia a 68% da PEA estadual (ROCHA e MORANDI, 1991, p.47-48).

⁶³ O preço médio da saca de exportação do café (verde e solúvel) no Brasil apresentou bons preços durante a primeira metade da década de 50 e teve seu auge em 1954, onde atingiu US\$ 86,83. Daí em diante os preços tiveram forte e sucessivas quedas até alcançar US\$ 38,27 em 1963. O patamar de preços do início da década de 50 somente seria retomado a partir de 1973, e já em 1976 chegaria a superar a casa dos cem dólares, permanecendo assim durante a década de 80 (ROCHA e MORANDI, 1991, p.35).

2.4. O Estado capixaba na transição e consolidação da economia exportadora de semimanufaturados e do trabalho assalariado urbano (década de 1970 – final do século XX)

De acordo com Mello (1984, p.110-119) – ao tratar do estado de São Paulo – o início dos anos 1930 até a primeira metade dos anos 50 se caracterizou por uma “industrialização restringida”. Os determinantes desse tipo de industrialização são estes:

[...] as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (MELLO, 1984, p.110).

A partir de 1956, ainda segundo o autor, o Governo Federal entra no mercado investindo pesado na indústria de base e infra-estrutura. Diante do gigantesco capital inicial e pouco interesse do capital privado, o Estado Nacional optou por tomar frente desse segmento, com a ajuda do capital estrangeiro e de grandes grupos. Inicia-se assim, “um novo padrão de acumulação”, estimulando de imediato o “[...] investimento privado não só por lhe oferecer economias externas baratas, mas, também por lhe gerar demanda” (MELLO, 1984, p.118).

O processo de concentração industrial em São Paulo, iniciado no início do século XX acabaria por definir uma “periferia” dentro do próprio país. Além dos fatores inibição e destruição, o estado paulista, “a mais dinâmica economia do país, explorava, crescentemente, toda e qualquer oportunidade diversificadora em sua própria região” (CANO, 1983, p.252). Nesse sentido, os demais estados, de acordo com Cano (1983, p.255-256), teriam sua “industrialização condicionada” à demanda daquele Estado – principalmente os produtos ligados a complementação industrial ou ao fornecimento de alimentos – e a demanda externa de produtos primários.

A “periferia”, dessa forma, jamais conseguiria ativar suas forças endógenas – isto é, aquelas inerentes à sua própria dinâmica – para romper com esse quadro. Tal ruptura – se efetivamente tivesse condições de ocorrer – somente poderia se dar através de uma ação maior do Estado (CANO, 1983, p.256).

Realmente, a ação do Estado brasileiro foi de fundamental importância para o Espírito Santo passar de uma economia tipicamente rural no início dos anos 60 para uma urbano-industrial já nas décadas de 80 e 90. Apesar da crise na estrutura produtiva iniciada nos anos 50, não fossem a intervenção na crise cafeeira através da erradicação dos cafezais, as políticas de diversificação econômica e de incentivos fiscais, os investimentos em infraestrutura, e o advento dos grandes projetos, a partir da segunda metade da década de 70, certamente o território capixaba teria hoje um nível de urbanização bem menor. Analisemos melhor esse caminho rumo à consolidação do trabalho assalariado urbano.

Não há dúvidas que o pensamento cepalino influenciou a atuação estatal já nos anos 50 ao propor a necessidade de minimizar as discrepâncias regionais brasileiras. Essa Comissão propôs a intervenção estatal como forma de reduzir a dependência e o atraso de outras regiões – especialmente o Nordeste – em relação ao concentrado pólo industrial do Centro-Sul, através de políticas voltadas para a industrialização. O malefício dessa relação “centro-periferia” pôde ser observado pelos seguintes números: a região Sudeste, “[...] detinha em 1949, 66,5% da renda nacional e 43,4% da população total, enquanto o Nordeste, com 34,7% da população, ficava apenas 14,1% da renda nacional” (ROCHA e MORANDI, 1991, p.28).

Nesse sentido, o Governo Federal, nos anos 1950 e 1960, criaria órgãos de apoio ao desenvolvimento de atividades, principalmente no Nordeste (o primeiro foi a SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). O Espírito Santo ficaria de fora desses benefícios por fazer parte dos limites geográficos da região Sudeste, o que lhe rendeu o apelido de “Nordeste sem SUDENE”. Isso se deve às características semelhantes com aquela região, pois o estado capixaba contribuía muito pouco com a renda gerada no país, embora sua população fosse também muito pequena. Em 1949 e 1959, correspondia a 1,4% e 1,1% da renda nacional; e contava, respectivamente, com 1,7% e 1,5% da população brasileira (ROCHA e MORANDI, 1991, p.28-33).

Com os programas de desenvolvimento direcionados para outras regiões e a forma que o Governo Federal encontrou para lidar com a crise de preço internacional do café, por meio da erradicação, o Espírito Santo passará por profundas alterações no campo, tendo, conseqüentemente, reflexos nas principais cidades.

O Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), nas duas fases de seu Programa, executado entre junho de 1962 e maio de 1967, erradicou 53,8% dos cafezais capixaba, liberando 71% da área plantada (ROCHA, 1998, p.50). Dada a baixa produtividade dos cafezais espírito-santenses, “do total erradicado no Brasil, 22% situava-se no Espírito Santo, que possuía apenas 13% da população cafeeira nacional” (ROCHA e MORANDI, 1991, p.40). Como pode ser verificado na Tabela 14, estima-se que nessas duas fases do programa – principalmente a segunda – foram liberadas de seus trabalhos mais de 73 mil pessoas, sendo que a reocupação foi muito pequena devido a pouca diversificação de culturas, como se analisará oportunamente. Com isso, o total de desempregados abrangeu pouco mais de 60 mil pessoas, “[...] o que, considerando uma taxa de dependência de 3 por 1, indica ter sido atingido um total de 240 mil pessoas” (ROCHA, 1998, p.51).

Tabela 14: Estimativa do desemprego de mão-de-obra ocasionado pelo programa de erradicação dos cafezais – Espírito Santo (1962-67).

Fatores de desemprego e reocupação	1ª fase	2ª fase	Total
1. Mão-de-obra liberada pela erradicação	14.827	58.643	73.470
2. Reocupação por atividades alternativas	2.639	10.437	13.076
2.1. Pastagens	1.949	7.708	9.657
2.2. Milho	475	1.878	2.353
2.3. Arroz	8	31	39
2.4. Algodão	28	112	140
2.5. Feijão	109	432	541
2.6. Mamona	40	159	199
2.7. Café	30	117	147
Saldo de desempregados	12.188	48.206	60.394

Fonte: Rocha e Morandi (1991, p.58).

A pecuária foi a atividade que mais ocupou a mão-de-obra liberada pela erradicação, próximo de 10.000 pessoas. No entanto essa atividade não se compara à cafeeira, pois aquela emprega poucos trabalhadores, sobretudo nos moldes da criação extensiva. Como a pecuária ocupou 70% do total da área liberada pelos cafeeiros arrancados e como a política de diversificação do IBC-GERCA não estava obtendo êxito, agravou-se a crise social (ROCHA, 1998, p.51).

A erradicação também provocou a “desmobilização” dos capitais, uma vez que o bom preço por cova erradicada proporcionou liquidez aos proprietários, os quais

puderam investir em terras na região Norte do estado ou montar algum comércio na cidade. Pela Tabela 15, observa-se que a área de pastagem obteve um aumento significativo na década de 70, principalmente na região Norte, passando de 288.575 hectares em 1960 para 1.037.575 hectares em 1970, a uma taxa de crescimento anual médio de 13,65%. Nota-se também que a ampliação, mesmo que em menor intensidade, da pecuária se revelou também no interior da pequena propriedade familiar nas regiões Central e Sul. A pecuária tem seu auge em meados da década de 70, quando em 1975 a área de pastagem atinge mais de dois milhões de hectares. Depois desse período, em virtude do esgotamento da fronteira agrícola no Norte e a concorrência com o plantio do café, o qual voltou a ter boa cotação no mercado internacional, a área de pastagem reduziu-se um pouco, mas chegando ainda no Censo agropecuário de 1995-6 com 1.821.069 ha⁶⁴.

Tabela 15: Área e taxa de crescimento das pastagens do Espírito Santo (1950-1985)

Área de pastagens (ha)							
Regiões	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995-6*
Centro	171.909	227.141	329.264	387.561	351.859	320.501	256.001
Sul	253.803	326.940	463.532	507.484	473.738	433.926	393.083
Norte	158.073	288.575	1.037.187	1.235.513	1.153.148	1.125.174	1.171.985
Total	583.785	842.656	1.829.983	2.130.558	1.978.745	1.879.617	1.821.069
Taxa anual média de crescimento							
Regiões	50/60	60/70	70/75	75/80	80/85	85/95-6	
Centro	2,83	3,78	3,31	-1,91	-1,80	-2,01	
Sul	2,56	3,55	1,83	-1,37	-1,70	-0,94	
Norte	6,20	13,65	3,56	-1,37	-0,50	0,41	
Total	3,74	8,06	3,09	-1,47	-1,00	-0,31	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de Rocha e Morandi (2001, p.69) e IBGE, Censo agropecuário 1995-6.

* A realização do Censo Agropecuário 1995-1996 teve como referência o período de 01.08.1995 a 31.07.1996.

Além do Programa de erradicação dos cafezais do Governo Federal, o crescimento do mercado consumidor urbano interno e dos estados vizinhos contribuiu para o avanço da pecuária. Esta atividade, apesar de não permitir um bom nível de lucratividade, se tornou predominante por exigir reduzidos recursos para manutenção do rebanho e pagamento de salários, uma vez que emprega pouca

⁶⁴ Segundo Rocha e Morandi (1991, p.67), o efetivo bovino em 1950 era de 437.463 cabeças, alcançando 2.104.159 cabeças em 1975. O Censo agropecuário 1995-6 acusou no Espírito Santo um rebanho de 1.788.748 cabeças.

mão-de-obra. Além do mais, sua adoção está diretamente relacionada à inexistência de outras culturas que pudessem substituir o café em matéria de rendimento (ROCHA e MORANDI, 1991, p.68-71).

A disponibilidade de recursos possibilitou de uma vez por todas a ocupação da região Norte, visto que nesta as terras tinham menor preço. A propagação de madeiras e a derrubada do manto florestal foi significativa até 1975⁶⁵. Após a exploração madeireira procedia-se a plantação de pastagens; assim o ciclo mata-pastagem tornava-se predominante não só pelo desbravamento de terras pouco propícias ao cultivo do café, mas também em razão da política intervencionista do governo diante da crise cafeeira (ROCHA e MORANDI, 1991, p.62 e 70).

As indenizações, a princípio nas mãos dos inúmeros proprietários, segundo Rocha e Morandi (1991, p.61) devem ter se concentrado, através dos bancos e do comércio, nas mãos de poucos capitalistas que comandaram inicialmente, até meados dos anos 70, a expansão da indústria capixaba. De acordo com Rocha (1998, p.52-53), surgia assim a “burguesia capixaba”, a qual com recursos próprios e incentivos fiscais do Governo comandarão, pela primeira vez, o crescimento econômico apoiado em atividades de pequeno e médio porte não ligadas diretamente ao café. Certamente o Plano de Metas e a crescente urbanização foram determinantes nesse processo.

As obras de infra-estrutura do Plano de Metas do Governo Federal foram fundamentais para a integração regional e para dar suporte aos investimentos. Foi a partir de 1960 que começou operar os investimentos desse Plano. No setor de energia foram concluídas as Usinas de Rio Bonito (1960) e Suíça (1965), a primeira elevou a capacidade em 240% e a segunda em mais de 100% (ROCHA e MORANDI, 1991, p.87-90). Em 1969 foram completadas as obras de asfaltamento da BR-101 e da BR-262. No setor industrial foram construídas novas fábricas para substituir as antigas unidades das empresas Itabira Agro-industrial (cimento) e Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) (ROCHA, 1998, p.52).

⁶⁵ “A produção média de madeira em toros, que no triênio 1952/54 foi de 79,6 mil m³, passou a 169,4 mil m³ em 1955/57, com um crescimento de 112,8%. Em 1967/69 atingiu 344,1 mil m³ e em 1973/75, 317,2 mil m³, a partir de quando entrou em franco declínio. Da mesma forma se comportou a produção de lenha, que passou de 357,9 mil m³ no triênio 1952/54 para 1.068,3 mil m³ em 1952/7. No triênio 1967/69 atingiu 1.696,2 mil m³, tendo declinado radicalmente a partir de 1976/77” (ROCHA e MORANDI, 1991, p.62).

Os investimentos estatais em infra-estrutura não ficaram somente no âmbito do Plano de Metas. Em 1968 ocorreu a federalização da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA), que direcionou investimentos para a criação da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas, inaugurada em 1974, elevando a capacidade em 191%. No final da década de 70 também foi terminada a interligação da rede elétrica com o Sudeste. Na área rodoviária desde a segunda metade dos anos 60 o governo estadual investiu na malha interna e foi finalizada no início dos anos 1970 a BR-259. Além disso, o esgotamento da capacidade do porto de Vitória induziu a CVRD a construir o Porto de Tubarão – especializado na exportação de minério –, inaugurado em 1966 (ROCHA e MORANDI, 1991, p.89-91).

Os incentivos fiscais foram, sem dúvida, de fundamental importância para o processo de industrialização apoiados nos capitais locais. Além dos recursos, do IBC-GERCA, a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), criada pelo governo estadual em 1967, em seus três anos de existência financiou 37 projetos industriais, sendo 26 de ampliação e 11 de novas plantas. Produtos alimentares, madeira e mobiliário foram o que receberam maiores benefícios (ROCHA e MORANDI, 1991, p.83-84). A transformação do setor secundário foi significativa, haja vista que a pequena “[...] indústria no Espírito Santo, até por volta dos anos 50, estava muito mais no campo e em lugares do interior, próximos da produção cafeeira, do que localizada na capital do estado” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.45).

A partir de 1970, com a operação do BANDES [Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo] e do GERES/FUNRES [Grupo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo / Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo], o setor industrial passou a contar também com o apoio do sistema de incentivos fiscais, criados pelo DL-880 e pela Lei 2.469, que aportava recursos sob a forma de participação societária e financiamento. O Geres, entre 1970 e 1974, apoiou 40 projetos industriais (10 de ampliação e 30 de implantação), concentrados principalmente nos gêneros produtos alimentares, minerais não-metálicos, metalurgia e têxtil (ROCHA e MORANDI, 1991, p.84).

Esse é um momento particular da história do Estado capixaba. O crescimento econômico se baseia na pequena e média unidade produtiva comandada pelos capitais locais, mas fomentada pela forte política de incentivos fiscais e de infra-estrutura, e crescente urbanização. Somado a isso, a expansão do mercado interno e de outros estados foi incrementada pelo período do “milagre econômico” brasileiro.

Segundo Rocha (1998, p.54), a união entre forças políticas e empresariais estaduais, e o interesse do Governo Federal em tentar manter o nível de crescimento do período 1967/73, trará importantes e grandes investimentos industriais estatais no bojo do programa do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). A partir desses projetos a estrutura industrial se transformou, assim como se consolidou o padrão industrial-urbano com a crescente ocupação das cidades, especialmente nas da Grande Vitória. Também o meio rural encontrou-se em processo de mudanças: aperfeiçoamento das técnicas e cuidados no plantio do café, surgimento e crescimento de outras culturas, especialmente a silvicultura, e crescente utilização de mão-de-obra assalariada. Começamos então nosso pequeno esboço pelo campo.

O Programa de erradicação dos cafezais não contava com a redução da produção decorrente da forte geada no Sul do país em 1969, o que fez reduzir significativamente a oferta. Já em 1970 o IBC-GERCA lança o Plano de Emergência e o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais com adoção de novas técnicas de cultivo e preparo do solo para se atingir maior nível de produtividade e qualidade dos grãos. No Espírito Santo, até 1975, o plantio não expandiu como se esperava devido ao baixo preço da saca no mercado internacional. Somente a partir desse ano o preço aumentou significativamente em virtude de outra geada, agora atingindo também parte de São Paulo, Mato-Grosso e Minas Gerais. O preço médio de exportação do café verde e solúvel passou de 63,96 dólares em 1975 para 153,70 e 259,19 dólares em 1976 e 77, respectivamente. A partir daí os preços mantiveram-se acima dos cem dólares até final dos anos 80 (ROCHA e MORANDI, 1991, p.35 e 96-97).

Os preços mais vantajosos fomentaram o aumento do plantio do café, principalmente nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. A área colhida elevou-se consideravelmente nos anos 80 (Tabela 16). A partir do início da década de 90, tanto a área colhida como a produção paulista reduziram-se consideravelmente e Minas assumia o posto, em meados dos anos 80, de maior produtor da região. Em meados dos anos 90 foi a vez do Espírito Santo suplantar a produção de São Paulo. A combinação do melhor manejo do solo, o uso de defensivos agrícolas, a utilização de melhores técnicas e cuidados com a planta elevou consideravelmente a produção

da cafeicultura brasileira. A título de exemplo, o Espírito Santo em 1965 com uma área colhida de pouco mais de 315 mil hectares produzia quase 230.883 toneladas de café, uma média de 0,73 t/ha. Já em 2001, com uma área de 529.624 hectares alcançou-se 960.620 toneladas, perfazendo 1,81 t/ha.

Há de se ressaltar a importância da retomada da cafeicultura para a retenção de parte do fluxo rural-urbano. Apesar das novas formas de cultivo e trato da terra, inclusive com o início de maior volume de máquinas e equipamentos, essa atividade ainda absorvia grande quantidade de mão-de-obra. Segundo Rocha e Morandi (1991, p.98), essa expansão do café se observou nas pequenas propriedades rurais, no sistema de trabalho familiar e de parceria, mas também se verificou o surgimento de grandes propriedades capitalistas e utilização de mão-de-obra assalariada. Nessa etapa do pós-crise-erradicação, tanto a pequena como a grande propriedade utilizou-se de novas técnicas de cultivo, proporcionando melhor produtividade e qualidade dos grãos. “Essa expansão do café trouxe consigo uma relativa modernização da cultura e deu-se, sobretudo, com a espécie *conilon*, em detrimento do *arábica*” (ROCHA, 1998, p.57).

Tabela 16: Café nos estados da região Sudeste: área colhida (hectares) e produção (toneladas), em anos selecionados de 1965 a 2001

Anos	Espírito Santo		Minas Gerais		Rio de Janeiro		São Paulo	
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)
1965	315.675	230.883	681.419	430.857	57.493	37.975	1.075.463	992.961
1970	181.424	228.000	265.378	392.000	10.307	7.152	767.460	588.000
1975	162.299	115.000	309.767	238.000	3.001	2.335	690.841	887.000
1977	185.324	129.298	374.248	596.213	4.330	4.032	637.100	903.881
1980	304.178	326.570	462.245	404.922	9.547	24.314	805.060	824.040
1982	327.737	369.887	480.062	479.437	11.499	30.946	555.996	674.400
1985	398.000	556.565	622.000	1.277.626	16.450	32.747	780.000	1.032.240
1987	438.586	444.993	858.962	1.610.676	16.142	38.627	721.108	977.728
1990	507.726	436.280	963.151	1.040.799	17.574	24.152	567.027	649.552
1992	464.839	513.217	950.026	1.106.061	15.662	21.075	424.892	372.840
1995	452.532	370.352	833.015	931.983	9.797	13.188	241.385	205.200
1997	481.356	512.321	867.225	1.132.531	9.095	12.827	241.530	342.100
1999	507.893	631.160	947.424	1.528.466	9.504	13.926	265.160	425.000
2001	529.624	960.620	1.058.851	1.703.316	10.824	14.339	213.400	356.000

Fonte: elaboração própria através da base de dados regionais do IPEA.

A diversificação de atividades no campo foi acelerada a partir dos anos 70 tanto pela pequena propriedade, como por grandes empresas. O mercado consumidor das cidades incentivou as plantações de alimentos básicos, como arroz, milho, feijão etc⁶⁶. Também a avicultura, a horticultura e a fruticultura tiveram altas taxas de crescimento. Ainda a partir dessa década, a silvicultura (reflorestamento), que desde 1967 possuía benefícios fiscais, ganharia extraordinária ampliação, passando 25,1 mil hectares em 1970 para 143,1 mil em 1980 (Tabela 17). Nas décadas de 80 e até meados dos anos 90 o ritmo diminuiu em razão da maturação dos projetos de reflorestamento. De acordo com Rocha e Morandi (1991, p.100), em 1989, a Aracruz Florestal possuía 58,17% das áreas reflorestadas e as quatro maiores empresas do ramo detinham 93,8%. Também nesse ano, 98,3% da atividade de silvicultura era formada de plantações de eucalipto.

Tabela 17: Área de matas naturais e de reflorestamento no Espírito Santo (em hectares) – 1960 a 1995/6

Anos	Naturais	Reflorestadas
1960	858.141	25.296
1970	654.929	25.119
1975	439.628	98.388
1980	438.174	143.148
1985	399.274	156.785
1995-6*	371.862	172.735

Fonte: Rocha e Morandi (1991, p.99) e IBGE, Censo agropecuário 1995/6.

* A realização do Censo Agropecuário 1995-1996 teve como referência o período de 01.08.1995 a 31.07.1996

Essa forma mais capitalizada de utilização das propriedades e as atividades como silvicultura e pecuária, especialmente no Norte, piorou a estrutura fundiária do Espírito Santo. No ano de 1960, conforme a Tabela 18, 54,7% da área dos estabelecimentos eram referentes às propriedades de 0 a 100 ha. Na década de 60 ocorreu uma concentração na posse das terras atribuída à pecuária: em 1970, elevou-se a participação dos maiores extratos de área e reduziu a dos estabelecimentos de 0 a 100 ha (49,7%). Em 1980 a participação deste extrato na

⁶⁶ A cana-de-açúcar também cresceu consideravelmente no período. “Entre 1972/74 e 1987/88, a área média colhida cresceu 156,8%; a produção, 357,8%, e a produtividade aumentou 78,5%, passando de 31,2 para 55,7 t/há. Esse fato se explica, basicamente, pelo deslançamento do Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL – a partir de 1979, que possibilitou a implantação de várias usinas de álcool no Espírito Santo” (ROCHA e MORANDI, 1991, p.104).

área total continuou se reduzindo, enquanto as grandes propriedades, apesar de serem poucas, cada vez mais, ocupavam maior parcela das terras. Sem equívoco, quem liderou a expansão das grandes propriedades na década de 70 foi a silvicultura.

Tabela 18: Estrutura fundiária do Espírito Santo – percentual de participação por extrato de área no total (1950 – 1995/6)

Número de estabelecimentos (%)							
Extrato de área	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995-6*
0 a 100 ha	87,8	89,6	89,5	87,0	87,4	89,3	91,3
100 a 500 ha	11,4	9,7	9,6	11,7	11,2	9,6	7,7
500 a 1000 ha	0,6	0,5	0,7	0,9	0,9	0,7	0,6
+ 1000 ha	0,2	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4	0,3
Total	44.169	54.795	70.711	60.585	59.380	69.140	73.288
Área total dos extratos (%)							
0 a 100 ha	52,5	54,7	49,7	42,6	40,2	41,9	44,0
100 a 500 ha	33,4	31,4	33	34,5	33,4	32,4	31,5
500 a 1000 ha	6,6	6,1	8,4	9,4	9,9	9,2	9,1
+ 1000 ha	7,5	7,7	8,9	13,5	16,5	16,5	15,5
Total (ha)	2.524.873	2.888.667	3.759.360	3.838.842	3.798.228	3.895.428	3.488.725

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Rocha e Morandi (1991, p.116) e do IBGE, Censo agropecuário 1995-6.

* A realização do Censo Agropecuário 1995-1996 teve como referência o período de 01.08.1995 a 31.07.1996.

A partir dos anos 80 verifica-se uma desconcentração tanto no número de estabelecimentos, quanto na proporção de terras ocupadas. Isso ocasionou perda de participação em todas as faixas de área acima de 100 ha. As propriedades até 100 ha aumentaram sua participação de 40,2% em 1980 para 44% em 1995-6. Este extrato também alcançou a incrível marca de conglomerar 91,3% do número dos estabelecimentos no ano de 1995-6. Observa-se também que apesar do número dos latifúndios (acima de 1000 ha) ter variado pouco de 1960 a 1995-6, isto é, de 0,2% para 0,3% do total dos estabelecimentos, a sua porcentagem na área total nesses mesmos anos duplicou, passando de 7,7% para 15,5%. Isso retrata a ocupação de vastos pedaços de terra por poucos proprietários, mais especificamente, empresas⁶⁷.

⁶⁷ A título de exemplo, em 1987, “a Aracruz Florestal S.A. [possuía] 100 mil ha de terra, dos quais 80 mil reflorestados com eucaliptos. O restante é ocupado com áreas de estradas, reservatórios de água, área de preservação, áreas industriais e bairro residencial” (ROCHA e MORANDI, 1991, p.100).

Realmente a maior capitalização no trato da terra reduziu a mão-de-obra familiar e aumentou as relações de assalariamento temporário e permanente até meados dos anos 1980. Isso pode ser atribuído à concentração de terras ocorrida nesse período. A partir daí, com o movimento de desconcentração das terras e a expansão cafeeira e outras atividades agropecuárias, observa-se um crescimento da adoção do trabalho em bases familiares.

Essas duas categorias de assalariados [permanente e temporário], que em 1970 representavam 12,3% do total do pessoal ocupado na agricultura, tiveram sua participação elevada para 18,2% e 28,3%, respectivamente, em 1975 e 1980. Na primeira metade dos anos 80 essas mesmas tendências foram confirmadas, tendo havido significativo crescimento da parceria e redução da participação da mão-de-obra familiar no total do pessoal ocupado. O trabalho assalariado permanente e temporário apresentou um crescimento mais moderado, o que levou, inclusive, à redução de sua participação relativa para 26,7% em 1985 (ROCHA e MORANDI, 1991, p.115).

O Censo Agropecuário de 1995-6 relata muito bem a importância ainda da força de trabalho familiar para o Espírito Santo: das 351.461 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, 197.939 guardavam laços de parentesco com o produtor, ou seja, 56,32% da mão-de-obra era de origem familiar; entretanto, isso não significa a total ausência de assalariamento.

O setor secundário também passa por profunda diversificação a partir de meados da década de 70, contrapondo o período anterior, que apesar ter de crescido rapidamente o número de estabelecimentos industriais de pequeno e médio porte na indústria de transformação, houve pouca diversificação, pois se baseou em gêneros tradicionais no Estado⁶⁸. Nessa nova fase o processo é comandado pelo “grande capital” nacional e de alguns grandes grupos privados.

A política de investimentos do Governo Federal em indústrias de produção de base para exportação, aliada a grandes capitais nacionais e estrangeiro, e com a articulação de lideranças locais, trouxe para o Espírito Santo grandes indústrias.

⁶⁸ No período 1959/75, “[...]a taxa média anual de crescimento da produção (15,8%) evidencia a grande dinamicidade do setor e sugere a extensão das alterações em suas dimensões, que de 1.600 estabelecimento e 7.300 operários, em 1959, passou a 2.796 estabelecimentos e 28.681 operários em 1975. [...]Em 1959, os quatro principais gêneros (produtos alimentares, madeira, têxtil e minerais não-metálicos) representavam 80,1% do valor da produção industrial. Em 1975, essa participação se mantinha em 78,4%, o que demonstra a pequena diversificação” (ROCHA e MORANDI, 1991, p.117). A única exceção a esse período foi a dinâmica da metalurgia comandada pelos investimentos da CVRD.

Contribuiu para isso a boa infra-estrutura estadual em ferrovias, portos, comunicação, energia elétrica, além dos incentivos fiscais.

Entre 1969 e 1979 a CVRD construiu cinco usinas de pelotização de minério, as quais empregaram aproximadamente 1.800 trabalhadores. Também foi implementada, no município de Anchieta, a primeira usina de pelotização da Samarco Mineração S.A., gerando 450 empregos diretos. A Aracruz Celulose S.A. iniciou suas atividades em 1979, se beneficiando já da grande área reflorestada existente. Em 1983 entra em operação a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), e a partir de 1985 já possuía, em seu quadro, 6,3 mil funcionários. Esses projetos e outros aqui não citados elevaram a participação capixaba na produção industrial brasileira de 0,5% em 1970 para 1,3% em 1990. Cabe lembrar que essas quatro maiores empresas do estado contavam e contam com portos próprios: além do Porto de Tubarão criado ainda na década de 60, foram construídos o de Praia Mole (CST), de Portocel (Aracruz) e de Ubú (Samarco) (ROCHA, 1998, p. 54-57 e 65). A partir desses projetos “[...] a economia capixaba passa a integrar a lógica de expansão planejada da economia brasileira” (CALIMAN, 2001, p. 06).

Como pode ser observado no Quadro 1, o gênero produtos alimentares veio perdendo participação relativa no valor bruto da produção da indústria de transformação, passando de 40,44%, em 1970, para 14,72% em 1990; e ainda, em 2000, quando somado ao gênero bebidas, teve baixa participação relativa de 9,2%. Há de se notar a importância do gênero madeira em 1970, o qual representava 21,21% do valor bruto da produção da indústria de transformação. Sem imprecisão, os produtos alimentares e madeira cedem participação relativa lugar a outros gêneros de maior valor agregado. Em 2000, três gêneros: Metalurgia básica, celulose, papel e produtos de papel, e minerais metálicos correspondiam a 65,5% do valor bruto na produção da indústria de transformação.

Nos anos 90, já estava definida a indústria de base com produção de semi-manufaturados destinados, principalmente, à exportação. Em 1990, a CVRD, a CST e a Aracruz Celulose eram responsáveis por 55% das exportações capixaba. Essas mesmas empresas, em 2002, expandiram sua fatia para 65%. Os investimentos em portos e indústrias instaladas voltadas para o mercado externo, somado à vocação natural do estado, fizeram aumentar significativamente as exportações nos anos 90:

entre 1990 e 2002 observou-se um crescimento de 73%. A integração capixaba com as outras regiões também tende a se aprofundar em razão do escoamento da produção de outros estados. Em 1997, 47% do total de mercadorias exportadas pelos portos do Espírito Santo procedia de Minas Gerais, 4% da região Centro-Oeste e 3% da Bahia (SINDIEX, 2003, p.8-9). Na Tabela 19, se pode ver a importância do setor exportador de produtos semi-acabados tomando quatro dos principais países de destino. Nos anos 90, “[...] a pauta de exportações manteve-se praticamente idêntica, com exceções da diversificação nos agronegócios e de alguns ramos industriais” (SIMÕES, 2002, p.240).

Quadro 1: Participação relativa dos principais gêneros na formação do valor bruto da produção da indústria de transformação no Espírito Santo (1970, 80, 90 e 2000)

1970		1980	
Gêneros	%	Gêneros	%
Produtos Alimentares	40,44	Produtos Alimentares	32,94
Madeira	21,21	Papel e papelão	11,54
Metalurgia	9,96	Metalurgia	10,41
Min. Não-metálicos	9,75	Min. Não-metálicos	10,37
Têxtil	3,35	Madeira	7,81
Mobiliário	2,58	Química	4,92
Bebidas	2,28	Mecânica	3,62
Química	2,27	Vestuário e Calçados	3,5
Material de Transporte	2,18	Material de Transporte	2,68
Vestuário e Calçados	2,13	Bebidas	2,55
Total	96,15	Total	90,34
1990		2000	
Gêneros	%	Gêneros	%
Produtos Minerais	27,83	Metalurgia básica	27,17
Produtos Alimentares	14,72	Celulose, papel e produtos de papel	20,83
Metalurgia	14,40	Minerais metálicos	17,54
Papel e papelão	12,13	Produtos Alimentícios e bebidas	9,20
Têxtil	6,50	Minerais não-metálicos	9,20
Min. Não-metálicos	5,80	Produtos Químicos	2,43
Química	5,15	Máquinas e equipamentos	2,00
Mecânica	3,59	Couros, artigos de viagem e calçados	1,25
Vestuário e Calçados	3,08	Edição, impressão e reprod. gravações	1,23
Bebidas	1,90	Vestuário e acessórios	1,03
Total	95,10	Total	91,88

Fonte: Elaboração própria a partir de Rocha e Morandi (1991, p.119) e do IBGE, Pesquisa industrial anual para 1990 e 2000.

Na composição do Produto Interno Bruto (PIB), percebe-se claramente que a agricultura veio perdendo espaço, ao longo das décadas, para a indústria e o setor de comércio e serviços (Tabela 20). Em 1970 a indústria correspondia por 17,28% do PIB, passando para 35,05% em 1998. O setor de comércio e serviços vem

perdendo lentamente participação para a indústria na formação do PIB capixaba: em 1970 era responsável por 59,61%, reduzindo-se para 56,14%, em 1998. Não há dúvida que o setor industrial ganhou grande impulso com o advento dos grandes projetos.

Tabela 19: Exportações capixabas por principais produtos e países de destino e comparação relativa com o Brasil, em US\$ FOB mil - 1994, 1997 e 2000

Ano	1994		1997		2000	
	ES	ES/Brasil %	ES	ES/Brasil %	ES	ES/Brasil %
Países e Produtos						
Estados Unidos	596.847	6,77%	678.308	7,31%	819.836	6,22%
Pasta química de madeira	160.051	72,39%	166.087	68,69%	206.490	48,28%
Outros semimanuf. de ferro e aço	186.712	68,85%	364.763	90,15%	411.289	35,86%
Café não torrado, em grão	147.204	38,40%	28.642	6,77%	15.553	6,12%
Itália	123.308	7,49%	170.097	9,95%	200.467	9,34%
Hematita Pelotizada – Min. de ferro aglom.	65.988	100%	108.122	54,52%	124.512	51,02%
Pasta química de madeira	17.884	49,15%	20.543	36,75%	41.458	32,57%
Outros semimanuf. de ferro e aço	3.702	100%	6.399	18,79%	915	1,33%
Coréia do Sul	162.150	25,56%	169.725	23,04%	193.237	33,27%
Hematita Pelotizada – Min. de ferro aglom.	-	0,00%	22.046	100%	87.507	56,69%
Pasta química de madeira	36.475	78,03%	23.9371	44,71%	15.531	28,22%
Outros semimanuf. de ferro e aço	125.560	88,83%	122.569	89,66%	89.926	57,84%
Bélgica	110.795	8,54%	147.064	10,07%	283.365	15,87%
Café não torrado, em grão	10.552	8,27%	3.839	2,43%	2.821	3,50%
Pasta química de madeira	92.313	57,12%	70.595	45,63%	88.550	30,29%
Outros semimanuf. de ferro e aço	5.458	100%	70.629	100%	189.619	83,16%

Fonte: parte do Quadro 2.4 do SINDIEX (2003, p.23-24).

Tabela 20: Espírito Santo: composição do PIB (1953-1998)

Ano	Agricultura	Indústria	Com.e Serv.	Total
1953	54,70	7,34	37,96	100
1970	23,10	17,28	59,61	100
1980	11,02	34,44	54,54	100
1998	8,82	35,05	56,14	100

Fonte: Caliman (2001, p.07).

Esses grandes projetos e muitos outros também de considerável porte⁶⁹, passaram a dinamizar outros ramos industriais e de serviço ligados ao mercado urbano. Os fatores de atração ligados aos investimentos industriais e de infra-estrutura deslocou inúmeras pessoas para as cidades, especialmente para a região da Grande Vitória, onde se localizava a maior parte das plantas industriais. Foi com esse processo que, rapidamente, o Espírito Santo passa a ter a maior parte de sua população situada na zona urbana e concentrada na região mais dinâmica. Somado a isso, o crescimento das famílias na zona rural e as insuficientes oportunidades de trabalho devido ao fim da fronteira agrícola e adoção de técnicas poupadoras de mão-de-obra, muitas pessoas foram obrigadas a procurar melhores oportunidades de vida nos centros urbanos.

Tal movimento pode ser visto na Tabela 21, a qual retrata o crescimento populacional nos municípios da Grande Vitória⁷⁰ e dos demais, considerados como interior. Quase a metade da população estadual (46,06%) estava concentrada, em 2000, nos municípios pertencentes à Grande Vitória; muito diferente do verificado em 1960, onde os demais municípios correspondiam a 85,25% da população capixaba.

A extraordinária expansão demográfica de alguns municípios capixabas pode ser melhor visualizada pela taxa de variação da população, exposta na Tabela 22. Nos anos 60, em razão, principalmente, dos desdobramentos da crise na estrutura produtiva no campo, da crise cafeeira e das atividades da CVRD, a Grande Vitória quase dobrou sua população, enquanto os demais municípios obtiveram taxa de variação negativa (-2%). Nos anos 1970, segundo Castiglioni (1989, p.190), a migração foi responsável por 63,15% do crescimento da principal aglomeração urbana do estado e, ainda, se for levado em consideração "l'effet indirect provoqué par la fécondité des immigrants élève la participation de la migration à 72,43%". Nas duas décadas seguintes aquela região continuou a ter taxas de crescimento

⁶⁹ Tiveram grande participação nesse aspecto os incentivos fiscais e a operação de dois Fundos: o FUNRES (Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo) o qual representou grande importância na formação e desenvolvimento de arranjos produtivos locais, nos segmentos da agroindústria, mármore e granito, turismo, confecção, metal mecânico e moveleiro; e o FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias) (CALIMAN, 2001, p.15).

⁷⁰ A região da Grande Vitória foi constituída em 1995 com os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Em 1999 incorporou também o município de Guarapari. Posteriormente, em 2001, também o município de Fundão foi congregado nessa região.

populacional bem acima da média nacional. No estado, de forma mais abrangente, na década de 70, a população cresceu 27%, um pouco menos que a média dos estados brasileiros (27,8%); porém, com a retomada do aumento da população dos outros municípios fora da Grande Vitória, nas décadas de 80 e 90, o crescimento demográfico do estado passou a ser maior que o brasileiro.

Tabela 21: População do Espírito Santo 1960-2000

Discriminação	1960	1970	1980	1991	2000
Cariacica	39.608	101.422	189.089	274.532	323.807
Guarapari	14.861	24.105	38.500	61.719	88.216
Serra	9.192	17.286	82.581	222.158	322.518
Viana	6.571	10.529	23.440	43.866	53.372
Vila Velha	55.589	123.742	203.406	265.586	344.935
Vitória	83.351	133.019	207.747	258.777	291.889
Grande Vitória	209.172	410.103	744.763	1.126.638	1.424.737
Interior	1.209.176	1.189.230	1.278.577	1.473.985	1.668.434
Espírito Santo	1.418.348	1.599.333	2.023.340	2.600.623	3.093.171
Participação % GV/ES	14,75	25,65	36,81	43,36	46,06
Participação Interior (%)	85,25	74,36	63,19	56,68	53,94

Fonte: Caliman (2001, p.09).

Tabela 22: Taxa de variação da população do Espírito Santo e do Brasil nas décadas de 60, 70, 80 e 90.

Discriminação	70/60	80/70	91/80	00/91
Cariacica	156%	86%	45%	18%
Guarapari	62%	60%	60%	43%
Serra	88%	378%	169%	45%
Viana	60%	123%	87%	22%
Vila Velha	123%	64%	31%	30%
Vitória	60%	56%	25%	13%
<i>Grande Vitória</i>	<i>96%</i>	<i>82%</i>	<i>51%</i>	<i>26%</i>
<i>Interior</i>	<i>-2%</i>	<i>8%</i>	<i>15%</i>	<i>13%</i>
Espírito Santo	13%	27%	29%	19%
<i>Brasil</i>	<i>31,9%</i>	<i>27,8%</i>	<i>23,4%</i>	<i>15,6%</i>

Fonte: Caliman (2001, p.10) e IBGE, Censos demográficos de 1960 a 2000.

Apesar do crescimento populacional nas últimas décadas do século XX, o modo de vida nos espaços urbanos e a introdução de métodos contraceptivos reduziram o

número de componentes das famílias. A taxa de fecundidade total passou de 7,6, em 1960, para 2,1 filhos por mulher no ano de 2000. Por outro lado, a esperança de vida que em 1960 não passava dos 60 anos, em 2000 elevou-se para 71,65 anos. Nota-se que o Espírito Santo entrou mais tardiamente no bojo da transição demográfica se comparado aos estados do Sudeste; contudo, esse processo acelerou-se nas décadas de 70, 80 e 90, fazendo com que a pirâmide etária do estado começasse a perder seu desenho tradicional⁷¹ em virtude da redução na participação dos grupos etários compostos por crianças e adolescentes, e aumento na participação dos grupos de idade mais avançada. Nas próximas décadas a população tenderá a se estabilizar, mas isso dependerá também do componente migratório (CASTIGLIONI e BRASIL, 2008, p.30-43).

A migração caracteriza-se por ser um tema complexo e de difícil análise, uma vez que a pouca disponibilidade de dados sobre os migrantes e suas inúmeras motivações, as quais podem ser, inclusive, psicológicas. Apesar disso, pode-se creditar parte do crescimento demográfico do Espírito Santo, a partir de meados dos anos 70 até final dos anos 80, a inúmeros imigrantes oriundos de outras regiões do país atraídos pelas plantas industriais instaladas no estado e pela dinâmica dos serviços e comércio proveniente da acelerada urbanização. De acordo com Castiglioni e Brasil (2008, p.61-66), por muitas décadas o Espírito Santo obteve saldos migratórios negativos em relação a outros estados da federação⁷². Somente a partir da década de 80 esse quadro se alterou. Isso pode ser observado pelo considerável saldo migratório positivo de 44.511 pessoas no período 1986-91. Na década de 1990, de acordo com a Tabela 23, o Espírito Santo obteve um saldo positivo de mais de 90 mil pessoas. Os imigrantes, em sua maioria, tinham como origem o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Dentre os principais fatores de atração, além do econômico, pode-se citar a proximidade geográfica e a busca de melhor qualidade de vida. Em menor medida, também, nota-se um saldo positivo

⁷¹ A pirâmide etária em sua forma tradicional “[...] apresenta uma base larga, devido ao número elevado de crianças, e acentuada diminuição das barras seguintes até formar um ápice afilado onde estão representadas as idades mais elevadas”. Nos países desenvolvidos “[...] a pirâmide se transforma em uma colméia: o declínio da natalidade provoca a redução das barras inferiores enquanto que as superiores aumentam devido à elevação da esperança de vida e concentração dos indivíduos nas idades mais avançadas” (CASTIGLIONI, 1994, p.10).

⁷² Em 1960, 70 e 80 a taxa líquida de migração (taxa de imigração – taxa de emigração) foi de -3,82, -8,30 e -7,27. No período de 1970-1980 o saldo migratório foi negativo em 7.914 pessoas. (CASTIGLIONI e BRASIL, 2008, p.61 e 66).

com estados do Nordeste; esse nos parece mais relacionados a fatores econômicos. Há de se destacar a considerável emigração para o estado de Rondônia; fenômeno atribuído à disponibilidade de terras a baixo preço naquela região.

Tabela 23: Entradas, saídas e saldo migratório do Espírito Santo segundo as Unidades da Federação – 1990-2000

Unidade da Federação	Espírito Santo		
	1990-2000		
	Repulsão (R)	Atração (A)	Saldo Migratório (A-R)
Brasil	123.965	214.935	90.970
Rondônia	16.734	3.442	-13.292
Acre	204	331	127
Amazonas	559	629	70
Roraima	127	239	112
Pará	3.475	3.105	-370
Amapá	72	164	92
Tocantins	511	104	-407
Maranhão	589	1.029	440
Piauí	127	600	473
Ceará	416	2.161	1.745
Rio G. do Norte	333	654	321
Paraíba	240	726	486
Pernambuco	540	2.212	1.672
Alagoas	201	1.723	1.522
Sergipe	169	814	645
Bahia	15.410	58.184	42.774
Minas Gerais	30.645	72.824	42.179
Rio de Janeiro	28.466	40.987	12.521
São Paulo	16.071	15.974	-97
Paraná	1.962	1.915	-47
Santa Catarina	1.010	670	-340
Rio Grande do Sul	593	1.098	505
Mato Grosso do Sul	333	489	156
Mato Grosso	1.709	798	-911
Goiás	1.278	882	-396
Distrito Federal	2.194	3.010	816
Sem especificação		174	
Exterior		1.693	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Banco de Dados Agregados do SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática).

Os migrantes tanto internos, quanto de outros estados, especialmente os de baixo poder aquisitivo, se concentraram nos municípios adjacentes à Capital, onde as residências são mais baratas (CASTIGLIONI e BRASIL, 2008, p.60). O crescimento demográfico desordenado trouxe problemas sociais e ambientais para essas regiões

de difícil solução em prazo médio de tempo. Passemos, agora, ao exame da absorção dessa mão-de-obra pelos setores de atividade.

O setor terciário a partir da crescente industrialização e urbanização tornou-se o maior empregador estadual, desbancando o setor primário que em 1960 e 1970 possuía 67,78% e 52,51%, respectivamente, da PEA do Estado (Tabela 24). Já em 1980 o setor terciário comanda a expansão de empregos, com 41,84% da PEA, representando 297.305 pessoas. O número de trabalhadores neste setor continuou crescendo e no final do século representava mais da metade da força de trabalho estadual. Realmente uma participação espetacular, atribuído ao comércio, atividades financeiras, aos serviços portuários, industriais e públicos.

Tabela 24: População Economicamente Ativa do Espírito Santo por setores de atividades (1960-2000)

Setores de atividade	1960		1970		1980		1991		2000*	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Primário	238.936	67,78	240.383	52,51	242.241	34,09	276.640	26,30	310.815	23,73
Secundário	21.250	6,03	62.264	13,60	151.578	21,33	214.619	20,40	250.068	19,10
Terciário	90.367	25,64	147.758	32,28	297.305	41,84	519.504	49,39	729.145	55,69
Total	352.476	100	457.787	100	710.605	100	1.051.742	100	1.309.287	100

Fonte: Rocha e Morandi (1991, p.139-140) e do IBGE, Censo demográfico 1991 e 2000.

* O Censo demográfico de 2000 introduziu uma nova metodologia, o que impossibilitou completar a tabela para a População Economicamente Ativa (PEA) segundo os setores de atividades. Optou-se por utilizar os dados das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência na seção de atividade do trabalho principal. Apesar de serem dados distintos, não trarão grandes prejuízos à análise.

A PEA do setor secundário passou de 151.578 pessoas em 1980 para 214.640, em 1991, perdendo participação relativa na composição da PEA estadual de 21,33% para 20,40%. Em números absolutos, tanto o setor primário como o secundário apresentaram crescimento, contudo foi a grande ampliação do setor terciário que liderou a expansão do emprego. A expansão o setor secundário – com plantas industriais com tecnologias, cada vez mais, poupadoras de mão-de-obra – não foi capaz de absorver o grande volume de imigrantes. Assim, fomenta-se um dos problemas urbanos relacionados à mão-de-obra: o trabalho informal, onde os salários são mais baixos e sem garantias trabalhistas. Apesar de não se possuir estatísticas para o Espírito Santo, acredita-se que as categorias de ocupação não são muito diferentes da situação nos principais centros urbanos do país. Segundo Pereira Neto (2005, p.49), em 2000, somente 44% das pessoas ocupadas nas

principais regiões metropolitanas do país possuíam carteira de trabalho assinada; 27,8% trabalhavam sem carteira assinada e 23,6% por conta própria.

Nos anos 90 consolidou-se o padrão-urbano industrial, mas com profundas modificações na estrutura econômica. No final dos anos 80 o Governo Federal abraça de vez o movimento de globalização da economia mundial através da liberalização: privatização e abertura da economia. As privatizações começaram em 1989 com a venda das ações da Aracruz Celulose e da COFAVI. Em 1992 e 1993 foram a vez da CST e ESCELSA, respectivamente (ROCHA, 1998, p.62). A CVRD, um pouco mais tarde, em 1997. “Do Governo federal, restaram, no Espírito Santo algumas áreas e berços portuários, dois bancos e o aeroporto” (SIMÕES, 2002, p.239).

Para enfrentar a concorrência internacional, as empresas implementaram o “ajuste defensivo”: modernização da produção, terceirização de vários serviços e inovações organizacionais (ROCHA, 1998, p.61). A maior abertura econômica teve reflexos diretos nos níveis de emprego, em razão das tecnologias poupadoras de mão-de-obra introduzidas pelos grandes grupos de empresas internacionais, os quais começavam a ganhar espaço no mercado interno em vários ramos de atividade. A política de valorização cambial do Plano Real até 1999 ajudou nesse processo ao facilitar a entrada de produtos importados no mercado brasileiro. A respeito desse quadro, nos parece bastante óbvio que o setor terciário (serviços e comércio) na década de 90 serviu de apoio à mão-de-obra liberada ou não absorvida pelo setor industrial.

Mesmo nos momentos de crises internas e externas, o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) capixaba foi superior ao brasileiro, conforme Tabela 25. No período de 1970 a 1998 o PIB do Brasil auferiu uma taxa média de variação anual de 4,4%, enquanto o Espírito Santo alcançou 6,5%.

No entanto, esse crescimento foi extremamente concentrado na região central do Estado (Tabela 26). Em 1970, 59,52% do PIB estadual já era gerado na região Macro metropolitana (região da capital e serrana); a tendência concentradora se agravou continuamente e em 1998 esta região atingia a incrível marca de produzir quase 74% do PIB capixaba.

Tabela 25: Taxa média de variação anual do PIB brasileiro e do Espírito Santo (1970-1998)

Período	Brasil	Espírito Santo
70-80	8,7%	11,8%
80-90	2,0%	3,3%
90-98	2,6%	3,8%
70-98	4,4%	6,5%

Fonte: Caliman (2001, p.04).

Tabela 26: PIB das Macrorregiões do Espírito Santo 1970-1998

Regiões	1970	1975	1980	1985	1990	1998
Macro Sudene (Norte)	24,42%	22,21%	15,83%	17,79%	16,92%	14,59%
Macro Metropolitana	59,52%	62,60%	70,97%	68,13%	71,38%	73,95%
Macro Sul	16,06%	15,19%	13,19%	14,09%	11,70%	11,45%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Caliman (2001, p.09).

As rápidas mudanças na economia capixaba foram determinantes para as concentrações da riqueza e da população num determinado espaço geográfico. Os desequilíbrios regionais internos acentuaram-se no período analisado diante da desarmonia do crescimento. A abertura econômica e a globalização mundial na década de 90 intensificaram essa tendência, pois os pontos de destino de investimentos são escolhidos por grandes grupos oligopolistas, dificultando assim a ação governamental no sentido de intervir sobre as desigualdades regionais (CALIMAN, 2001, p.7-14). Essas grandes mudanças, iniciadas nos anos 80 e consolidadas na última década do século passado, realmente modelaram a ação estatal. Retirou-se “[...] de cena tanto o Estado empresário quanto o Estado provedor de serviços” (SIMÕES, 2002, p.239), emergindo, agora, um Governo, predominantemente, regulador da economia.

Embora a dinâmica da economia capixaba tenha alto grau de concentração geográfica, certos arranjos produtivos – uns consolidados, como é o caso de rochas ornamentais, outros em grande potencial de expansão, a exemplo do petróleo e gás

– tendem a dinamizar outras regiões do estado nas próximas décadas. Vejamos alguns dos mais importantes arranjos produtivos locais⁷³.

Rochas ornamentais, dentre os arranjos do estado, possui um dos maiores estágios de maturação, com uma cadeia produtiva que vem crescendo com intensidade a partir dos anos 80 e, principalmente, na década de 90. Em 1980, o setor de mármore e granito contava com 104 empresas, passando para 278, em 1990, e atingiu a incrível marca de 1220 empresas em 2002. Um crescimento de 338,8% nesse último período (SEBRAE/ES, 2003, p.22-23). Esse segmento pode ser encontrado em todas as regiões do estado, entretanto ele predomina especialmente no Sul e no Norte. Em 2002, esta reunia 20,1% das empresas do estado, enquanto aquela concentrava 70,7% das empresas (com destaque para Cachoeiro do Itapemirim o qual agrupava 476 empresas). Esse arranjo, nesse mesmo ano, gerava 20 mil empregos diretos e 80 mil indiretos (PEREIRA, 2005, p.64-65).

Outro destaque é o setor de confecções: Esse arranjo é formado majoritariamente por empresas de pequeno porte situadas principalmente em Vila velha, Vitória, Colatina, Linhares, Serra e Cachoeiro de Itapemirim. As fábricas da Grande Vitória destinam sua produção, em grande parte, ao comércio local. Diferente das de Colatina e Linhares, onde estão localizadas as maiores plantas industriais, as quais têm uma comercialização mais interestadual. Em 2000, as empresas formais somavam 1.543, com 14.122 empregados diretos (SEBRAE/ES, 2003, p.24).

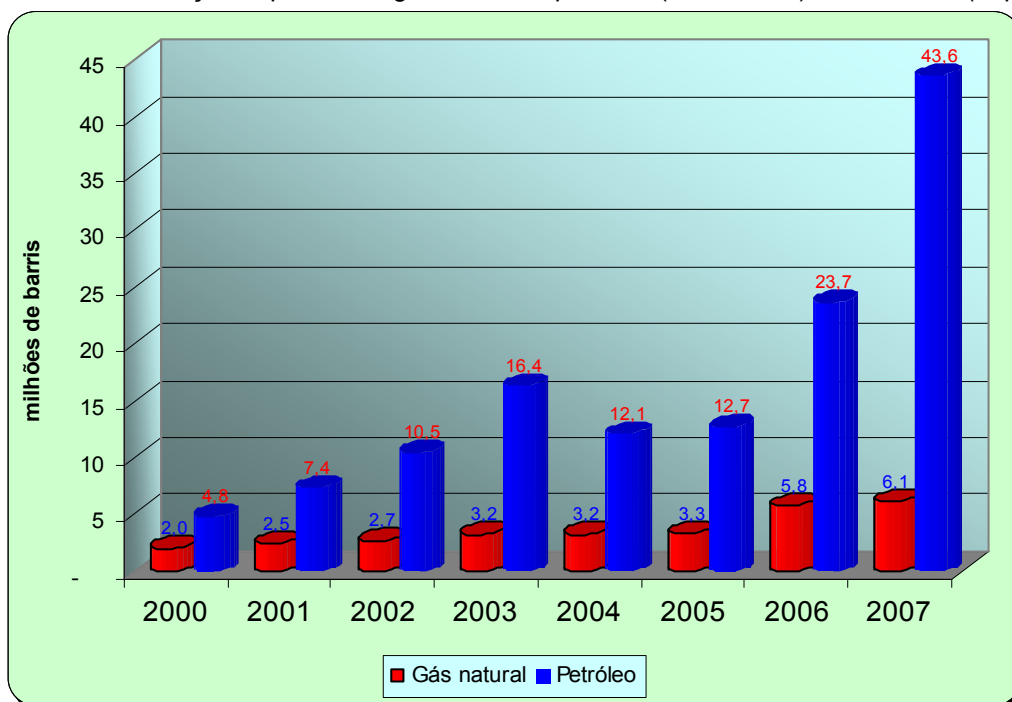
Além desses, mais três arranjos alcançam relevância estadual: o moveleiro, o turismo e a fruticultura. O primeiro tem maior difusão no Nordeste do estado (Linhares e Colatina) com cerca de 90 empresas produtoras de móveis em 1999. Nesse mesmo ano, se incluirmos todas as partes desse arranjo (serrarias, fornecedoras de equipamentos, empresas varejo de móveis etc.), empregava-se 1,8 mil pessoas (PEREIRA, 2005, p.83-84). O segundo encontra-se em franca expansão e com muita possibilidade de crescimento, principalmente o turismo de negócio e o agroturismo. A geografia privilegiada torna esse segmento uma vocação natural do estado. Além disso, esse setor tem grande capacidade de absorção de mão-de-

⁷³ Arranjos Produtivos Locais (APL'S) ou Clusters “[...] são aglomerações de empresas situadas num mesmo território que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de interação entre si e com outros atores locais” (PEREIRA, 2005, p.30).

obra. A título de exemplo, segundo o Sebrae/ES (2003, p.29), no início do século atual, os 53 hotéis de Vitória, Vila Velha e Serra, possuíam 950 trabalhadores diretos. Na fruticultura evidencia-se, sobretudo no Norte, a produção de mamão, coco, banana, abacaxi e maracujá. Depois da cafeicultura é a maior formadora de renda no campo. Em 1999, correspondeu a 16% do valor bruto da produção agropecuária no estado e gerava a incrível marca de 50 mil empregos diretos (PEREIRA, 2005, p.70).

O arranjo produtivo petróleo e gás natural apesar ainda se encontrar em seu estágio inicial, vislumbra-se grandes potencialidades e proporciona boas expectativas para um futuro bem próximo. Desde a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em 1998, 40% das descobertas de petróleo e gás do país provêm do Espírito Santo (SEBRAE/ES, 2003, p.32). O forte crescimento da produção de petróleo e gás nos anos 2000 (Gráfico 2) e as jazidas descobertas, mas que ainda não entraram em operação, nos creditam a dizer que esse será um setor de ponta da economia capixaba nos próximos anos. No ano de 2007 a produção de petróleo atingiu a marca de 43,6 milhões de barris, 20 milhões a mais que em 2006.

Gráfico 2: Produção capixaba de gás natural e petróleo (terra e mar) - 2000-2007 (bep)*



Fonte: Elaboração própria através dos dados da ANP.

Notas: (1) Petróleo: óleo e condensado. Não inclui LGN (GLP e C5+). (2) Gás Natural O valor total da produção inclui os volumes de reinjeção, queimas e perdas e consumo próprio de gás natural.

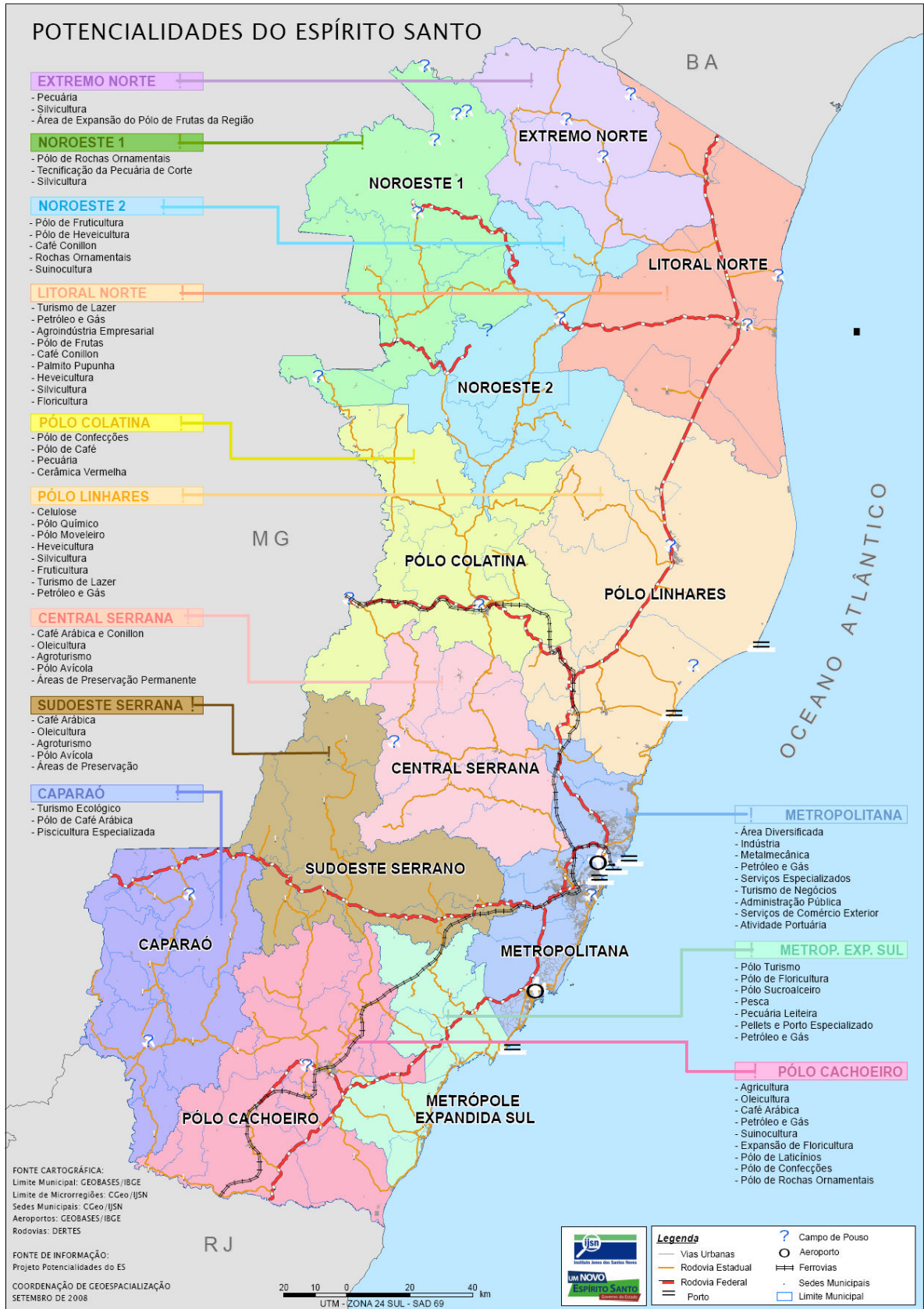
*(bep) = barril equivalente de petróleo.

Não só o litoral Norte do estado tende a usufruir dos benefícios da exploração de petróleo e gás, mas também todo o litoral Sul pelas recentes descobertas nessa região. Além disso, a cadeia petrolífera acaba por dinamizar outros segmentos industriais, de logística e de serviços. As consequências dessa rápida expansão e seus efeitos, especialmente sobre o espaço urbano, podem ser preocupantes caso não haja um planejamento prévio.

Além desses importantes arranjos, o Espírito Santo possui outras potencialidades aqui não citadas, mas que estão esquematicamente bem postas pelo Mapa 1, do Instituto Jones dos Santos Neves.

Com esse conciso esboço da história econômica do Espírito Santo, desde os tempos coloniais até o limiar do século XXI, chega-se ao final desse capítulo. Tomando por base o conhecimento da evolução do estado capixaba, sua ocupação e sua economia, nos propomos, no capítulo seguinte, à análise do desenvolvimento econômico – de acordo com seu significado apresentado no capítulo 1 – na década de 90, e também a uma nova metodologia de apuração do índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), contribuindo para adequá-lo melhor à realidade brasileira.

Mapa 1: Potencialidades do Espírito Santo



Fonte: IPES.